

**DANIELA CAMPOS DE LA NUEZ**

***A CARTA ARGUMENTATIVA É UMA  
DISSERTAÇÃO MODIFICADA?:***

**UM ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS MOBILIZADAS NA  
ARGUMENTAÇÃO DA CARTA NO VESTIBULAR DA UNICAMP**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para a obtenção do Título de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de Concentração: Língua Materna.

**Orientadora: Profa. Dra. Raquel Salek Fiad**

**Campinas**

**- 2007 -**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp**

N889c Nuez, Daniela Campos de la.  
A carta argumentativa é uma dissertação modificada?: Um estudo sobre estratégias mobilizadas na argumentação da carta no Vestibular da UNICAMP / Daniela Campos de la Nuez. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Raquel Salek Fiad.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa – Redação. 2. Comunicação e argumentação. 3. Exame vestibular. I. Fiad, Raquel Salek. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: Is argumentative letter a modified dissertation? A study about argumentative strategies in the letter in Unicamp Vestibular.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Portuguese language - Composition ; Communication and argumentation; Vestibular Exam.

Área de concentração: Língua Materna.

Titulação: Mestre em Lingüística Aplicada .

Banca examinadora: Profa. Dra. Raquel Salek Fiad (orientadora), Prof. Dr. Sírio Possenti, Profa. Dra. Helena Hathsue Nagamine Brandão, Profa. Dra. Maria Bernadete Marques Abaurre (suplente), Profa. Dra. Maria Augusta Bastos de Mattos (suplente).

Data da defesa: 13/12/2007.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA

*Raquel Salek Fiad* /

Raquel Salek Fiad

*Sírio Possenti* /

Sírio Possenti

*Helena Hathsue Nagamine Brandão* /

Helena Hathsue Nagamine Brandão

\_\_\_\_\_  
Maria Bernadete Marques Abaurre

\_\_\_\_\_  
Maria Augusta Bastos de Mattos

Este exemplar é a redação final da  
tese / dissertação e aprovada pela  
Comissão Julgadora em:

*19 / 03 / 08* /

*Raquel Salek Fiad*

## **Agradecimentos**

Às Professoras Sylvia Bueno Terzi e Lílian Lopes Martin da Silva, que, em diferentes etapas da graduação, possibilitaram o meu contato com realidades diferentes de sala de aula, tornando o meu olhar mais sensível em relação a todos aqueles que estão envolvidos nesse processo.

Aos professores Sírio Possenti e Helena Brandão, pelas sugestões e apontamentos feitos no exame de qualificação que me ajudaram a conduzir melhor esta pesquisa.

Especialmente à professora Raquel, que, mostrando-se sempre acessível na graduação, motivou-me a prosseguir no mestrado. Agradeço à professora, pesquisadora e amiga Raquel, pela atenção, pela dedicação, pela orientação, pelos diálogos, pela compreensão, pela paciência, e, principalmente, pela confiança.

Aos meus amigos, pessoas tão especiais. Àqueles que me acompanham há mais de dez anos e àqueles que estão presentes há menos tempo na minha vida, mas que são igualmente importantes, o meu respeito, a minha amizade e o meu 'muito obrigada' por compartilharem tantos momentos.

Ao meu irmão Fabrício, que sempre me apóia e com quem sempre aprendo tantas coisas. A ele, o meu respeito e a minha admiração.

Aos meus pais Santiago e Maria Aparecida, sempre presentes, que tornaram possível a realização de um sonho. A eles, o meu respeito e a minha admiração.

## **Resumo**

Este trabalho analisa alguns recursos e estratégias que caracterizam a argumentação na carta argumentativa no Vestibular da Unicamp, diferenciando-a, assim, da argumentação desenvolvida na dissertação.

Para isso, primeiramente, é apresentada uma exposição geral do contexto e da organização do Vestibular da Unicamp e, mais especificamente, da Prova de Redação, a partir do material produzido pela Comissão Organizadora do Vestibular da Unicamp (COMVEST). O objetivo é entender quais são os objetivos e expectativas que permeiam a produção da carta argumentativa.

Em segundo lugar, é feita uma análise das propostas de carta argumentativa de 1987 a 2007, visando alguns elementos mobilizados na produção da carta. O objetivo dessa análise é mostrar a influência da organização das propostas na produção da carta argumentativa, mais precisamente, na argumentação. Pode-se verificar que as propostas incitam a mobilização de algumas estratégias e recursos na argumentação desenvolvida na carta, diferenciando-a da argumentação desenvolvida na dissertação. Pode-se verificar, ainda, que algumas mudanças ocorridas na organização da Prova de Redação no ano de 2004, especificamente em relação à organização da Coletânea de Textos, interferem na mobilização de algumas estratégias utilizadas na argumentação na carta no período anterior às mudanças.

Por fim, são analisadas a proposta de carta argumentativa do ano de 1993 e dez cartas produzidas por vestibulandos neste mesmo ano. Esse corpus é um exemplo representativo da concepção da Prova de Redação acerca da carta argumentativa do período de 1987 a 2003. O objetivo é mostrar a ocorrência das estratégias e recursos sugerido pela proposta na argumentação das cartas e analisar como elas são trabalhadas em função da *ficcionalização* criada na proposta, caracterizando a argumentação desenvolvida na carta no período de 1987 a 2003 e corroborando a diferenciação entre a argumentação na carta e na dissertação.

### **Palavras-chave:**

Língua Portuguesa - Redação, Comunicação e argumentação, Exame Vestibular

## **Abstract**

The purpose of this dissertation is to analyse linguistic resources and strategies that characterize argumentative letters and to show that they differentiate these letters from dissertative texts in Unicamp Vestibular.

In the first chapter, texts written by Comvest (Comissão Organizadora do Vestibular da Unicamp) are analysed in order to present the context of the exam and to understand the objectives around the writing of the argumentative letter.

In the second chapter, the exams from 1987 to 2007 are analysed in order to show how the organization of the demands in the exam have influence in the argumentation of the argumentative letters. It can be observed that these demands suggest some strategies and resources to differentiate the letter from other dissertative texts. It can also be observed that changes that were made in the exam in 2004 influence the argumentative strategies in the letters.

In the last chapter, the 1993 exam is analysed as well as a *corpus* of ten argumentative letters written by students. The purpose of this analysis is to show which argumentative strategies are used by the students when writing the letters. This analysis shows that these strategies characterize this discursive genre from other argumentative genres.

### **Key-words:**

Portuguese Language - Composition, Communication and argumentation, Vestibular Exam

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1: A carta argumentativa e a sua recontextualização no Vestibular da Unicamp.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1. O vestibular da UNICAMP: concepção e objetivos .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2. A redação no vestibular da UNICAMP.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2.1. Algumas palavras sobre a coletânea .....</b>	<b>19</b>
<b>1.2.2. Os três temas – ou propostas – de redação do Vestibular da UNICAMP .....</b>	<b>28</b>
<b>1.2.2.1. Tema ou Proposta A: A DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>1.2.2.2. Tema ou Proposta B: A NARRATIVA.....</b>	<b>30</b>
<b>1.2.2.3. Tema ou Proposta C: A CARTA ARGUMENTATIVA.....</b>	<b>31</b>
<b>1.3. Considerações finais .....</b>	<b>33</b>
<b>Capítulo 2: Considerações acerca das propostas da carta argumentativa: a questão da ficcionalização .....</b>	<b>36</b>
<b>2.1. Base Teórica .....</b>	<b>36</b>
<b>2.2. Análise das propostas das cartas argumentativas .....</b>	<b>39</b>
<b>2.2.1. Interlocutor .....</b>	<b>39</b>
<b>2.2.2. Locutor .....</b>	<b>42</b>
<b>2.2.3. Finalidade da Argumentação .....</b>	<b>44</b>
<b>2.3. Considerações Finais .....</b>	<b>51</b>
<b>Capítulo 3: Estratégias que caracterizam a argumentação no gênero carta argumentativa .....</b>	<b>53</b>

<b>3.1. Base teórica .....</b>	<b>53</b>
<b>3.2. O Vestibular de 1993: a questão da ficcionalização e do ethos discursivo na proposta da carta argumentativa.....</b>	<b>58</b>
<b>3.3. Cartas argumentativas produzidas por candidatos no Vestibular de 1993 .....</b>	<b>61</b>
<b>3.3.1. Análise das cartas argumentativas: A relação polêmica e o ethos do interlocutor na argumentação .....</b>	<b>67</b>
<b>3.3.1. Construção da imagem do locutor nas cartas argumentativas: a máscara e o ethos do locutor .....</b>	<b>111</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>126</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>136</b>
<b>PROPOSTAS DE CARTAS ARGUMENTATIVAS .....</b>	<b>136</b>
<b>CARTAS ARGUMENTATIVAS.....</b>	<b>152</b>

## **Introdução**

O interesse pelo estudo do gênero discursivo carta argumentativa no âmbito do Vestibular da Unicamp surgiu da minha experiência como estagiária em uma escola particular em Campinas. Ao atender as dúvidas dos alunos do Ensino Médio e do curso preparatório para o vestibular, observei que muitos deles identificavam a carta argumentativa como uma espécie de “dissertação modificada”, uma vez que tanto na carta como na dissertação deve haver um trabalho de argumentação. Assim, muitos deles pensavam a produção da carta argumentativa como uma dissertação que deveria conter cabeçalho, uma despedida e, no corpo da argumentação, pronomes, verbos e vocativos que sugerissem uma interlocução entre locutor e interlocutor. Em outras palavras, as estratégias de argumentação usadas na carta e na dissertação eram praticamente as mesmas; as características estruturais e formais da carta eram a maneira que os alunos encontravam para diferenciá-la da dissertação. Alguns chegavam a questionar por que, na Prova de Redação do vestibular da Unicamp, havia uma proposta de dissertação e uma de carta argumentativa se os dois textos eram quase iguais. Esta freqüente comparação que igualava a argumentação desenvolvida na carta e na dissertação me incomodava e instigou-me a estudar a carta argumentativa no âmbito do vestibular a fim de mostrar que esse “quase” era muito mais do que pronomes, verbos, vocativos, cabeçalho e despedida.

A partir disso, tive, inicialmente, a curiosidade de observar, sobretudo em livros didáticos destinados ao ensino médio, capítulos ou seções que focassem o gênero carta argumentativa. Constatei que há livros que não mencionam a carta argumentativa como gênero persuasivo e trabalham com os gêneros escolares tradicionais: descrição, narrativa e dissertação.

Observando os livros didáticos que trabalham a carta argumentativa, pude notar que os autores definem e caracterizam esse gênero de diferentes maneiras. A título de ilustração, a seguir, apresento rapidamente três livros didáticos em que a carta argumentativa é mencionada e mostro de que maneira esse gênero é entendido e trabalhado pelos autores.

Em um dos livros consultados, “Português: Literatura, Gramática e Produção de Texto” (2004), os autores Sarmiento e Tufano definem a carta argumentativa como sendo um texto que o indivíduo envia a uma Instituição a fim de fazer uma reclamação ou uma solicitação. Além de apresentarem um exemplo de carta argumentativa, destacam o aspecto composicional: local e data; identificação do reclamante e do destinatário; corpo do texto; expressão de despedida; assinatura; nome do reclamante. Por fim, trazem uma proposta de produção de carta argumentativa. Vale notar que o capítulo do livro em que a carta argumentativa é estudada intitula-se *Textos para uma ação participativa* e que, nesse mesmo capítulo, são trabalhados outros gêneros como abaixo-assinado, manifesto e carta aberta. Esse material parece focar a função e o uso da carta argumentativa inseridas em práticas sociais reais. No entanto, os autores nada falam a respeito da argumentação desenvolvida na carta.

O segundo material consultado é o livro didático “Português: Linguagens” (2003), de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães. Os autores dedicam um capítulo de quatro páginas ao gênero carta argumentativa, ressaltando, como no material analisado anteriormente, a organização composicional do gênero. Como ponto de partida, os autores apresentam uma carta argumentativa produzida por um vestibulando no Vestibular da Unicamp de 1991, cujo tema é a obrigatoriedade do voto. Ao escrever a carta, o vestibulando deveria posicionar-se contra ou a favor da obrigatoriedade do voto e dirigi-la a um integrante do Congresso Nacional. Essa carta usada como exemplo é objeto de estudo e reflexão sobre o gênero: o leitor é instruído a ler a carta e a responder a um questionário que ressalta as características formais do gênero carta (data, vocativo, corpo do texto (assunto), expressão cordial de despedida e assinatura).

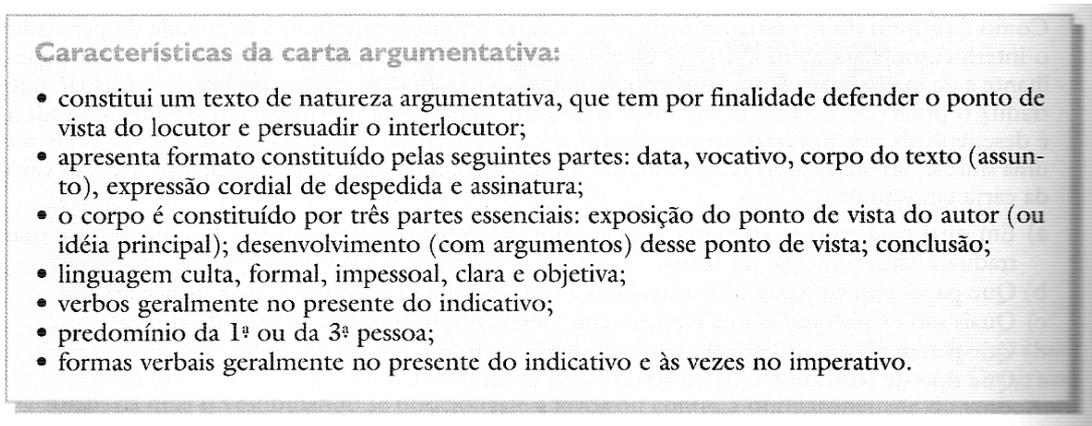
É interessante observar de que maneira os autores apresentam a organização da carta argumentativa:

“como é próprio do gênero argumentativo, a carta argumentativa tem a finalidade de persuadir o interlocutor. Para melhor atingir esse objetivo, ela costuma apresentar uma estrutura semelhante à da maior parte dos textos argumentativos. Inicialmente, apresenta a idéia principal, que traduz o ponto de vista do autor sobre o assunto, geralmente polêmico; em seguida, essa idéia é desenvolvida por

argumentos; por último, a carta é fechada com uma conclusão, que pode ser uma síntese das idéias, uma recomendação ou sugestão, uma proposta, uma citação, etc.”. (MAGALHÃES, CEREJA, 2003, p. 417).

Além disso, os autores enfatizam a questão da variação lingüística usada em função do interlocutor a quem a carta é dirigida, bem como a das marcas de personalidade que devem constar no corpo da carta (emprego de pronomes, de verbos e de expressões que demonstram a tentativa de influir no pensamento do interlocutor).

Após esse exercício de reflexão, os autores sintetizam as características de uma carta argumentativa em um quadro<sup>1</sup>, reproduzido abaixo:



**Características da carta argumentativa:**

- constitui um texto de natureza argumentativa, que tem por finalidade defender o ponto de vista do locutor e persuadir o interlocutor;
- apresenta formato constituído pelas seguintes partes: data, vocativo, corpo do texto (assunto), expressão cordial de despedida e assinatura;
- o corpo é constituído por três partes essenciais: exposição do ponto de vista do autor (ou idéia principal); desenvolvimento (com argumentos) desse ponto de vista; conclusão;
- linguagem culta, formal, impessoal, clara e objetiva;
- verbos geralmente no presente do indicativo;
- predomínio da 1ª ou da 3ª pessoa;
- formas verbais geralmente no presente do indicativo e às vezes no imperativo.

O quadro conclui a exposição dos autores acerca das características e finalidade do gênero carta argumentativa. Em seguida, como exercício de produção do gênero, é apresentada a proposta de carta argumentativa do Vestibular da Unicamp de 2003. A coletânea apresenta um artigo, parcialmente adaptado, assinado por *Denis Lerrer Rosenfield* e publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 28/06/2002. No artigo, Rosenfield defende seu ponto de vista: acredita que não há possibilidades de mudanças no quadro geopolítico atual. Contudo, não exclui a idéia de que mudanças serão possíveis através de negociação com a própria sociedade americana. A proposta orienta o aluno a redigir uma carta concordando com ou discordando da opinião de Rosenfield, apresentando outros

---

<sup>1</sup> MAGALHÃES, CEREJA, 2003, p. 418.

argumentos e fatos que o reforcem ou apresentando argumentos e fatos que o contradigam, respectivamente.

A observação do capítulo desenvolvido por Cereja e Magalhães acerca do gênero carta argumentativa aponta para um trabalho que, embora mencione a função de uma carta argumentativa, tende a estudar o gênero no âmbito do vestibular, em detrimento do seu uso e função em práticas sociais reais. Além disso, nada é dito sobre um trabalho específico de argumentação na carta. Pelo contrário, há uma sugestão de que a argumentação, bem como a estruturação da carta, são semelhantes à desenvolvida em outros textos argumentativos. A maneira como os autores apresentam a organização da carta argumentativa é praticamente a mesma usada para apresentar a organização da dissertação, por exemplo. Considerando que o capítulo apresenta um estudo da carta argumentativa a partir de duas propostas do vestibular da Unicamp, não é de se estranhar que um estudante de ensino médio ou de curso preparatório para o vestibular, ao ter contato com esse material, possa concluir que a carta argumentativa é uma “dissertação modificada”.

O último material consultado é o livro “Coleção Base: Português” (1999), de Maria Luiza Abaurre e Marcela Nogueira Pontara. As autoras dedicam onze páginas de um capítulo intitulado “*O texto persuasivo*” ao trabalho com a carta argumentativa. O subcapítulo em que esse gênero é estudado recebe o título “*Um contexto particular: a carta argumentativa*”. Buscando a aproximação e a atenção do leitor, as autoras iniciam uma explicação por meio de um diálogo sobre as mais variadas situações em que escrevemos cartas e, especificamente, cartas argumentativas:

“Existem momentos em que escrevemos cartas para desfazer mal-entendidos, ou para convencer a pessoa para quem escrevemos a não agir de uma determinada maneira que julgamos equivocada. Nesses momentos, nossas cartas assumem uma função argumentativa clara e têm por objetivo persuadir o nosso interlocutor. É assim que surgem as cartas argumentativas. Todas as vezes que escrevemos uma carta para convencer alguém a fazer algo, ou a mudar de idéia, estamos produzindo uma carta argumentativa”. (ABAURRE, PONTARA, 1999, p. 276).

Em outras palavras, as autoras tentam mostrar o uso e função da carta argumentativa em práticas sociais reais.

A definição de carta argumentativa dada pelas autoras vem seguida de um exemplo – “*Carta ao meu filho*”, de Umberto Eco - da qual é feita uma longa análise das características de uma carta comum e, especificamente, de uma carta argumentativa.

Em relação às características atribuídas ao gênero discursivo carta, as autoras ressaltam a identificação do interlocutor, chamando atenção para o uso dos pronomes de tratamento, que estabelecem uma maior ou menor distância na relação entre interlocutores.

No que diz respeito às características atribuídas ao gênero carta argumentativa, Abaurre e Pontara enfatizam a importância da tomada de posição do locutor em relação a um ponto de vista sobre um tema (as crianças devem ou não ganhar armas de brinquedo?). Em seguida, aprofundam a análise destacando a questão da argumentação: mostram aos leitores como Umberto Eco constrói seus argumentos, ao longo da carta, para sustentar a sua posição discursiva. Vale ressaltar aqui o trabalho das autoras em fazer uma análise aprofundada de construção de uma carta argumentativa a partir de um exemplo. Para muitos alunos não basta saber que, na teoria, a carta argumentativa deve ser dirigida a um interlocutor e conter argumentos para persuadi-lo; é importante, para esses alunos, perceberem, por meio de exemplos práticos e análises de profissionais da área da linguagem, o desenvolvimento das estratégias de argumentação que um autor utiliza a fim de ter êxito em seu objetivo.

Além das estratégias de argumentação, as autoras salientam a maneira como a interlocução é mantida ao longo do texto, observando as características formais que marcam o diálogo na carta e, ao mesmo tempo, que a diferenciam da dissertação:

“Observe que não se trata apenas de trazer o interlocutor para dentro do texto (por meio de pronomes, verbos, etc.), mas também de deixar bem claro quem é um “eu” específico que fala ali, diferente daquele tom genérico característico dos textos dissertativos.[...] no texto persuasivo, é fundamental que o texto traga as marcas dessa “conversa”, desse diálogo argumentativo que ocorre entre quem escreve e quem o recebe, e isso significa, como você viu, muito mais do que dizer “prezado senhor” no início, e

“atenciosamente” no final”. (ABAURRE, PONTARA, 1999, p. 279).

Nessa análise, Abaurre e Pontara ressaltam a importância da construção da argumentação em função do interlocutor específico, bem como a da construção de uma imagem do locutor que facilite o trabalho persuasivo junto do interlocutor. Tais apontamentos não foram feitos nos outros materiais didáticos consultados. Pode-se dizer que, a partir desse apontamento, as autoras sugerem que uma boa argumentação na carta é construída a partir da mobilização, além de recursos composicionais do gênero, de recursos lingüísticos de ordem discursiva.

Assim que terminam a longa análise, as autoras apresentam como exercício de escrita a proposta de carta argumentativa do Vestibular da Unicamp de 1999. O aluno é orientado a escrever para um amigo que mora em Portugal, convencendo-o de que, apesar de o Brasil ter problemas, a imagem negativa que se faz do país a partir do noticiário é parcial e que, portanto, vale a pena vir para cá. Em outras palavras, o aluno deve posicionar-se favoravelmente em relação a um ponto de vista: o Brasil é, ainda, um país bom para viver.

Em seguida, uma segunda proposta de carta argumentativa é apresentada: o locutor deve dirigir-se ao Presidente da República defendendo um ponto de vista: a isenção de impostos para os preservativos masculinos. Contudo, dessa vez, a preocupação das autoras é com a elaboração de um projeto de carta argumentativa passo a passo. A orientação é dada a partir de um texto contendo procedimentos<sup>2</sup> transposto a seguir. Nota-se a preocupação com a definição da imagem do interlocutor da carta e com a escolha de argumentos em função deste interlocutor.

---

<sup>2</sup> Abaurre, PONTARA, 1999, p.281.

1. Identificar claramente a questão que está sendo tematizada (ou polemizada, conforme o caso) e determinar quais são os argumentos, opiniões ou pontos de vista sobre essa questão.
2. Se houver mais de um interlocutor possível, identificar claramente a postura de cada um e decidir a qual deles sua argumentação será dirigida; caso haja apenas um interlocutor, é a postura dele que deve ser identificada.
3. Fazer a melhor representação possível do interlocutor escolhido (sua imagem), reunindo todas as informações que você tenha sobre ele, sobre o que pensa a respeito da questão tematizada, sobre seu comportamento, etc.
4. Selecionar, dentre os argumentos, opiniões ou pontos de vista identificados, aqueles que melhor se prestam à análise que pretende fazer sobre o tema, tomando como referência a imagem feita do seu interlocutor.
5. Buscar outros argumentos de que você disponha e que sejam pertinentes à questão e integrá-los àqueles extraídos dos textos que acompanham a definição do tema.

A última atividade de escrita de carta argumentativa sugerida pelas autoras é do Vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A proposta apresenta três textos com opiniões diferentes a respeito do Projeto de Lei da então Senadora Benedita da Silva (PT/RJ), que qualifica como crime o assédio sexual. A proposta orienta a escrita de uma carta argumentativa destinada ao autor do texto de opinião escolhido, a fim de convencê-lo de que está equivocado quanto às idéias expressas seu depoimento. Em outras palavras, o locutor deve discordar da opinião do interlocutor em relação ao tema.

Percebi, com a observação de diferentes livros didáticos, que a abordagem que se faz do gênero carta argumentativa é, geralmente, superficial. Quando o material didático apresenta um estudo sobre a carta argumentativa, a atenção se dirige muito mais à conceituação e às questões de organização composicional do gênero. Pouco ou nada é mencionado em relação a recursos discursivos mobilizados especificamente na argumentação da carta. O livro didático que mais se dedicou a essa questão é o de Abaurre e Pontara, que apresenta a preocupação com a construção da argumentação em função do interlocutor da carta e com a construção de imagens do locutor e do interlocutor em função da persuasão. Apesar disso, pode-se dizer que, dentre os três livros didáticos apresentados e

os outros consultados, muitos colaboram com a sustentação da idéia de que a carta argumentativa é uma “dissertação modificada”.

Tendo em vista a constante comparação entre a carta argumentativa e a dissertação que os alunos fazem e o material sobre carta argumentativa apresentado em alguns livros didáticos, tive interesse em desenvolver um estudo sobre este gênero, a fim de mostrar como a argumentação desenvolvida na carta pode ser caracterizada, diferenciando-se da argumentação desenvolvida na dissertação. Considerando, assim, o meu interesse em relação ao gênero carta argumentativa no vestibular da Unicamp, formulo como pergunta principal da minha pesquisa:

- **Quais recursos e estratégias podem ser mobilizados na argumentação na carta, caracterizando-a e distinguindo-a da argumentação na dissertação?**

Tendo a pergunta definida, passei a examinar o material produzido pela Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (a Comvest), as propostas de carta argumentativa do vestibular da Unicamp e cartas produzidas pelo vestibulando em situação de vestibular.

Ao examinar o material publicado pela Comvest, “15 Anos de Vestibular Unicamp: redação: coletânea, 1ª fase” (2001), pude observar que são mencionadas algumas diferenças entre a carta argumentativa e a dissertação, considerando a parte composicional (principalmente em relação às marcas de interlocução) e a questão da construção da imagem do interlocutor e do locutor em função da persuasão, além do desenvolvimento da argumentação na carta em função do interlocutor. Além disso, o material da Comvest aponta para a importância da proposta de cada gênero (carta argumentativa, dissertação e narrativa) na orientação da escrita do texto.

Em seguida, analisei as propostas de carta argumentativa do vestibular da Unicamp do período de 1997 a 2007 e algumas cartas produzidas pelos vestibulandos no vestibular de 1993 (as cartas fazem parte do banco de dados do Grupo de Pesquisa do Projeto Integrado/CNPq *A relevância teórica dos dados singulares na aquisição da*

*linguagem escrita* (proc. nº 521837/95-2) do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP). Pude observar que as propostas serviam como uma espécie de base de orientação do texto do vestibulando. Em outras palavras, pode-se dizer que as orientações contidas nas propostas influenciam na mobilização de recursos e estratégias na argumentação desenvolvida na carta, sustentando a distinção entre a argumentação na carta e a argumentação na dissertação. Já as cartas indicavam a ocorrência freqüente de algumas estratégias que, supostamente, poderiam caracterizar a argumentação.

Considerando que **o meu objetivo, nesta pesquisa, é verificar que recursos e estratégias de ordem discursiva podem ser mobilizados na argumentação na carta, caracterizando-a e distinguindo-a da argumentação desenvolvida na dissertação**, organizei esta dissertação em três capítulos, além da conclusão. Os capítulos sugerem hipóteses menores que conduzem o leitor à resposta da pergunta principal.

No **primeiro capítulo**, faço uma apresentação geral do uso e função social da carta ao longo dos tempos, baseada em um artigo de Bazerman (2005). Em seguida, considero a questão da recontextualização (Barton e Hall, 1999) do gênero carta argumentativa no Vestibular da Unicamp.

Como o meu interesse é estudar o gênero carta argumentativa no âmbito do Vestibular da Unicamp, faço uma exposição do Vestibular da Unicamp, ressaltando os objetivos e a organização da prova de redação. O material utilizado para essa exposição é, basicamente, a publicação dos “15 Anos de Vestibular Unicamp: redação: coletânea, 1ª fase”, de 2001 e a publicação “Vestibular Unicamp: Redação”, de 1993. Durante a exposição, resalto a influência do discurso Bakhtiniano acerca dos gêneros discursivos no discurso dos autores das publicações. O objetivo dessa exposição é mostrar como o material da Comvest concebe o gênero carta argumentativa e como o apresenta aos seus leitores. A exposição do material da Comvest já apresenta indícios, em linhas gerais, de uma possível influência da proposta de carta argumentativa (incluindo a questão da coletânea da proposta da carta, existente no período de 1987 a 2003, e da coletânea única existente a partir de 2004) na argumentação desenvolvida na carta.

No **segundo capítulo**, apresento a análise de um *corpus* formado pelas propostas das cartas argumentativas do período de 1987 a 2007, a fim de verificar como as

propostas permitem caracterizar a argumentação desenvolvida nesse gênero. A hipótese é de que a proposta exerce função reguladora e modeladora do gênero carta argumentativa a partir das instruções que nelas estão contidas e, assim, influencia a construção da argumentação na carta, colaborando com a distinção entre as características da argumentação na carta e as na dissertação. Para o embasamento teórico da análise, tomo o texto de Schneuwly (2004) “Palavra e ficcionalização: um caminho para o ensino da língua oral”.

A análise das propostas de carta argumentativa aponta para diferentes orientações em relação ao locutor, ao interlocutor e à finalidade da argumentação. No capítulo, são apresentadas tabelas que mostram as diferentes orientações em relação a cada um desses três elementos e a implicação disso na argumentação. Os resultados deste capítulo geram duas hipóteses sobre estratégias e recursos mobilizados na argumentação desenvolvida na carta que possivelmente caracterizam-na.

O **terceiro capítulo** apresenta como *corpus* a proposta de carta argumentativa do Vestibular da Unicamp de 1993 e algumas cartas produzidas pelos vestibulandos durante a prova desse vestibular. O embasamento teórico da análise das cartas e da proposta considera a questão da relação polêmica e do ethos discursivo discutidos por Maingueneau (2005a, 2005b, 2005c) e a questão da retomada do discurso do outro discutida por Maingueneau (1996,1997), Authier-Revuz (2004) e Bakhtin (2004).

A proposta da carta argumentativa de 1993 é tomada como exemplo representativo da maioria das propostas no período de 1987 a 2003. Neste capítulo, é feita uma análise mais aprofundada dessa proposta, tendo em vista a análise das propostas no capítulo anterior. O objetivo é verificar as hipóteses levantadas no resultado da análise das propostas no capítulo anterior em relação às estratégias e recursos que podem ser mobilizados na argumentação da carta, caracterizando-a.

Já o objetivo da análise de cartas argumentativas produzidas por vestibulandos em 1993 é verificar a ocorrência desses recursos e estratégias e, principalmente, mostrar como eles se dão no fio da argumentação na carta, caracterizando-a e distinguindo-a da argumentação desenvolvida na dissertação.

Na **conclusão**, retomo de maneira sintetizada os resultados a que cheguei nesta pesquisa e que respondem a questão principal. Além disso, considero possíveis contribuições do meu trabalho para o ensino.

## **Capítulo 1: A carta argumentativa e a sua recontextualização no Vestibular da Unicamp**

Com base nas idéias de Bakhtin (2003) acerca dos gêneros discursivos, assume-se que a emergência dos variados gêneros discursivos está associada à possibilidade de inúmeras e diferentes atividades humanas. Na medida em que os campos de atividades se tornam mais complexos e diversificados, torna-se necessária a (re)criação de gêneros discursivos que atendam às necessidades dos sujeitos em diferentes situações de interação.

De acordo com Bazerman (2005), a carta é um gênero antigo que tem suas raízes nos gêneros da performance pública falada. As transcrições desses gêneros orais resultam em textos que evocam os aspectos sociais que cercam a performance oral. Um dos exemplos citados pelo autor é as transcrições de discussões orais sobre conhecimentos e crenças, como representado nos diálogos platônicos.

A partir disso, Bazerman (2005) mostra a utilização da carta ao longo da história. Muitas vezes, a carta está associada ao uso formal e oficial, evoluindo para o uso de expressões de preocupação pessoal, dando origem às cartas familiares e pessoais. Além disso, a carta também foi usada muitas vezes para disseminar, em determinados grupos, atitudes e posturas rebeldes a fim de que se organizassem atos de rebelião. Um exemplo citado pelo autor é o caso das rebeliões camponesas na Inglaterra, em 1381.

Observa-se, ao longo da história, que a carta é um gênero que desempenha um papel importante no surgimento de outros gêneros associados ao direito, ao governo, à política (como concessões, contratos), à Igreja (cartas apostólicas, súmulas, resoluções) e a instrumentos de dinheiro e crédito que medeiam os sistemas modernos bancários e financeiros.

A introdução da impressão facilita o aumento do número de cópias de textos, colaborando com a emergência de gêneros com função comunicativa definida e com amarras sociais. Bazerman (2005, p. 95-96) considera que pelo menos três principais tipos de escrita que floresceram na cultura impressa parecem ter alguma conexão com a carta: o jornal, a revista científica e o romance. Em relação à revista científica, o autor cita um caso interessante que ocorreu no século XVII, o do periódico *Philosophical Transactions of the*

*Royal Society*, em que filósofos e estudiosos discutiam filosofia natural dentre outros assuntos. Os primeiros números do periódico se constituíram, em sua maioria, sob a forma de resumos de correspondências ou das reuniões da *Royal Society* feitos pelo estudioso alemão Henry Oldenburg. Inicialmente, o estudioso escrevia como se estivesse se correspondendo com os leitores, transmitindo-lhes tudo o que tinha descoberto a partir de diversas fontes. Contudo, tempos depois, ele começa a citar longamente os seus correspondentes, o que fez com que os artigos assumissem a forma de cartas à *Royal Society*. O famoso artigo de Newton, de 1672, *A new theory of light and colours* apareceu no periódico sob a forma de carta. Como essa teoria gerou muita controvérsia, muitos correspondentes escreveram a Newton e este lhes respondia freqüentemente. Muitas das correspondências de Newton escritas para os leitores do periódico foram publicadas durante os cinco anos seguintes no periódico *Philosophical Transactions*. Como as cartas se dirigiam cada vez mais aos leitores do periódico e não mais ao seu destinatário nominal, uma tensão se desenvolveu, neste processo de reorientação, entre as características comuns ao argumento público (a asserção, a didática e a disputa) e as comuns à correspondência pessoal entre cavalheiros (a etiqueta, a polidez e a boa vontade). Muitos anos foram necessários para que os artigos perdessem os vestígios do formato de carta e assumissem o tom e o foco argumentativos abstratos dos artigos científicos.

Na maioria das vezes, as cartas apresentam elementos *estáveis*, como a distância entre o autor e o destinatário da carta, a interlocução e aspectos formais (a estrutura da carta é constituída, geralmente, pelo cabeçalho, pela saudação e o vocativo, pelo corpo da mensagem, pela despedida e pela assinatura). Contudo, considerando a idéia de que a escrita de cartas está associada a diferentes práticas sociais, pode-se dizer que este gênero assume diferentes características de acordo com a sua função na prática social em que está inserido. Barton e Hall consideram que:

“o gênero carta é definido, de certa forma, em função da situação de comunicação em que as cartas são usadas. Como a maioria dos gêneros, as cartas podem conter elementos de outros gêneros; as cartas podem incluir poesia e narrativa; elas apresentam traços tanto de cartas como de um gênero diferente de acordo o objetivo do seu uso [...] Tipos de cartas ou subgêneros tem sido apreendidos,

focando as suas formas e funções particulares e seus conteúdos específicos”. (BARTON, HALL, 1999, p.7).

O caso das correspondências entre Newton e seus leitores, publicadas no periódico *Philosophical Transactions of the Royal Society*, no século XVII, lembra as cartas de leitores publicadas atualmente nos jornais e revistas. Não é difícil encontrarmos em jornais e revistas uma seção em que leitores avaliam, discutem e opinam sobre diferentes assuntos (economia, política, esporte etc.), discordando ou concordando com opiniões já dadas. Tampouco é rara a circulação de cartas abertas destinadas ao público em geral ou a um público específico, ora reivindicando melhorias, ora denunciando problemas sociais. Dessa maneira, pode-se dizer que diferentes práticas sociais atuais fazem uso da escrita de cartas que, de acordo com a sua função, apresentam características de argumentação e persuasão. Essas cartas podem ser denominadas cartas argumentativas.

Como qualquer gênero discursivo, a carta argumentativa é passível de ser recontextualizada. Como exemplo de recontextualização de texto, ou de gênero, Barton (1999, p.9) cita o “deslocamento da carta de seu lugar nas práticas sociais para se tornar um texto de um livro de outro material didático”. O autor ainda observa que a recontextualização “acontece quando as cartas são movidas para outros lugares e usadas para diferentes propósitos.” (Barton, 1999, p.9). Dessa maneira, pode-se dizer que a carta argumentativa é recontextualizada pelo vestibular da Unicamp. Em outras palavras, especificamente a carta argumentativa que está inserida na prática social em que leitores escrevem para um jornal ou para uma revista comentando um assunto ou concordando ou discordando de uma opinião já dada sobre um assunto é recontextualizada pelo Vestibular da Unicamp – que é uma outra prática social – como forma de avaliação dos candidatos que concorrem a uma vaga nesta universidade. A recontextualização da carta argumentativa pelo vestibular implica a recriação ou a adaptação deste gênero, já existente, em um outro que, no caso, passa a ser entendido como um gênero escolar.

Dessa maneira, suponho que a carta argumentativa no Vestibular da Unicamp, como gênero recontextualizado e recriado a partir do gênero carta argumentativa que circula na sociedade, pode apresentar características diferentes das da carta argumentativa

escrita por leitores a jornais e revistas em função dos objetivos da prática social vestibular. A hipótese que levanto é a de que essas diferenças incidam sobre a argumentação. Considero que, ao escrever para o jornal ou revista, o leitor, ao discordar da opinião de outro sujeito sobre um determinado assunto, por exemplo, pode desenvolver um comentário crítico ao outro, e não exatamente uma carta em que trabalhe minuciosamente uma contra-argumentação, como deveria acontecer e como é esperado no vestibular.

Para entender melhor a prática social em que está inserida a carta argumentativa estudada nesta pesquisa, bem como os objetivos desta prática, será feita, a seguir, uma descrição, com algumas análises, do Vestibular da Unicamp, baseada na publicação “15 Anos de Vestibular Unicamp: redação: coletânea, 1ª fase” (2001) que apresenta o vestibular da Unicamp a partir do olhar de alguns de seus membros organizadores.

### **1.1. O vestibular da UNICAMP: concepção e objetivos**

O vestibular tem como propósito selecionar candidatos às vagas de ensino superior. Representantes de cada Instituição Superior organizam o processo seletivo da maneira mais adequada a atender aos anseios e ideais desta. Dessa maneira, o Vestibular da Unicamp é organizado em duas fases: na primeira fase, o candidato deve responder, no tempo máximo de quatro horas, às doze questões dissertativas referentes às disciplinas de núcleo comum do ensino médio – história, geografia, biologia, química, física e matemática – e optar por uma das três propostas de texto: dissertação, narrativa e carta argumentativa. Na segunda fase, realizada em quatro dias consecutivos, os candidatos devem responder a doze questões dissertativas de cada disciplina citada acima, incluindo língua portuguesa e literatura e língua estrangeira; nas provas da segunda fase as matérias são agrupadas duas a duas – língua portuguesa e literatura / biologia; química/ história; física/ geografia; matemática/ língua estrangeira – e cada prova deve ser respondida no tempo máximo permitido de quatro horas. De acordo com Abaurre e Possenti

“os que “pensam” exames Vestibulares e outras formas semelhantes de avaliação propõem em geral que tais provas podem, ou devem,

ter duas finalidades: uma seria selecionar candidatos com o perfil desejado pela universidade; outra, interferir, de alguma forma, na escola, ou seja, na preparação dos candidatos e demais estudantes”. (ABAURRE, POSSENTI, 2001, p.7).

O Vestibular da Unicamp busca avaliar a capacidade de leitura e de articulação de informações e conhecimentos do candidato. O perfil do aluno ideal para esta Universidade é “de alguém capaz de exprimir-se com clareza, de organizar as suas idéias, de estabelecer relações, de interpretar dados e fatos e de elaborar hipóteses, além de dominar os conteúdos de núcleo comum do ensino médio”.(Abaurre, Possenti, 2001, p.5.). A redação do Vestibular da Unicamp foi criada para atender esse objetivo: valendo 50% da pontuação total da primeira fase, ela apresenta uma “situação problema, na qual se espera ver como o candidato, de posse de certos elementos com os quais deve trabalhar, mostra-se capaz de refletir por escrito sobre a situação proposta” (Abaurre, Possenti, 2001, p.5).

## 1.2. A redação no vestibular da UNICAMP

Na publicação dos “15 Anos de Vestibular Unicamp: redação: coletânea, 1ª fase” de 2001, Abaurre e Possenti tecem comentários acerca da concepção do Vestibular da Unicamp, focando a Prova de Redação. Os autores esclarecem que, ainda que se use o termo **redação**, o Vestibular da Unicamp busca a “introdução da **escrita**”(Abaurre, Possenti, 2001, p.8).

Os autores nitidamente criticam a idéia de “redação”, associando essa atividade ao contexto escolar: “Uma redação é um texto que se escreve de “improviso”, sem pesquisa ou consulta, a partir de um tema brevemente formulado, quase um título: o orvalho, o trem, o laser etc.”. (Abaurre, Possenti, 2001, p.8). Ainda sobre essa prática, condenam a exigência da produção de um texto original – criativo – com base em pressupostos românticos: “A suposição, no caso das redações escolares, é que cabe ao escrevente dar um jeito de, espremendo a cabeça e sendo imaginativo como teriam sido os escritores românticos, produzir um texto original” (Abaurre, Possenti, 2001, p.8). Pode-se dizer que

Abaurre e Possenti assumem posição análoga a de Franchi (1987) ante à questão da **criatividade**: refutando a idéia de que a criatividade do aluno está associada exclusivamente à inspiração e a imaginação, o lingüista defende, nos anos 80, uma nova concepção de criatividade e critica a concepção assumida pela escola até então. Para Franchi (1987), a criatividade é entendida como um processo situado histórico e socialmente; em contexto escolar, é o trabalho produzido na interação entre professores e alunos. O autor ainda afirma que a atividade criadora situa-se em um contexto vital e social.

“Ela não se manifesta somente em um ato individual, isolado. Desenvolve-se no diálogo e na contradição. Na multiplicação dos interlocutores. No contraponto de um discurso que se atualiza em um contexto bem determinado. Embora no sujeito, é um processo histórico porque supõe ao mesmo tempo a exploração dos campos já cultivados e o rompimento de limites anteriormente estabelecidos”. (FRANCHI, 1987, p. 11).

Ao defender o exercício da **escrita** na Prova de Redação, Abaurre e Possenti (2001) explicam que, como proposto pela banca organizadora do Vestibular Unicamp, a produção textual envolve o processo da leitura, da pesquisa, da busca de informações necessárias para que o candidato tenha “o que dizer” em seu texto. É nesse contexto que a coletânea assume papel essencial: o processo da escrita engloba a pesquisa. Na prova, o candidato pode (ou deve) fazer uso de um conjunto de variados textos para pesquisar informações e construir ou enriquecer, a partir desse movimento, um projeto de texto. Nas palavras de Abaurre e Possenti, a coletânea

“simula (simula, porque o Vestibular ainda é uma prova...) as condições de escrita no mundo real: funciona como funcionaria a pesquisa que precede a escrita. De fato, a coletânea até faz mais do que simular outra das condições da escrita, que é escrever a partir do que já se escreveu. É que escrever é uma prática social que consiste, em boa medida, em escrever contra, sobre, a favor, ou mais, simplesmente, a partir de outros textos. Não há escrita sem polêmica, retomada, citação, alusão etc”. (ABAURRE, POSSENTI, 2001, p.9).

As idéias de Abaurre e Possenti (2001) corroboram a idéia de que a concepção da escrita tomada pelo Vestibular da Unicamp é de ordem discursiva. Relacionando o pensamento dos autores à idéia Bakhtiniana de que os enunciados são “elos constitutivos da cadeia de comunicação verbal” (Bakhtin, 2003), é coerente afirmar que o texto – ou enunciado – produzido pelo candidato faz parte de um processo enunciativo e está sempre em contato com outros textos – ou outros enunciados – e com outros discursos; é importante lembrar que o candidato deve sempre considerar em seu texto informações contidas na coletânea. Bakhtin afirma que:

“a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e continua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de assimilação – mais ou menos criador – das palavras **do outro**. Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos.” (BAKHTIN, 2003, p.294)

Admitindo neste trabalho a concordância entre as idéias de Bakhtin (2003) acerca da concepção enunciativa da linguagem e de Abaurre e Possenti (2001) acerca do processo de escrita no vestibular, pode-se dizer que os autores parecem não acreditar em que “a coletânea inibe uma suposta criatividade do candidato”. (2001, p.9). Eles ainda justificam:

“Não se pode esperar uma linguagem e uma abordagem inventadas, sem lastro na historicidade da língua e dos gêneros ou em pontos de vista historicamente localizáveis. Retomar de alguma forma o que já foi dito é de fato condição para que os textos tenham sentido”.(ABAURRE, POSSENTI, 2001, p.9).

Ainda sobre a Prova de Redação, Abaurre e Possenti (2001) lembram que o movimento da retomada da palavra do outro não é a mera repetição daquilo que já foi dito. Assim, fazem menção, em algumas linhas, acerca do conceito de autoria do sujeito, elemento considerado essencial na produção textual. Os lingüistas afirmam que o conceito em questão

“implica, por um lado, a inserção do sujeito que escreve na história de um tema, o que obriga a considerar o que já se disse – pelo menos em parte. Em segundo lugar, tal conceito implica uma elaboração de alguma forma pessoal de um novo texto, que dialoga com os outros sem ser deles mera repetição. Em terceiro lugar, o conceito de autoria implica também algum trabalho com a linguagem, sobre a linguagem, uma relação menos mecânica com ela, que redundaria no que se pode caracterizar talvez como estilo”.(ABAURRE, POSSENTI, 2001, p. 9).

### **1.2.1. Algumas palavras sobre a coletânea**

Desde o primeiro exame de Vestibular assumido integralmente pela Unicamp para selecionar os alunos ingressantes do ano de 1987, a coletânea integra a proposta da Prova de Redação. Como a coletânea está intrinsecamente ligada às mudanças que ocorreram ao longo dos anos na Prova de Redação do Vestibular da Unicamp, torna-se necessário comentar tais mudanças. Considerando que a ocorrência de mudança mais significativa na Prova de Redação é a do Vestibular de 2004 e a fim de que se tenha uma melhor visualização dessa mudança, são apresentados, abaixo, dois textos de *Orientação Geral* da Prova de Redação dos vestibulares: o primeiro, do vestibular de 2003, representa o intervalo de anos entre 1987 e 2003; o segundo, de 2005, representa o intervalo de 2004 e 2007.

É válido ressaltar aqui que esses textos fazem parte dos *Caderno(s) de Questões – a Unicamp comenta suas provas*, publicados anualmente pela Coordenação Executiva dos Vestibulares da Unicamp e, atualmente, disponíveis no *site* da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp, a Comvest ([www.comvest.unicamp.br/vest\\_antiores](http://www.comvest.unicamp.br/vest_antiores)).

□ Vestibulares de 1987 a 2003

**Orientação Geral da Prova de Redação do Vestibular de 2003.**

**Escolha do tema:**

*Escolha um dos três temas propostos para redação e assinale sua escolha no alto da página de resposta. Você deve desenvolver o tema conforme o tipo de texto indicado, segundo as instruções que se encontram na orientação dada ao tema escolhido.*

**Coletânea de textos:**

*Os textos que acompanham cada tema foram tirados de fontes diversas e apresentam fatos, dados, opiniões e argumentos relacionados com o tema geral EVOLUÇÃO/PROGRESSO. São textos como aqueles a que você está exposto na sua vida diária de leitor de jornais, revistas ou livros, e que você deve saber ler e comentar. Leia a coletânea e utilize-a segundo as instruções específicas dadas para o tema escolhido. Se quiser, pode valer-se também de informações que julgar importantes, mesmo que tenham sido incluídas nas propostas dos outros temas ou nos enunciados das questões desta prova.<sup>3</sup>*

□ Vestibulares de 2004 a 2007

**Orientação Geral da Prova de Redação do Vestibular de 2005.**

**Tema:**

*O tema da Prova de Redação é o Rádio.*

**Coletânea:**

*É um conjunto de textos de natureza diversa que serve de subsídio para a sua redação. Sugerimos que você leia toda a coletânea para depois selecionar os elementos que julgar pertinentes à elaboração da proposta escolhida. Um bom aproveitamento da coletânea não significa referência a todos os textos. Esperamos, isso sim, que os elementos selecionados sejam articulados com a sua experiência de leitura e reflexão. Se desejar, você pode valer-se também de elementos presentes nos enunciados das questões da prova.*

**ATENÇÃO:** a coletânea é única e válida para as três propostas.

**Proposta:**

---

<sup>3</sup> Texto extraído do site [http://www.comvest.unicamp.br/vest\\_anteriores/2003/download/ProvaFase1.pdf](http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2003/download/ProvaFase1.pdf)

*Escolha uma das três propostas para a redação (dissertação, narração ou carta) e assinale sua escolha no alto da página de resposta. Cada proposta faz um recorte do tema da Prova de Redação (o **Rádio**), que deve ser trabalhado de acordo com as instruções específicas.*

**ATENÇÃO** – Sua redação **será anulada** se você:

**a)** fugir ao **recorte do tema** na proposta escolhida; **b)** desconsiderar a **coletânea**; **c)** não atender ao **tipo de texto** da proposta escolhida.<sup>4</sup>

Os textos de Orientação Geral para a Prova de Redação, acima transcritos, mostram que a coletânea é composta por excertos de textos ou textos na íntegra dos mais variados tipos – conceituais, analíticos, opinativos, informativos, artísticos – que abordam de diversas maneiras o tema proposto e que devem ser aproveitados no texto do candidato; porém, não devem ser copiados. Além disso, tais textos ou fragmentos fazem parte, supostamente, da vida cotidiana dos candidatos uma vez que são retirados de jornais, revistas, livros, ou seja, de materiais com os quais os candidatos estão em contato.

Observa-se que, no período de 1987 a 2003, cada um dos três *temas* de redação propostos – dissertação, narrativa e carta argumentativa – possui a sua própria coletânea, como informa o texto de Orientação Geral da Prova de Redação de 1996.

A partir de 1999, a Prova da 1ª fase do Vestibular da Unicamp torna-se temática: as questões da 1ª fase e os três temas da Prova de Redação abordam um mesmo assunto. Entretanto, apesar de considerável, essa mudança geral não acarreta alteração na Prova de Redação: o texto de Orientação Geral de 2003 traz a mesma instrução dada nas provas dos anos anteriores: o candidato deve *desenvolver o tema conforme o tipo de texto indicado*. Além disso, o candidato pode usar outras informações que julgar necessárias para desenvolver seu texto; tais informações podem ser aquelas contidas ou em enunciados de questões da prova da 1ª fase do Vestibular, ou em alguma das outras coletâneas da Prova de Redação ou em outro tipo de fonte a que teve acesso antes de prestar o exame.

Em 2004, a Prova da 1ª fase do Vestibular da Unicamp permanece temática; porém, a partir desse ano, há uma mudança significativa na Prova de Redação, apontada no

---

<sup>4</sup> Texto extraído do site <http://www.comvest.unicamp.br/vest2005/F1/provaf1.pdf>

texto de Orientação Geral apresentado acima (de 2005): a coletânea passa a ser única para as três *propostas* de redação, como são chamados os antigos *temas* a partir de então.

Além dos textos de Orientação Geral da Prova de Redação, os *Caderno(s) de Questões – a Unicamp comenta suas provas* trazem um texto que comenta a função da coletânea na Prova de Redação, orientando o candidato sobre como melhor aproveitá-la no seu texto.

A seguir, serão apresentadas as reproduções parciais dos textos publicados em 2002 e em 2004 que ilustram, respectivamente, o período pré e pós-mudanças na prova de redação. É possível observar nos dois textos o papel fundamental da coletânea na prova de redação.

Vale ressaltar que o meu objetivo com a apresentação e comentário dos dois textos que representam as visões pré e pós-mudanças ocorridas na prova de redação em 2004 é apenas ilustrar os objetivos da banca organizadora da prova nos dois períodos. Pretendo apenas mostrar os pontos em que a mudança incidiu e como a nova banca organizadora a justifica.

#### □ **A coletânea de 1987 a 2003**

*Reprodução parcial do texto sobre a coletânea publicado no “Caderno de Questões – a Unicamp comenta suas provas” em 2002.*

[...]

*“É, em grande parte, avaliando a reflexão que os candidatos fazem a partir de um conjunto de textos fornecidos como parte do enunciado da prova – a “coletânea” – que a Unicamp seleciona para seus cursos alunos que demonstram ser capazes de analisar criticamente os dados disponíveis na proposta e de relacioná-los de maneira coerente na produção de seu próprio texto. Quanto maior a capacidade de ler criticamente os fragmentos da coletânea, de relacionar os fragmentos entre si e de elaborar hipóteses sobre o tema proposto, maior será, portanto, a chance de o candidato conseguir uma boa nota na Redação.*

*Como você vê, a coletânea tem um papel fundamental na Prova de Redação do Vestibular Unicamp e, por isso, convém lembrar os principais objetivos com que ela é selecionada. O primeiro é o de fornecer ao candidato um conjunto de informações que o ajudem na elaboração do texto. Ao fornecer uma coletânea, a Unicamp deixa claro que não pretende surpreender ninguém, pedindo que escreva sobre um tema totalmente desconhecido e que não espera que você fique imaginando qual seria um desenvolvimento “original” que ninguém teria tentado ainda sobre o assunto, mas sim que leia os fragmentos e, através de um texto coerente, demonstre sua capacidade de analisar e relacionar à sua maneira os fragmentos da coletânea. Se você tiver conhecimento de algum outro dado, externo à coletânea, pertinente para corroborar alguma hipótese ou exemplificar alguma informação do seu texto, é claro que pode e deve usá-lo.*

*O segundo objetivo da coletânea é o de delimitar o tema. A partir da leitura de uma proposta, sem a consideração da coletânea, podem-se imaginar vários desenvolvimentos pertinentes. Depois da leitura da coletânea, no entanto, alguns dos desenvolvimentos imaginados são obrigatoriamente descartados e outros continuam possíveis, e é um desses que você deve escolher. Além de descartar alguns desenvolvimentos, essa “delimitação” auxilia na compreensão do próprio tema. Se, ao ler o tema, você não entender exatamente o que está sendo pedido, não se desespere! Leia com atenção a coletânea e esta, certamente, esclarecerá pelo menos parte de suas dúvidas. Você não só perceberá que há mais de um desenvolvimento possível para o tema, como entenderá – ao reler o tema – o que, exatamente, se espera que você faça.*

*O terceiro objetivo é o de avaliar as diferentes capacidades de leitura dos candidatos; alguns fragmentos dão margem a leituras mais superficiais, mais ingênuas, outros a leituras mais profundas, mais críticas; alguns fragmentos relacionam-se entre si de maneira a sustentar uma determinada argumentação, ou a sugerir um determinado desenvolvimento narrativo, ou uma determinada construção de personagem, por exemplo; outros apresentam posições contraditórias, e é a partir da seleção e uso dos fragmentos da coletânea que se distinguem candidatos com diferentes níveis de leitura.”*

*[...]*

Como dito anteriormente, a existência da coletânea colabora com a *simulação* de uma situação real de escrita em que o candidato busca, seleciona e relaciona informações a fim de constituir o seu “o que dizer”.

Outro objetivo da coletânea é *delimitar o tema*; quando o candidato não entende o tema proposto, ele pode buscar auxílio na coletânea: as informações ali contidas ajudam-no a formular um eixo temático pertinente ao que é proposto, evitando assim, o “fugir do tema” e, conseqüentemente, a anulação da redação. Este segundo objetivo está fortemente associado ao primeiro, comentado no parágrafo anterior.

O terceiro objetivo é *avaliar as diferentes capacidades de leitura dos candidatos*: o texto deixa claro que os vestibulandos que conseguem fazer uma leitura mais crítica e apurada da coletânea a fim de estabelecer relações entre as informações nela contidas e aproveitá-las da melhor maneira em seu texto são fortes candidatos às vagas da universidade. Além disso, o texto transcrito indicia que os excertos das coletâneas da dissertação dialogam propositalmente entre si, assim como os da coletânea da carta argumentativa<sup>5</sup>. Em outras palavras, apesar de serem de naturezas diversas, as informações dos excertos da coletânea ora complementam-se, ora refutam-se. Pode-se dizer que, dessa maneira, espera-se do candidato que ele saiba perceber e selecionar os excertos que, sobre um mesmo tema, enunciam da mesma posição discursiva e contrapô-los aos que enunciam de posições diferentes, retomando em seu texto tais posições discursivas e marcando a posição da qual enuncia por meio de estratégias lingüísticas.

A mudança ocorrida na Prova de Redação do Vestibular de 2004 ocasionou a reformulação do texto publicado no *Caderno de Questões – a Unicamp comenta suas provas* de 2004. Além de mostrar a importância da coletânea na prova de redação, o texto apresenta a justificativa da criação da coletânea única para as três propostas, indiciando alguma divergência em relação à existência de coletâneas diferentes para cada tema. Observe, a seguir, a transcrição parcial desse texto:

---

<sup>5</sup> A narração não é tomada aqui por se tratar do gênero que mais se distancia do gênero carta argumentativa, foco deste trabalho. A dissertação ainda é considerada porque, para produzi-la, o vestibulando precisa diferenciar posições discursivas presentes na coletânea e desenvolver estratégias argumentativas; o mesmo acontece na carta. Esse assunto será aprofundado em outro capítulo.

#### □ A coletânea de 2004 a 2007

*Reprodução parcial do texto sobre a coletânea publicado no “Caderno de Questões – a Unicamp comenta suas provas” em 2004.*

*[...]*

*“A coletânea da prova de 2004 abordou o tema geral da prova da primeira fase (**Cidades**), que foi recortado (daí o termo **recorte temático**) de maneira distinta em cada uma das três **propostas** (ou **temas**, em provas anteriores).*

*Mantendo a concepção de que a Prova de Redação do Vestibular da Unicamp é uma prova de leitura e escrita, definimos, diferentemente dos anos anteriores, **uma coletânea única** para as três propostas de trabalho, fazendo dela o lugar de entrada da Prova de Redação, o elemento desencadeador da relação leitura/ escrita, no sentido de levar o candidato a re-elaborar sua leitura (da coletânea) no processo de escrita do texto. Com uma coletânea única, pudemos reorganizar a relação entre as três propostas, de modo que os vários excertos pudessem ser lidos de maneiras diversas e não pré-estabelecidas, dependendo da proposta escolhida pelo candidato. Com essa mudança, visamos também alcançar um equilíbrio maior de leitura entre as três propostas, não havendo excertos exclusivos para qualquer uma delas.*

*Buscamos ainda, com a coletânea única, um equilíbrio entre a leitura que denominamos de “instantânea” - aquela feita no momento da realização da prova - e a experiência de leitura prévia do candidato. Em outras palavras, a coletânea tem o papel desencadeador na relação do autor com seu projeto de texto, valorizando sua experiência prévia de vida, leitura e reflexão. É essa experiência que deve ser mobilizada a partir da leitura da coletânea.*

*Por concebermos a leitura como um processo de construção de sentidos, procuramos evitar fazer com que a coletânea fosse lida como um roteiro - e que o foco dessa leitura fosse a recuperação de conteúdos e de informações, citadas e coladas no texto do candidato. Assim, a coletânea não é pensada como um roteiro interpretativo, mas como um conjunto de possibilidades diversas de abordagem da própria complexidade do tema, com o*

*qual, supunha-se, o candidato já tivesse tido algum contato. Além disso, a coletânea não define uma hierarquia entre os excertos, que podem ser aproveitados de diferentes maneiras, conforme o modo de cada candidato mobilizar sua leitura da coletânea (sempre a partir de sua experiência como leitor e autor de textos), em função de seu projeto de texto. Seguindo a tradição do vestibular da Unicamp, os excertos são de natureza diversa. [...]*

*Ainda ao produzir a coletânea, procuramos evitar a polarização de idéias, que levaria o candidato a uma tomada de posição sobre opiniões dicotômicas, para não correr o risco de reduzir a produção da redação a um preenchimento de expectativas já pressupostas.”*

*[...]*

Apesar de explicitar que a concepção da Prova de Redação, uma *prova de leitura e escrita*, permanece, o texto aponta para mudanças, a começar pela coletânea única. O texto afirma que a coletânea única é *o lugar de entrada da Prova de Redação, o elemento desencadeador da relação leitura/ escrita, no sentido de levar o candidato a re-elaborar sua leitura (da coletânea) no processo de escrita do texto*. Até aqui, a idéia de *simulação* de uma situação real de escrita proposta até 2003 permanece: a coletânea é, para o candidato, um elemento desencadeador do processo de leitura e escrita; por meio de uma re-elaboração, ele retoma a palavra de outros em seu texto.

No entanto, uma comparação mostra que algumas idéias contidas no texto transcrito acima sugerem uma adaptação das idéias contidas no enunciado do Texto de Orientação Geral para a Prova de Redação do ano de 2002, transcrito anteriormente, com o objetivo de tornar, na visão da nova banca organizadora da prova de redação, a prova mais equilibrada. Seguem, abaixo, alguns trechos do texto em questão e um pequeno comentário acerca das mudanças.

*Com uma coletânea única, pudemos reorganizar a relação entre as três propostas, de modo que os vários excertos pudessem ser lidos de maneiras diversas e **não pré-estabelecidas**<sup>6</sup>, dependendo da proposta escolhida pelo candidato.*

---

<sup>6</sup> As palavras e expressões em negrito foram destacadas por mim.

*Por concebermos a leitura como um processo de construção de sentidos, procuramos evitar fazer com que a coletânea fosse lida como um roteiro - e que o foco dessa leitura fosse a recuperação de conteúdos e de informações, citadas e coladas no texto do candidato.*

*Ainda ao produzir a coletânea, procuramos evitar a polarização de idéias, que levaria o candidato a uma tomada de posição sobre opiniões dicotômicas, para não correr o risco de reduzir a produção da redação a um preenchimento de expectativas já pressupostas.*

A presença de termos e expressões como *pré-estabelecidas* e *expectativas já pressupostas* indiciam uma tentativa de adequação ao papel da coletânea nas provas de redação. A nova concepção entende a coletânea, como era selecionada e organizada antes, como um roteiro com idéias pré-estabelecidas pelos organizadores da prova a fim de conduzir a escrita do texto do vestibulando. Dessa maneira, o candidato só teria o trabalho de identificar *opiniões dicotômicas*, no caso da dissertação e, possivelmente, da carta argumentativa. Ele deveria assumir uma das posições e, usando os excertos da coletânea, escrever um texto que atenda às expectativas já pressupostas pela banca organizadora.

Além disso, os excertos transcritos acima apontam, indiretamente, para o fato de que a existência de uma coletânea para cada tema pode favorecer a produção de um dos tipos de texto, uma vez que alguns excertos da coletânea da dissertação, por exemplo, podem parecer mais fáceis para os candidatos, se comparados aos excertos da coletânea da narração ou da carta argumentativa.

A idéia da coletânea única, para a nova banca organizadora da prova de redação, possibilitaria uma prova mais equilibrada. Ela seria um dos recursos a serem utilizados pelo candidato na produção de sua redação, seja qual for a sua opção de tema, além de ter o mesmo peso que a experiência de leituras prévias do candidato. *Em outras palavras, a coletânea tem o papel desencadeador na relação do autor com seu projeto de texto, valorizando sua experiência prévia de vida, leitura e reflexão. É essa experiência que deve ser mobilizada a partir da leitura da coletânea.* De acordo com a nova concepção, somente assim a leitura pode ser entendida como *processo de construção de sentidos*.

Colocando em plano secundário algumas divergências sobre a organização da coletânea, pode-se concluir que, tanto no período pré-mudança (uma coletânea para cada tema), como no período pós-mudança (coletânea única para as três propostas), a coletânea tem a importante função de colaborar com a simulação de uma situação real de escrita em que o sujeito precisa buscar, selecionar e relacionar informações e pontos de vista a fim de organizar o seu “o que dizer”.

### **1.2.2. Os três temas – ou propostas – de redação do Vestibular da UNICAMP**

Apontada a função da coletânea na Prova de Redação da Unicamp, cabe aqui apresentar as características dos três *tipos de texto*<sup>7</sup> por entre os quais o vestibulando deve optar: a dissertação, a narrativa e a carta argumentativa. Para isso, foi consultada a publicação “Vestibular Unicamp: Redação” de 1993. Nessa obra, com a finalidade de explicitar as razões da existência de três propostas para a redação, Furlan, Abaurre e Abaurre consideram duas questões:

1. “O pressuposto de que, dados três temas, você (vestibulando) tem a possibilidade de escolher aquele que tem condições de desenvolver melhor, **no tipo de texto especificado.**”
2. “A certeza de que é possível avaliar, na sua redação, as mesmas habilidades, qualquer que tenha sido sua escolha quanto ao tipo de texto”.(FURLAN, et. al., 1993, p.27).

#### **1.2.2.1. Tema ou Proposta A: A DISSERTAÇÃO**

De acordo com Furlan, Abaurre e Abaurre (1993), a dissertação na Prova de Redação exige do vestibulando uma reflexão elaborada sobre questões da atualidade; não é um mero exercício de justaposição de comentários fragmentados e/ou de levantamento de

---

<sup>7</sup> Termo usado por Abaurre em Vestibular Unicamp – Redação. São Paulo: Editora Globo, 1993. Neste trabalho, os tipos de texto serão considerados gêneros discursivos.

aspectos favoráveis e contrários sobre um tema. “Escrever um texto dissertativo não é apenas tecer comentários impessoais sobre determinado assunto, tampouco de limitar-se a apresentar aspectos favoráveis e contrários e/ou positivos e negativos da questão” (FURLAN et al., 1993, p.28). Os autores esclarecem a expectativa dos responsáveis pela elaboração da Prova de Redação:

“Quando se pede a alguém que disserte por escrito sobre um determinado tema, espera-se um texto em que sejam expostos e analisados, de forma coerente, alguns dos aspectos e argumentos envolvidos na questão tematizada. Não há escrita sem leitura, sem reflexão, sem a adoção de um ponto de vista e, pode-se mesmo dizer, sem um desejo, por parte de quem escreve, de se manifestar a respeito de um determinado tema. Assim, é especialmente importante que, em uma dissertação, sejam apresentados e discutidos fatos, dados e pontos de vista acerca da questão proposta”.(FURLAN et al., 1993, p.28).

Em relação à idéia de que a dissertação não deve ser escrita em 1ª pessoa, Furlan, Abaurre e Abaurre justificam afirmando que o fundamento disso é o enfraquecimento do texto argumentativo, uma vez que este parecerá ser construído com base em “achismos” e opiniões pessoais. Ainda alertam os vestibulandos: “Saiba que a postura mais adequada para se dissertar é mesmo escrever impessoalmente, como se o autor daquele texto fosse o próprio **bom senso**, a própria **lógica**, a **razão**, ou ainda, a **verdade**” (Furlan et al., 1993, p.29).

A questão do interlocutor universal é valorizada pelos autores ao considerarem que “uma dissertação não se dirige a um interlocutor específico ou a um grupo deles; dirige-se, isto sim, a um “leitor universal”, algo que poderia ser definido como: todos os seres humanos alfabetizados e dotados de raciocínio”. (Furlan et al., 1993, p.29).

### 1.2.2.2. Tema ou Proposta B: A NARRATIVA

Considerando as palavras de Furlan, Abaurre e Abaurre (1993) acerca da narrativa, pode-se dizer que a elaboração desse texto não consiste em relatar uma seqüência de acontecimentos com a finalidade de se obter história. Tendo em vista que a Prova de Redação do vestibular da Unicamp é permeada por expectativas em relação a habilidades específicas do vestibulando – “capacidade para selecionar e interpretar dados e fatos, estabelecer relações e elaborar hipóteses” – os autores observam que

“a proposta da Unicamp não é somente um estímulo para a criação de um texto narrativo; ela é, isto sim, constituída por um conjunto de exigências/informações que devem ser articuladas às caracterizações e desenvolvimentos que o candidato pretende dar às categorias do texto narrativo na hora de produzir sua redação. É exatamente pelo fato de que a proposta delimita espaços autorizados para a criação ficcional que os textos narrativos podem ser avaliados segundo critérios objetivos como se faz no Vestibular da Unicamp”. (Furlan et al., 1993, p.35).

Furlan, Abaurre e Abaurre (1993, p.36), além disso, analisam um a um os elementos da narrativa. Ao discorrerem acerca do narrador, enfatizam a relação entre foco narrativo e grau de consciência narrador: se é através deste último que se toma “conhecimento do enredo, das características das personagens, da descrição do cenário etc”, o candidato deve saber que se a narrativa é feita em “3ª pessoa, o narrador pode saber tudo, se for em 1ª, depende da atuação deste dentro do enredo”.

Em relação às personagens, ressaltam que uma boa descrição física não basta. As características psicológicas devem ser elaboradas atentamente, pois tais características motivam o comportamento e as ações das personagens. Nas palavras de Furlan, Abaurre e Abaurre (1993, p.36), as personagens “devem ser pensadas como representações de pessoas, e por isso sua caracterização é bem mais complexa, devendo levar em conta também aspectos psicológicos de tipos humanos.[...] o comportamento delas é em grande parte determinado por tais características psicológicas”.

Já as expectativas da banca da Prova de Redação acerca do cenário extrapolam a concepção de mero plano de fundo da história: o cenário deve ter função significativa na narrativa, mantendo relação com os acontecimentos.

Ao tratar da questão do tempo, Furlan, Abaurre e Abaurre (1993) notam que a maneira inadequada de lidar com o tempo na narrativa resulta em problemas de verossimilhança no texto. Dessa maneira, orientam o vestibulando a dar atenção para “a maneira como os fatos, acontecimentos e ações das personagens se articulam no plano temporal, ou, em termos mais simples, atenção para o fato de que acontecimentos e ações têm, necessariamente, uma duração”. (Furlan et al., 1993, p.36).

Por fim, mencionam que o enredo é o elemento sobre o qual o vestibulando tem idéia mais bem formada. Na definição dos autores (1993, p.36), enredo é “o resultado da atuação das personagens em determinados cenários, durante certos períodos de tempo, tudo isso contado, para o leitor, por um narrador”.

### **1.2.2.3. Tema ou Proposta C: A CARTA ARGUMENTATIVA**

Ao tratar da carta argumentativa, Furlan, Abaurre e Abaurre (1993) observam que este é o único *tipo de texto* – neste trabalho considerado gênero discursivo – que não remete às lembranças escolares dos textos produzidos pelos vestibulandos em sala de aula. Sugerindo a idéia de que é uma proposta formulada pela banca da Prova de Redação que beneficia o vestibulando, os autores (1993, p.47) enfatizam a questão do interlocutor definido pela proposta: “o pressuposto é de que, se é definido previamente quem é seu interlocutor sobre um determinado assunto, você (vestibulando) tem melhores condições de fundamentar sua argumentação”.

Além disso, ressaltam que

“o fato de que o contexto criado para esse exercício é o de uma carta implica também algumas expectativas quanto à forma do seu texto. Por exemplo, é necessário estabelecer e manter a interlocução, usar uma linguagem compatível com o

interlocutor.[...] Mas que fique bem claro: no cumprimento da proposta que é exigida uma carta argumentativa, não basta dar ao texto a organização de uma carta, mesmo que a interlocução seja natural e coerentemente mantida; é necessário **argumentar**". (FURLAN et al., 1993, p.47).

Neste momento do trabalho, é interessante observar que as citações feitas neste capítulo e retiradas da publicação *Vestibular Unicamp: Redação* de 1993 fazem alusão à concepção dos autores acerca das características da dissertação, da narrativa e da carta argumentativa até então. A definição da carta argumentativa e a diferenciação entre esta e a dissertação são permeadas pela relação entre argumentação e interlocutor.

“O que diferencia a proposta da carta argumentativa da proposta de dissertação é o tipo de argumentação que caracteriza cada um desses tipos de texto. O texto dissertativo é dirigido a um interlocutor genérico, universal. Por outro lado, a proposta da carta argumentativa pressupõe um interlocutor específico para quem a argumentação deverá estar orientada. Essa diferença de interlocutores deve necessariamente levar a uma organização argumentativa diferente, nos dois casos. Até porque, na carta argumentativa, a intenção é freqüentemente a de persuadir um interlocutor específico (convencê-lo do ponto de vista por ele defendido e que o autor da carta considera equivocado)". (FURLAN et al., 1993, p.46).

Em relação à carta argumentativa, o próximo capítulo contém um estudo mais aprofundado das propostas das cartas argumentativas do período de 1987 a 2007, enfatizando a variação de alguns elementos desse gênero discursivo ao longo dos anos, em função das expectativas dos responsáveis pela elaboração da Prova de Redação.

#### **1.2.2.3.1. A coletânea da proposta da carta argumentativa no período de 1987 a 2003**

Tendo como base as idéias contidas na publicação *Vestibular Unicamp: Redação* de 1993, serão feitas algumas considerações, que se mostram importantes, acerca

da coletânea que acompanha a proposta ou tema C da Prova de Redação do vestibular da Unicamp, ou seja, a coletânea que acompanha a proposta da carta argumentativa. Ao estabelecer a diferença entre a coletânea da proposta A – dissertação – e a proposta C a fim de definir a natureza de cada uma, Furlan, Abaurre e Abaurre afirmam que

“enquanto na coletânea do tema A as fontes dos fragmentos costumam ser, muito freqüentemente, diversificadas, tais como jornais, revistas, livros etc, ou seja, costumam trazer vários aspectos que devem ser levados em conta na discussão de uma questão específica, a coletânea do tema C caracteriza-se muito mais pela explicitação de um ponto de vista (ou de pontos de vista conflitantes) a respeito de um assunto polêmico. Os autores concluem sua idéia ressaltando que a coletânea do tema C constitui-se, fundamentalmente, de textos extraídos de alguma(s) dessas fontes: cartas enviadas aos órgãos de imprensa, depoimentos pessoais, artigos assinalados etc., enfim, textos que demonstram a intenção clara, por parte de seus autores, de polemizar sobre determinado assunto”. (FURLAN et al., 1993, p.23).

É enfatizado ainda, na publicação em questão, que, apesar das diferenças apontadas no parágrafo anterior, há uma de maior importância, referente ao uso da coletânea nos textos: na dissertação não é necessário que o vestibulando leve em conta a autoria dos argumentos contidos na coletânea; já na carta argumentativa, necessariamente o vestibulando deve considerar o autor do texto de opinião da coletânea, considerando-o interlocutor explícito.

### **1.3. Considerações finais**

A contextualização feita do vestibular neste capítulo, especificamente da prova de redação, considerando as publicações de pessoas envolvidas na organização desta prova, possibilita um entendimento maior dos objetivos desta prática social.

Tendo como objetivo selecionar candidatos, a prova do vestibular se caracteriza pelo constante exercício de leitura e escrita. Especificamente, a prova de redação objetiva avaliar a capacidade do candidato em buscar, selecionar e relacionar informações e pontos

de vista em função do “o que dizer” de seu texto. Nesse contexto, a coletânea assume um papel essencial, uma vez que possibilita a leitura de vários excertos de diferentes gêneros discursivos. Ao proporcionar que o candidato dialogue com as palavras dos outros, a coletânea colabora com a simulação de uma situação real de escrita.

A apresentação do vestibular aponta para a recontextualização e recriação do gênero carta argumentativa que circula na sociedade. Como visto, no contexto do vestibular, não basta o candidato saber redigir uma carta, considerando os aspectos estáveis deste gênero (incluindo, aqui, a interlocução). É necessário, sobretudo, argumentar. Isso implica um trabalho bem mais elaborado de argumentação do que os comentários tecidos nas cartas de leitores enviadas a jornais ou a revistas, a fim de concordar ou discordar de uma opinião já dada sobre um assunto.

O vestibular possibilita ao candidato optar por desenvolver ou uma narrativa, ou uma dissertação ou uma carta argumentativa. Em outras palavras, o vestibular oferece duas opções de gênero argumentativo: a dissertação e a carta argumentativa. A diferença básica entre os dois é o tipo de interlocutor: universal, no primeiro gênero, e específico, no segundo. Dessa maneira, entende-se que o candidato, ao desenvolver a argumentação, deve considerar o tipo de interlocutor a que dirige seu texto.

A partir disso, pode-se dizer que a argumentação na carta argumentativa apresenta características diferentes da na dissertação, refutando a idéia de alguns candidatos de que a carta é uma dissertação “modificada”, que contém o vocativo, alguns traços de interlocução (o que se resumiria à introdução de pronomes de tratamento em uma dissertação) e a despedida. O objetivo desta pesquisa é justamente esse: verificar como pode ser caracterizada a argumentação da carta argumentativa.

A composição da coletânea da carta argumentativa do período de 1987 a 2003, que procura trazer um texto de opinião de um sujeito sobre um assunto polêmico sugere que, tanto a coletânea como a própria proposta – ou tema – de carta argumentativa podem conter orientações que possibilitam movimentos e/ou o uso de recursos lingüísticos na argumentação da carta, caracterizando-a e distinguindo-a da argumentação desenvolvida na dissertação.

Se a coletânea da carta argumentativa, junto da proposta, influencia, de algum modo, a caracterização da argumentação na carta, pode-se dizer que a criação da coletânea única a partir de 2004 sugere uma mudança significativa em relação aos movimentos e/ou recursos lingüísticos que antes poderiam ser mobilizados na argumentação na carta, caracterizando-a. Em outras palavras, aquilo que antes poderia caracterizar a argumentação na carta, a partir de 2004, pode ou não continuar a caracterizá-la.

Tendo em vista as considerações colocadas acima, no próximo capítulo, apresento a análise das propostas de cartas argumentativas de 1987 a 2007, a fim de verificar as orientações existentes em cada propostas e como elas podem influenciar a mobilização de alguns recursos e estratégias na argumentação nas cartas. No período de 1987 a 2003 serão consideradas na análise as coletâneas organizadas especificamente para a proposta de carta argumentativa.

## **Capítulo 2: Considerações acerca das propostas da carta argumentativa: a questão da ficcionalização**

### **2.1. Base Teórica**

Este capítulo tem como objetivo a análise das propostas das cartas argumentativas a fim de verificar a sua função reguladora e modeladora do gênero carta argumentativa a partir das instruções ou “parâmetros contextuais – pré-definidos institucionalmente”<sup>8</sup> - que nelas estão contidas. A hipótese é de que a proposta influencia a construção da argumentação na carta, colaborando com a distinção entre as características da argumentação na carta e na dissertação. Para o embasamento teórico da análise, tomo o artigo de Schneuwly, “Palavra e ficcionalização: um caminho para o ensino da língua oral”<sup>9</sup> de 2004.

Concordando com as idéias de Schneuwly (2004) acerca da ficcionalização, assumo que a proposta de situações problemas aos vestibulandos é uma forma de ficcionalização, ou seja, é uma “operação geradora da “forma do conteúdo” do texto; ela é o motor da construção da base de orientação da produção, colocando, particularmente, certas restrições sobre a escolha de um gênero discursivo”. (Schneuwly, 2004, p.144).

Ao considerar as palavras de Schneuwly (2004) acerca das experiências sobre o desenvolvimento das capacidades orais em ambiente escolar no Quebec e na Bélgica nos anos 70, pode-se fazer um paralelo com o que se observa nos enunciados das propostas das cartas argumentativas do Vestibular. O autor (2004, p.139) explicita uma abordagem que “cria situações de comunicação diversificadas e varia sistematicamente os parâmetros contextuais, instaurando, assim, restrições às quais os alunos deveriam adaptar-se, desenvolvendo novas estratégias comunicativas”. Considerando as variações nas instruções - entendidas como os “parâmetros contextuais” - das propostas das cartas argumentativas, nota-se que os organizadores da prova – representantes da Instituição - solicitam aos vestibulandos o domínio de diferentes estratégias comunicativas, ora em relação à

---

<sup>8</sup> Schneuwly, B, 2004, p. 129 - 148.

<sup>9</sup> Schneuwly, B. Palavra e ficcionalização: um caminho para o ensino da língua oral. In *Gêneros Oraís e Escritos na Escola*. Mercado de Letras, 2004, p. 129 - 148.

construção do locutor – ou “máscara”<sup>10</sup> –, ora em relação à construção do interlocutor – definido ou não definido, ora em relação aos objetivos do gênero em questão.

É interessante ressaltar ainda algumas palavras de Schneuwly acerca da escolha do gênero: de acordo com o estudioso, ela

“depende da esfera comunicativa, das necessidades temáticas, dos interlocutores e da vontade do ator. Dito de outro modo: um locutor age lingüisticamente numa situação que é caracterizada por vários parâmetros (lugar social, destinatário, tema, finalidade) e escolhe um certo gênero que podemos evidentemente compreender como instrumento semiótico complexo que permite a comunicação, a ação de linguagem”. (SCHNEUWLY, 2004, p. 137-138).

A idéia de escolha do gênero não pode ser transposta à situação do Vestibular. Ao criar uma ficcionalização, as propostas das cartas argumentativas já definem o gênero a ser trabalhado pelo vestibulando e a situação de produção já está delimitada pelos parâmetros nelas contidos; tais parâmetros, como já dito, agem como modeladores do gênero, mais especificamente da argumentação desenvolvida no gênero. Mais adiante, será apresentada uma tabela a fim de facilitar a visualização do que aqui está sendo discutido.

Estabelecendo uma relação entre sua definição de gênero textual e a de gênero discursivo dada por Bakhtin (2003), Schneuwly (2004) procura uma aproximação: para ele (2004, p.137), os gêneros textuais consistem em “instrumentos culturalmente forjados. Os instrumentos são artefatos historicamente constituídos, frutos da experiência de várias gerações, necessários para agir eficazmente numa situação”. Sobre o conceito bakhtiniano (2003), Schneuwly afirma que existe total correspondência ao modelo de instrumento por ele proposto:

“segundo esse autor (Bakhtin), cada esfera comunicativa corresponde ao desenvolvimento de gêneros relativamente estáveis. Assim, em toda comunidade lingüística, os textos produzidos se distribuem em gêneros reconhecidos como tais; gêneros que têm,

---

<sup>10</sup> A definição de “máscara” neste trabalho é a mesma assumida por Aburre na publicação *Vestibular Unicamp: Redação de 1993*. Citando as palavras da autora, o termo significa *o fingimento, por parte do autor do texto, de falar como se fosse qualquer outra pessoa, que não um candidato a uma vaga na Unicamp, resolvendo uma tarefa definida na Prova de Redação* (p. 52).

em geral, nomes que permitem designa-los, falar deles, avaliá-los, e que regulam em grande parte o comportamento de linguagem. (SCHNEUWLY, 2004, p.137)

Ao associar a produção e circulação de gêneros à interação presente nas diferentes esferas de comunicação e ao tentar uma aproximação com a definição bakhtiniana de gênero, Schneuwly (2004) assume a posição teórica do grupo de pesquisadores neo-vygotskianos ligados ao interacionismo simbólico. De acordo com Rojo

“esse grupo tem enfrentado a busca de redefinições e releituras da linguagem, de seu funcionamento e de suas relações com o pensamento. Em geral, tal redefinição passa pela própria revisão da definição de linguagem – tomada, então, como discurso ou enunciação –, de interação e de discurso interno”. (ROJO, 2005, p. 189).

Rojo (2005, p.189) ainda menciona que “a adoção das perspectivas enunciativas Bakhtinianas e sua articulação com os construtos psicológicos vygotskianos, via de regra, tem sido o procedimento adotado por esse grupo de investigadores”.

Ao discutir a abordagem da produção textual proposta em Schneuwly (1988), Rojo (2005) afirma que o estudioso valoriza mais a interação social e menos a cognição individual. Citando e comentando Schneuwly (1988, p.31) a autora ressalta que

“é a ‘situação de enunciação’, ou a ‘situação social de produção do enunciado/ texto’ que determina a ‘criação’ pelo escrevente ‘de uma base de orientação geral’ para a atividade de linguagem que é produzir um texto escrito (ou mesmo, outra atividade de linguagem qualquer). Esta ‘base de orientação’ é entendida pelo autor como ‘uma representação interna, modificável à medida das necessidades e das mudanças que venham a intervir, do contexto social e material da atividade’ (Schneuwly, 1988, p. 31). São parâmetros fundamentais dessa situação de produção, que deverão ser representados pelo enunciador, seu próprio ‘lugar social’ como autor, suas ‘relações com seu(s) interlocutor(es) e a finalidade’ da enunciação.” (ROJO, 2005, p.195)

## 2.2. Análise das propostas das cartas argumentativas

A simulação das condições reais de escrita presente nas propostas das cartas argumentativas<sup>11</sup> cria uma situação de enunciação e exige que o vestibulando crie uma base de orientação do seu texto visando o locutor, o interlocutor e a finalidade da enunciação. A análise desses três elementos nas propostas do período de 1987 a 2007 deu origem a três tabelas que são apresentadas e comentadas abaixo:

### 2.2.1. Interlocutor

A observação das propostas de carta argumentativa mostrou duas situações de enunciação em relação ao interlocutor: na primeira, o interlocutor é **definido**, ou seja, pode ser identificado na proposta; na segunda, o interlocutor é **indefinido**, ou seja, o vestibulando pode criar um interlocutor, respeitando a orientação da proposta. A tabela “**Interlocutor**” apresenta a variação dos critérios “definido” e “não definido” em função dos anos em que o vestibular foi aplicado: a cor vermelha destaca os anos em que o interlocutor é definido pela proposta; a cor azul, os anos em que o interlocutor não é definido.

Interlocutor		
ANO	Definido	Não definido
1987 <sup>12</sup>		
1988	X	
1988	X	
1989	X	
1990	X	
1991	X	

<sup>11</sup> As propostas de carta argumentativa de 1987 a 2007 foram colocadas em anexo.

<sup>12</sup> No primeiro ano em que a Unicamp assumiu a responsabilidade pelo seu processo seletivo, o tema C, conhecido por trazer as propostas de cartas argumentativas, propõe ao vestibulando que escreva um texto em que defenda seu ponto de vista, argumentando sobre qual é a melhor fase para a escolha da carreira profissional. Essa proposta não faz alusão à produção de uma carta argumentativa, uma vez que não considera explicitamente a existência de um interlocutor definido ou indefinido. Dessa maneira, a proposta do Vestibular de 1987 não entra para a análise dos dados.

<b>1992</b>	<b>X</b>	
<b>1993</b>	<b>X</b>	
<b>1994</b>	<b>X</b>	
<b>1995</b>	<b>X</b>	
<b>1996</b>	<b>X</b>	
<b>1997</b>	<b>X</b>	
<b>1998</b>	<b>X</b>	
<b>1999</b>	<b>X</b>	
<b>2000</b>	<b>X</b>	
<b>2001</b>	<b>X</b>	
<b>2002</b>		<b>X</b>
<b>2003</b>	<b>X</b>	
<b>2004<sup>13</sup></b>		<b>X</b>
<b>2005</b>		<b>X</b>
<b>2006</b>	<b>X</b>	
<b>2007</b>	<b>X</b>	

Nota-se que a ficcionalização nas propostas de carta argumentativa do Vestibular de 1988 a 2003, com exceção da de 2002, cria uma situação em que o interlocutor é definido, ou seja, a proposta já traz parâmetros sobre o destinatário a quem a carta deve ser direcionada. É válido ressaltar que, apesar das propostas apresentarem um interlocutor definido, elas ora não indiciam a posição da qual este enuncia, ora indiciam-na.

Um exemplo da primeira situação é a proposta de 1991: a ficcionalização orienta a escrita de uma carta que deve ser dirigida a um congressista. Nesta carta, o locutor deve argumentar contra ou a favor da manutenção da obrigatoriedade do voto e solicitar que o congressista defenda essa posição em plenário. Apesar de a ficcionalização definir o interlocutor, ela não explicita a sua posição enunciativa. Dessa maneira, a ficcionalização espera que a argumentação convença o interlocutor, independente da sua posição enunciativa. Por outro lado, pode-se dizer que esse tipo de ficcionalização dá margem para que seja atribuída uma posição ao interlocutor, tendo em vista o beneficiamento da argumentação na carta.

---

<sup>13</sup> O plano de fundo escuro indica que, a partir do Vestibular de 2004, a coletânea, antes elaborada de acordo com cada proposta/ tema, passa a ser única para as três propostas: dissertação, narração e carta argumentativa.

Já a segunda situação pode ser ilustrada pela proposta de 1999. A ficcionalização propõe que o locutor escreva uma carta a um amigo português que queria vir ao Brasil, mas que desistiu do seu projeto em consequência das notícias que tinha lido sobre o Brasil. A ficcionalização ainda acrescenta manchetes que apresentam uma imagem negativa do Brasil; estas manchetes indiciam a posição enunciativa do jornal que as publicou e, ao mesmo tempo, a posição enunciativa do interlocutor definido, uma vez que ele se mostra em concordância com o jornal. A ficcionalização orienta o locutor a convencer o interlocutor de que vale a pena vir ao Brasil. Em outras palavras, tal construção de ficcionalização sugere o movimento de construção de imagem do interlocutor a fim de que, a partir dessa imagem, o locutor tenha uma orientação sobre “o que dizer” – o que inclui que argumentos usar – e “como dizer” para atingir esse interlocutor e obter êxito na persuasão.

Como mencionado anteriormente, as variações nas instruções - entendidas como os parâmetros contextuais - das propostas das cartas argumentativas solicitam o domínio de diferentes estratégias comunicativas. A tabela “Interlocutor”, apresentada anteriormente, mostra uma mudança em relação ao interlocutor nas propostas dos anos de 2002, 2004 e de 2005: o interlocutor passa a ser indefinido. Contudo, a posição enunciativa do interlocutor é indiciada nas ficcionalizações de 2004 e de 2005, mas não na de 2002.

Na proposta de 2004, a ficcionalização cria uma situação em que o locutor deve escrever uma carta, argumentando em favor da preservação de um bem urbano; a carta deve ser dirigida a uma pessoa que pode *vir a se tornar um aliado na luta pelo tombamento desse bem*. Dito de outra forma, em 2004 e em 2005, a carta deve ser dirigida a um interlocutor indefinido, cuja posição enunciativa já é estabelecida pela ficcionalização (deve ser um interlocutor aliado). Este tipo de orientação faz com que outro domínio de estratégia comunicativa do vestibulando seja acionado: um interlocutor deve ser escolhido tendo em vista a ficcionalização, mais precisamente, o objetivo da argumentação proposto nela. Em outras palavras, antes e além da imagem do interlocutor ser construída, deve-se escolher um interlocutor a fim de que, considerando as limitações estabelecidas pela ficcionalização, possa ser criada uma interação. Nesse caso, não há restrição para a escolha

do interlocutor: levando em conta a ficcionalização estabelecida e desde que a imagem do interlocutor seja bem construída em benefício da persuasão, haverá sucesso.

Já em 2002, a ficcionalização permite ao vestibulando escolher o interlocutor a quem será dirigida a carta. Apesar de não estabelecer a posição enunciativa do interlocutor, a ficcionalização sugere possíveis máscaras – mas não determina que deve-se optar por alguma delas – tendo em vista a possibilidade deste interlocutor interferir pela solicitação do locutor. Dessa maneira, há a possibilidade da escolha de um interlocutor cuja imagem e posição enunciativa facilite ou beneficie o desenvolvimento da argumentação do locutor na carta.

### 2.2.2. Locutor

As propostas de carta argumentativa apresentam basicamente duas situações no que diz respeito ao locutor: ora ele pode ser escolhido pelo vestibulando, ora ele é definido na proposta. A tabela “Locutor”, apresentada abaixo, mostra três situações – **vestibulando escolhe o locutor**, marcada em vermelho; **locutor já definido** e **locutor pode ser escolhido dentre os possíveis locutores definidos pela proposta**, destacadas em azul - que variam de acordo com o ano da ocorrência do vestibular.

Locutor			
ANO	Vestibulando escolhe o locutor	Locutor já definido	Locutor pode ser escolhido dentre os possíveis locutores definidos pela proposta.
1987			
1988	X		
1988	X		
1989	X		
1990	X		
1991	X		
1992	X		

<b>1993</b>	<b>X</b>		
<b>1994</b>		<b>X</b>	
<b>1995</b>	<b>X</b>		
<b>1996</b>	<b>X</b>		
<b>1997</b>	<b>X</b>		
<b>1998</b>	<b>X</b>		
<b>1999</b>	<b>X</b>		
<b>2000</b>	<b>X</b>		
<b>2001</b>			<b>X</b>
<b>2002</b>	<b>X</b>		
<b>2003</b>	<b>X</b>		
<b>2004</b>	<b>X</b>		
<b>2005</b>	<b>X</b>		
<b>2006</b>	<b>X</b>		
<b>2007</b>		<b>X</b>	

Com exceção dos Vestibulares de 1994, 2001 e 2007, a ficcionalização nas propostas da carta argumentativa oferece ao vestibulando a possibilidade de escolher o locutor da carta. A proposta de 1992 é um exemplo disso: a ficcionalização orienta a escrita de uma carta ou para o então presidente Fernando Collor de Mello ou para Marta Suplicy; em ambos casos, o locutor deveria discordar da opinião do interlocutor. A ficcionalização nada diz sobre o locutor. Em outras palavras, fica a critério do vestibulando a escolha do locutor, considerando a orientação da proposta. Pode-se dizer, dessa maneira, que a possibilidade da escolha do locutor indicia a intenção de avaliar a capacidade do vestibulando em estabelecer uma “máscara” que enuncia de uma posição - definida ou não pela ficcionalização proposta – e de sustentar a imagem dessa “máscara” que, ao mesmo tempo, valide e seja validada (pel)a argumentação na carta.

Nos Vestibulares de 1994, 2001 e 2007, o locutor já está definido pela proposta. Na ficcionalização de 1994, o locutor deve ser um ghost-writer de um deputado. Em 2001, tendo como tema o caso do menino cubano Elián, são três as opções de locutor colocadas pela ficcionalização: ou o juiz que conduziu o caso e decidiu pela volta do menino a Cuba, ou um dos parentes que lutou pela permanência do garoto nos EUA, ou o pai de Elián, que lutou pela volta do menino a Cuba. Já em 2007, o locutor sugerido pela ficcionalização é a

de um produtor rural. Nos dois últimos casos, a posição da qual o locutor deve enunciar já é estabelecida pela ficcionalização; em 1994, a ficcionalização permite a escolha da posição da que o locutor enunciará.

Nos três casos mencionados acima, ao delimitar o locutor, a ficcionalização exige, principalmente no ano de 2001, que o vestibulando tenha algum conhecimento prévio sobre o tema e sobre os envolvidos para que possa construir coerentemente a imagem do locutor. Comparando-os com os casos em que o locutor não é definido pela ficcionalização, pode-se dizer que é exigido do candidato um conhecimento lingüístico diferente do exigido nos outros anos.

### **2.2.3. Finalidade da Argumentação**

Observando as tabelas anteriores, pode-se dizer que a ficcionalização nas propostas da carta argumentativa tende a manter duas características: o interlocutor definido e o locutor à escolha do vestibulando.

Contudo, considerando o critério **finalidade da argumentação**, a análise das propostas aponta para duas situações básicas de produção da carta. Na primeira situação, o vestibulando é orientado a defender uma opinião – já estabelecida pela proposta – e dirigir-se a um interlocutor cuja opinião não é explicitada na proposta. Já na segunda, o locutor da carta deve defender posicionar-se contra ou a favor (ora estabelecida na proposta, ora à escolha do vestibulando) em relação à opinião do seu interlocutor.

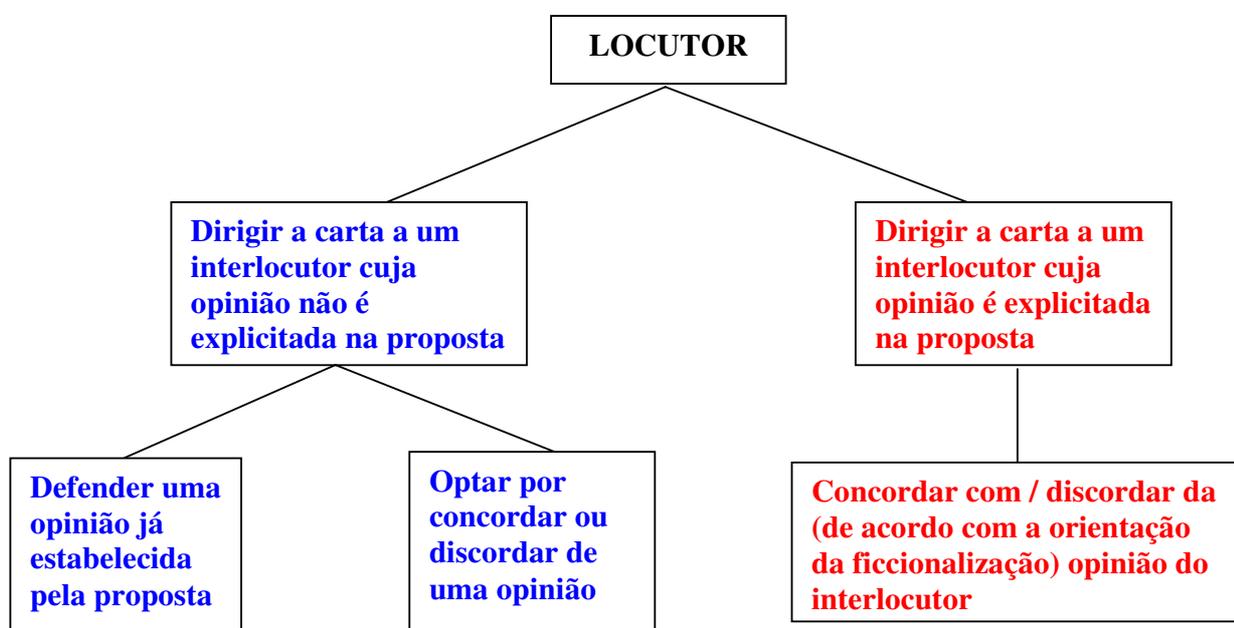
As suas situações definidas acima, resultantes da análise da finalidade da argumentação, deram origem a uma tabela. Além disso, a observação das diferentes ficcionalizações aponta para uma variação considerável em relação às estratégias lingüísticas que o vestibulando deve acionar a fim de desenvolver a argumentação na carta.

A seguir, a tabela intitulada “**A argumentação do locutor consiste em**” mostra a variação da finalidade da argumentação ao longo dos anos de ocorrência do vestibular. As ocorrências da ficcionalização que focam o movimento do locutor em defender uma opinião e dirigir-se a um interlocutor cuja opinião não está explicitada na proposta estão

destacadas em azul. Já as ocorrências que focam o movimento do locutor em concordar ou discordar da opinião do interlocutor definido estão destacadas em vermelhos.

A argumentação do locutor consiste em							
ANO	Defender uma opinião (já definida pela proposta) e dirigir-se a um interlocutor indefinido	Defender uma opinião (já definida pela proposta) e dirigir-se a um interlocutor definido, cuja opinião não é explicitada na proposta	Optar por concordar com ou discordar de uma opinião (já definida pela proposta) e dirigir-se a um interlocutor definido, cuja opinião não é explicitada na proposta	Concordar com a opinião do interlocutor definido	Discordar da opinião do interlocutor definido	Optar por concordar com ou discordar da opinião do interlocutor definido	Optar por concordar com ou discordar da opinião de um sujeito determinado pela proposta e dirigir a carta ou a um editor de um jornal ou à câmara de deputados
1987							
1988		X					
1988		X					
1989						X	
1990					X		
1991			X				
1992					X		
1993					X		
1994							X
1995					X		
1996				X			
1997					X		
1998					X		
1999					X		
2000					X		
2001		X					
2002	X						
2003							X
2004	X						
2005	X						
2006		X					
2007		X					

O esquema a seguir tenta resumir os diferentes movimentos instituídos pela ficcionalização:



O esquema acima mostra que a ficcionalização pode enfatizar ora a relação entre o locutor e uma opinião estabelecida pela proposta, ora a relação entre o locutor e a opinião do interlocutor a quem deve dirigir sua a carta. Percebe-se na primeira situação, duas possibilidades de instrução em relação à argumentação.

A primeira possibilidade é a defesa de uma opinião já determinada pela proposta. Como exemplo, pode-se citar a proposta de 2005: a ficcionalização orienta que a argumentação da carta deve ser feita *a favor da saída de um programa de rádio do ar*; além disso, a carta deve ser dirigida a *alguém que possa interferir nessa decisão*. Neste caso, a ficcionalização já delimita a posição da qual o locutor deve enunciar. A escolha do interlocutor é livre, embora o vestibulando deva considerar a orientação de que deve ser alguém que tenha poder suficiente para interferir a favor da solicitação locutor. É válido ressaltar que apesar de a ficcionalização indiciar alguns aspectos da imagem do interlocutor, ela não explicita a opinião deste. Cabe ao vestibulando

trabalhar a argumentação da sua carta de modo a convencer o seu interlocutor, independente de qual seja a posição enunciativa deste. Este tipo de ficcionalização dá margem também a que o vestibulando atribua uma posição enunciativa ao seu interlocutor, de modo a favorecer a argumentação na sua carta.

A segunda possibilidade permite ao vestibulando a escolha por concordar com ou discordar de uma opinião determinada pela proposta. A carta deve ser dirigida a um interlocutor definido. A única ocorrência dessa ficcionalização é do vestibular de 1991 em que o vestibulando **deve posicionar-se contra ou a favor** da manutenção da obrigatoriedade do voto e dirigir sua carta a um congressista, cuja opinião não é explicitada na ficcionalização. Esta ficcionalização também permite que seja atribuída uma posição enunciativa ao interlocutor, de modo a favorecer a argumentação do locutor.

Já as ficcionalizações que focam a relação entre o locutor da carta e a opinião do interlocutor (que, nessa situação, sempre é definido pela proposta), apresentam a opinião do último, ora explicitando-a no enunciado da proposta, ora apresentando, na coletânea, um texto de opinião do interlocutor.

Pode-se dizer que, quando só explicitada a opinião do interlocutor na proposta, espera-se que o vestibulando escolha um locutor que assuma a posição enunciativa que a ficcionalização orienta (ou escolha, quando há a possibilidade) e, além disso, existindo na coletânea outros textos ou excertos que não sejam do interlocutor definido, espera-se que o vestibulando reúna e articule informações desta coletânea a fim de construir e enriquecer seu projeto de texto. Dessa maneira, a existência da coletânea e a obrigatoriedade de seu uso no texto a ser produzido orientam o vestibulando a utilizar estratégias lingüísticas a fim de lidar com a palavra do outro em seu texto, ou seja, de alguma forma, a palavra do outro deve ser retomada e trabalhada no fio da argumentação da carta.

Contudo, o caso mais interessante e, talvez não por acaso, o mais freqüente, é o modelo da ficcionalização que traz, na coletânea, o texto de opinião do interlocutor definido e orienta a escrita de uma carta dirigida a este interlocutor, em que o locutor deve concordar com ou discordar da – na maioria das vezes – opinião dele. A

observação das três últimas colunas<sup>14</sup> da última tabela apresentada mostra que, nos anos de 1989, 1990, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2003, a ficcionalização delimita esta mesma orientação.

Na proposta de 1998, a coletânea apresenta um texto de Antônio Ermírio de Moraes. Nesse texto, ele opina sobre a sujeira na cidade de São Paulo. A ficcionalização orienta a escrita de uma carta dirigida a este senhor – o interlocutor definido – em que o locutor discorde da sua opinião.

Já a coletânea da proposta de 1996 apresenta um texto em que um jornalista crítica o movimento Reage Rio. Nas duas situações criadas pela ficcionalização, o locutor deve argumentar a fim de concordar com a opinião do interlocutor, que, na primeira situação, é o jornalista e, na segunda, são os organizadores do movimento Reage Rio. Apesar de ambas situações orientar o locutor a escrever apoiando o interlocutor, na segunda situação, além de apoiar os organizadores do movimento, o locutor deve rebater os argumentos do jornalista. Em outras palavras, a argumentação a favor da opinião do interlocutor deve se desenvolver, também, a partir do movimento da retomada das palavras do jornalista – o “adversário” – no fio da argumentação na carta, a fim de discordar da sua opinião. Pode-se dizer, assim, que essa situação, indiretamente, determina que o locutor discorde da opinião – explicitada através de um texto – de um sujeito definido, embora ele não seja o interlocutor.

É importante ressaltar, também, que nos vestibulares de 1990, 1994 e 2003, apesar de as cartas serem dirigidas a representantes de Instituições (editor da revista Veja, deputados da Câmara e editor do jornal, respectivamente) o vestibulando deve discordar da (no caso da proposta de 1990) e optar por concordar com ou discordar da opinião do sujeito que tem sua opinião expressa, na proposta, por meio de um texto de opinião por ele assinado.

Dentre as doze propostas em que a ficcionalização orienta o locutor a concordar ou discordar da opinião do interlocutor, a maioria apresenta, na sua coletânea, um texto de opinião do interlocutor (ou do sujeito definido com que o locutor deve

concordar ou de quem deve discordar). A tabela abaixo permite a visualização dessa ocorrência:

<b>SE há interlocutor definido E sua opinião explicitada, HÁ na coletânea da proposta um texto em que o interlocutor definido expõe a sua opinião?</b>			
<b>ANO</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>No caso de dois possíveis interlocutores definidos, há um texto, na coletânea, que explicita a posição enunciativa de um deles.</b>
1987			
1988			
1988			
1989		X	
1990	X		
1991			
1992			X
1993	X		
1994	X		
1995			X
1996			X
1997	X		
1998	X		
1999	X		
2000		X	
2001			
2002			
2003	X		
2004			
2005			
2006			
2007			

A tabela acima mostra que, com exceção dos vestibulares de 1989 e 2000, as propostas em que a ficionalização orienta o locutor a concordar com ou discordar da opinião do interlocutor apresentam, na coletânea, um texto de opinião deste. Esta situação favorece a criação de uma interlocução interna na carta em que a palavra do interlocutor é retomada (no) e “reapropriada” pelo discurso do locutor, a fim de

favorecer argumentação na carta. Authier-Revuz (2004), ao discutir as idéias do círculo de Bakhtin quanto à interlocução, afirma que

“como a orientação através do meio exterior dos outros discursos é um processo **constitutivo** do discurso, a orientação para um destinatário se marca **no** tecido do discurso que está sendo produzido. O outro é, para o locutor, de qualquer modo, apreendido como discurso: mais precisamente, a compreensão é concebida não como uma recepção “decodificadora”, mas como um fenômeno ativo, especificamente dialógico de “resposta”, por um “contra-discurso”. Isso quer dizer que todo discurso é compreendido nos termos do diálogo **interno** que se instaura entre esse discurso e aquele próprio ao receptor; o interlocutor compreende o discurso através do seu próprio discurso. **Visando à compreensão de seu interlocutor**, o locutor **integra**, pois, na **produção** do seu discurso, **uma imagem do “outro discurso”**, aquele que ele empresta a seu interlocutor”.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p.42)

Na análise das propostas de carta argumentativa assume-se a idéia de que o dialogismo é intrínseco à enunciação. Contudo, considerando a repetição do modelo de ficcionalização – que regula, modela e orienta a base de orientação do texto - em que o locutor é levado a dialogar com o texto de opinião do interlocutor na construção da argumentação, e que a carta argumentativa, no âmbito do Vestibular, deve atender as expectativas da Instituição, pode-se considerar que o diálogo interno produzido na argumentação da carta entre palavras do locutor e palavras do interlocutor é, além de intrínseco à enunciação, um elemento que é sugerido pela ficcionalização a fim de avaliar a capacidade do vestibulando em trabalhar a argumentação não seguindo o modelo monológico escolar.

### **2.3. Considerações Finais**

Tendo como base a análise das propostas de carta argumentativa no período de 1987 a 2007, pode-se afirmar que a ficcionalização aponta para possíveis estratégias

e movimentos, colaborando com a caracterização da argumentação na carta e sugerindo diferenças entre a argumentação na carta e a na dissertação. Dessa maneira, a partir da análise das propostas, formulo duas hipóteses.

A primeira hipótese é a de que o trabalho com as imagens do interlocutor e do locutor é um recurso que pode ser usado na argumentação na carta e, assim, pode caracterizá-la.

A segunda hipótese é a de que, especificamente no período de 1987 a 2003, a retomada da palavra do interlocutor é uma estratégia que também pode caracterizar a argumentação na carta.

Para verificar as duas hipóteses levantadas acima, no próximo capítulo serão analisadas a proposta de carta argumentativa de 1993 e algumas cartas argumentativas produzidas por vestibulandos naquele ano. As hipóteses poderão ser confirmadas pelas ocorrências desses movimentos na argumentação das cartas e de que maneira eles aparecem, caracterizando-a.

## **Capítulo 3: Estratégias que caracterizam a argumentação no gênero carta argumentativa**

### **3.1. Base teórica**

A análise da ficcionalização nas propostas de carta argumentativa no capítulo anterior aponta para a possibilidade de se considerar a construção das imagens do interlocutor e do locutor na carta uma importante estratégia que caracteriza a argumentação desse gênero. Supõe-se que a construção dessas imagens envolve, dentre outros elementos, os traços do caráter desses sujeitos, ou seja, o *ethos* desses sujeitos. Dessa maneira, para analisar as estratégias que envolvem o *ethos* do locutor e do interlocutor nas cartas argumentativas neste capítulo, emprestamos da Análise do Discurso o embasamento teórico necessário. É importante lembrar que, nesta parte da dissertação, não pretendemos fazer um estudo aprofundado das diferentes teorias da Análise do Discurso que discutem o *ethos*; longe de ser uma pesquisa de análise do discurso, buscamos em alguns estudos de um só autor, Dominique Maingueneau (1996, 1997, 2005<sup>a</sup>, 2005b, 2005c), fundamentos teóricos que possibilitam a discussão do tópico em questão.

Ao discutir a noção do *ethos* na análise do discurso, Maingueneau (1997) ressalta a necessidade de se fazer duas ponderações acerca do *ethos*. De acordo com o autor (1997, p.45), a retórica antiga entende por *ethos* “as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer: não o que diziam a propósito deles mesmos, mas o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem”. Tendo isso em vista, Maingueneau avalia que, na análise do discurso, é necessário, em primeiro lugar,

“afastar qualquer preocupação “psicologizante” e “voluntarista”, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre o seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. O que é dito e o tom como é dito são igualmente importantes e inseparáveis”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 45).

Em segundo lugar, considerando que a retórica tem como foco a “palavra viva” e “os aspectos físicos, gestos e entonação do orador”, a análise do discurso deve entender que

“mesmo os corpus escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma “voz”. Embora o texto seja escrito, ele é sustentado por uma voz específica: “a oralidade não é o falado”, como lembra H. Meschonnic, que preconiza “a integração do discurso ao corpo e à voz, bem como a do corpo e da voz ao discurso”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 46).

Colocadas as ponderações, Maingueneau (2005b, p.69) pode, então, afirmar que a noção do ethos, na análise do discurso, “além da persuasão por argumentos, permite refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva”. Assim, o ethos pode ser considerado uma “instância subjetiva que se manifesta não só por meio do discurso, mas também como voz e, além disso, como “corpo enunciante”, historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente”. (Maingueneau, 2005b, p.70).

Considerando que o interesse desta parte do trabalho é a análise da construção de ethos em um corpus escrito – as cartas argumentativas -, faz-se necessário destacar algumas idéias de Maingueneau acerca dessa questão. O autor afirma que o discurso escrito

“possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse. Essa determinação da vocalidade implica uma

determinação do corpo do enunciador (e não, bem entendido, do corpo do autor efetivo). Assim, a leitura faz emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador.[...] O fiador, cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens, vê-se, assim, investido de um caráter e de uma corporalidade, cujo grau de precisão varia conforme os textos”. (MAINGUENEAU, 2005b, p. 72).

A noção de fiador é importante para esta pesquisa. Nas situações em que a ficcionalização criada nas propostas de carta argumentativa determina que o vestibulando se posicione em relação à opinião de um interlocutor explicitada através de um texto, este deve não só detectar a figura do fiador a partir dos indícios do texto de opinião que lhe é apresentado a fim de argumentar contra ou a favor, como também pensar a construção da figura do fiador a ser captada pelo leitor da sua carta argumentativa. Não muito diferente, nas situações em que a ficcionalização orienta o vestibulando a escrever a carta a partir da posição enunciativa pré-estabelecida na proposta e dirigir sua carta a um interlocutor definido ou não definido, ele também deve pensar a construção do fiador da sua carta a fim de persuadir o leitor. Dessa maneira, o caráter e a corporalidade dos fiadores em jogo devem ser considerados pelo vestibulando na produção do seu texto para que a persuasão tenha êxito. Para Maingueneau (1997, p.47.), o “caráter” corresponde ao “conjunto de traços “psicológicos” que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função do seu modo de dizer. Bem entendido, não se trata de caracterologia, mas de estereótipos que circulam em uma cultura determinada”. Já a “corporalidade” é entendida pelo autor (1997, p.47) como aquilo “que remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura”. Considerando que o ethos do fiador é constituído por um caráter e uma corporalidade, Maingueneau (2005b, p.72) resume: “O ethos implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global”.

De acordo com as idéias colocadas acima, pode-se dizer que o tom – ou vocalidade – de um discurso escrito está intrinsecamente associado ao caráter e à corporalidade do ethos do fiador que enuncia. Tudo isso é englobado em uma cenografia que, se bem construída, implica a eficácia do discurso enunciado pelo fiador. Para Mainguenu (2005a), a cenografia

“implica um processo de enlaçamento paradoxal. Logo de início, a fala supõe uma certa situação de enunciação que, na realidade, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. Desse modo, a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela também legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém a política, a filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria...”. (MAINGUENEAU, 2005a, p. 88)

O desenvolvimento de diferentes cenografias depende do grau de flexibilidade a mudanças dos gêneros discursivos: há aqueles que limitam o desenvolvimento de cenografias por apresentarem estruturas mais cristalizadas (como o caso das listas telefônicas); por outro lado, existem os gêneros que permitem um amplo trabalho com diferentes cenografias. Maingueneau (1997, p.75) afirma que ela – a cenografia – “não é imposta pelo gênero, ela é constituída pelo próprio texto”. O autor toma como exemplo o discurso político e o discurso publicitário:

“um determinado candidato poderá falar a seus eleitores como um jovem executivo, como tecnocrata, como operário, como homem de grande experiência etc, e atribuir os “lugares” correspondentes a seu público<sup>15</sup>. O discurso publicitário ou o discurso político mobilizam cenografias variadas na medida em que, para persuadir o seu co-enunciador, devem captar seu imaginário e atribuir-lhe uma identidade, por meio de uma cena de fala valorizada”. (MAINGUENEAU, 2005a, p. 90).

---

<sup>15</sup> Maingueneau, D. *Análise de textos de comunicação* – 4.ed. – São Paulo: Cortez: 2005, p. 90.

Considerando essas idéias, pode-se supor que a carta argumentativa, como gênero discursivo, permite o desenvolvimento de cenografias que implicam ethos variados; a eficácia do discurso construído pelo vestibulando na carta depende da incorporação, ou seja, “da maneira pela qual o co-enunciador se relaciona ao ethos de seu discurso”. (Maingueneau, 2005b, p.72).

Para finalizar e sintetizar a exposição teórica que norteia a questão do ethos discursivo trabalhada por Maingueneau (1997, 2005a, 2005b) - e utilizada neste trabalho –, cabe aqui citar as palavras do autor acerca dos três registros em que atua a incorporação de co-enunciadores ao discurso enunciado por um fiador:

- “A enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá um corpo”.
- “O co-enunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo”.
- “Essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso”. (MAINGUENEAU, 2005b, p.73).

Tendo em vista as palavras de Maingueneau (1997, 2005a, 2005b) acerca da construção do ethos discursivo, sobretudo na escrita, apresento a análise da proposta e de cartas argumentativas produzidas por vestibulandos em situação real no Vestibular de 1993.

O objetivo da análise da proposta da carta argumentativa de 1993 é verificar se a ficcionalização sugere ao vestibulando um trabalho com o ethos na sua carta.

Já o objetivo da análise do corpus constituído por cartas argumentativas é verificar o trabalho com as imagens do locutor e do interlocutor nas cartas. A partir de indícios desse trabalho, pretendo mostrar como os ethe discursivos do locutor e do interlocutor são construídos e trabalhados no fio do texto, constituindo uma estratégia argumentativa característica do gênero carta argumentativa na situação do vestibular.

### **3.2. O Vestibular de 1993: a questão da ficcionalização e do ethos discursivo na proposta da carta argumentativa**

Considerando o período de 1987 a 2003, que antecede as mudanças ocorridas na Prova de Redação no vestibular de 2004, a proposta de carta argumentativa do Vestibular de 1993 é um exemplo representativo do que apontam os dados das tabelas apresentadas em análise de capítulo anterior:

- O interlocutor é definido – essa é a ocorrência predominante nas propostas analisadas (vide tabela “Interlocutor”);
- O locutor não é definido, evento que se repete na maioria das propostas de carta argumentativa (vide tabela “Locutor”);
- A ficcionalização cria uma situação em que a argumentação do locutor tem como finalidade concordar ou discordar da opinião do interlocutor. Na proposta de 1993, como na maioria das propostas que faz essa orientação, o locutor deve discordar da opinião do interlocutor (vide tabela “A argumentação do locutor consiste em”);
- a coletânea da proposta apresenta um texto em que o interlocutor definido explicita sua opinião sobre o tema.

Assim sendo, será apresentada, a seguir, a proposta a fim de se observar as expectativas dos responsáveis pelo planejamento da Prova de Redação:

*Comentando o noticiário relativo às manifestações da juventude no período em que se discutia a possibilidade de impeachment do Presidente Collor, o sr. E.B.M. enviou ao jornal Folha de São Paulo a seguinte carta:*

*É irritante ler, nas últimas semanas, a cobertura das manifestações contra o poder central por parte da “juventude”. Excluindo qualquer juízo de valor sobre o processo, o que se deve ter como verdade é que é exatamente fantasioso se admitir que a nossa juventude tenha toda essa capacidade de percepção. É notória a cretinice da juventude brasileira. O ‘zeitgeist’\*, o espírito da época, submerge a atual geração num mar de*

*hedonismo\*\* e irresponsabilidade. É lindo fazer revolução com tênis Reebok e jeans Fórum. O que eu gostaria de ver, mesmo, é como essa juventude vagabunda, indolente e indisciplinada como a brasileira se portaria diante de um grupo de choque, como nos confrontos que ocorrem em Seul.*

*(E. B. M., Painel do leitor, Folha de São Paulo, 01/09/92)*

*\*zeitgeist – termo alemão que significa exatamente espírito de época.*

*\*\*hedonismo – [prática da] doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível.*

*A leitura atenta da carta do sr. E.B.M. permite identificar algumas de suas opiniões sobre os jovens, expressas mais ou menos diretamente. Para escrever sua redação, siga as seguintes instruções:*

- *Identifique três das opiniões emitidas pelo sr. E.B.M.;*
- *Transcreva-as na sua folha de redação;*
- *Após ter feito isso, escreva uma carta, dirigida ao sr. E.B.M., apresentando argumentos para convencê-lo de que está equivocado. Nesse exercício de argumentação, você deverá discordar, portanto, das opiniões que identificou na carta.*

Como pode ser observado na proposta, o sr. E.B.M. enuncia de uma posição discursiva definida histórico-socialmente: é contra as manifestações que os jovens fazem a favor do impeachment do então presidente Collor, pois julga que a juventude brasileira não tem grande percepção para certos processos políticos-sociais.

Ao considerar a imagem positiva que o discurso da mídia construiu sobre a juventude brasileira, o texto do sr. E.B.M. mantém um tom indignado, agressivo e irritado – observa-se que a palavra *juventude* está aspeada, refutando a imagem construída pela mídia. O tom indignado da carta do sr. E.B.M. está associado à maneira como ele interpreta, “traduz” o discurso do outro nos limites da formação discursiva da qual faz parte. Pode-se dizer que os jovens e o sr. E.B.M. pertencem a formações discursivas diferentes que interagem em um mesmo espaço discursivo. Dessa forma, o sr. E.B.M. interpreta, a partir do sistema semântico próprio da sua formação discursiva, o discurso e o ethos do outro – jovens – e acaba por desqualificá-lo. Em outras palavras:

o sr. E.B.M. não lida com o discurso e com o ethos do outro, mas sim com o simulacro<sup>16</sup> do discurso e do ethos do outro.

O Sr. E.B.M., assim, desqualifica a juventude, caracterizando-a como “covarde”, “cretina”, “hedonista”, “indolente”, “indisciplinada” e “irresponsável”. Além disso, o seu texto indicia a tentativa de sustentação da imagem de um homem inteligente, maduro, responsável, de caráter sensato, sério, categórico. O uso de um vocabulário formal (*submerge a atual geração num mar de hedonismo e irresponsabilidade*), a citação de uma palavra estrangeira (“zeitgeist”) e de um fato político-social (confrontos em Seul), além dos adjetivos usados para desqualificar a juventude são indícios lingüísticos que corroboram a corporalidade e o caráter do sr. E.B.M. Maingueneau afirma que

“a qualidade do ethos remete, com efeito, à figura desse “fiador” que, mediante sua fala, se dá uma identidade compatível com o mundo que se supõe que ele faz surgir em seu enunciado. Paradoxo constitutivo: é por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer”. (MAINGUENEAU, 2005, p.73).

Em resumo, o ethos na carta do sr. E.B.M. se sustenta – ou tenta se sustentar – na qualidade da imagem do fiador – desdobrando-se “no registro do ‘mostrado’”<sup>17</sup> – associada ao tom austero da carta, ou seja, à maneira de dizer.

A ficcionalização usa do ethos discursivo do sr. E.B.M. para criar uma situação em que o vestibulando deve enunciar de uma posição diferente à dele; a identificação de três opiniões do interlocutor é uma forma de fazer com que o vestibulando use-as na contra argumentação, induzindo, assim, uma possível retomada do discurso do interlocutor no seu discurso.

Entendendo que o ethos no discurso escrito, como proposto por Maingueneau (1997, 2005a, 2005b), se constitui a partir do caráter e da corporalidade atribuídos ao fiador por meio da leitura feita por um possível co-enunciador e

---

<sup>16</sup> A questão do simulacro será discutida ainda neste capítulo, mais adiante.

<sup>17</sup> Maingueneau, 2005b, p. 70.

considerando as situações em que as propostas orientam o vestibulando a escrever uma carta a um interlocutor definido, posicionando-se em relação opinião deste - manifesta em um texto dado pela coletânea -, pode-se dizer que a ficcionalização dessas propostas – inclusa a proposta analisada anteriormente neste capítulo – espera que o vestibulando detecte do discurso escrito do seu interlocutor indícios do ethos do “fiador” e trabalhe-os na sua carta a fim de contribuir na sustentação da argumentação.

A análise de cartas argumentativas produzidas no vestibular de 1993 que será apresentada pretende verificar este movimento. No entanto, antes se tornam necessárias algumas palavras sobre o *corpus* a ser analisado.

### **3.3. Cartas argumentativas produzidas por candidatos no Vestibular de 1993**

As cartas aqui analisadas pertencem, como já mencionado, ao banco de dados do Grupo de Pesquisa *A relevância teórica dos dados singulares na aquisição da linguagem escrita* do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP.

Cópias de parte das cartas argumentativas, narrativas e dissertações originais produzidas em situação real do vestibular e avaliadas pelo grupo de corretores da Prova de Redação da Comvest encontram-se na sala do grupo de pesquisa, arquivadas e organizadas em caixas identificadas pelo ano do vestibular. É importante ressaltar que, na maior parte do corpus pesquisado, as notas dadas pelos corretores da Prova de Redação não são mencionadas: na maioria dos casos, constam comentários feitos por integrantes da banca corretora e, às vezes, a nota final recebida no vestibular. A seguir, são apresentados alguns exemplos de comentários tomados como parâmetro para a seleção do corpus para este trabalho. Nota-se que os comentários não são feitos nas folhas destinadas à redação do aluno e sim na capa que as antecede.

▪ Exemplo de comentário 1

046    SEQ. 046    IND. 60    0349232 04    LOTE 157    157

PROVA

EXAMES DA PRIMEIRA FASE    VEST-93

# UNICAMP VESTIBULAR NACIONAL

SEQ IND L-157-A  
46 60

→ TEMA C: NOTAS  
MAXIMAS EM TODOS  
OS CRITERIOS.  
EXCELENTE TEXTO!

## REDAÇÃO

1. COMO VOCÊ JÁ DEVE SABER APÓS TER LIDO O MANUAL DO CANDIDATO, ESTA PROVA AVALIA SUA CAPACIDADE DE LEITURA E ESCRITA.
2. LEIA ATENTAMENTE A ORIENTAÇÃO GERAL QUE ANTECEDE A APRESENTAÇÃO DOS TEMAS NO CADERNO DE PROVAS, ANTES DE ESCOLHER O TEMA DE SUA REDAÇÃO.
3. SUA REDAÇÃO NÃO DEVERÁ TER MENOS DE 20 LINHAS, NEM SUPERAR EM MUITO 60 LINHAS.
4. OS VERSOS DAS FOLHAS PODEM SER UTILIZADOS PARA RASCUNHO.
5. A REDAÇÃO DEVE SER FEITA A TINTA, AZUL OU PRETA.
6. NÃO SE ESQUEÇA DE VERIFICAR SE O SEU NOME E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO ESTÃO CORRETOS.

Nº DE ORDEM

6480    6480

**UNICAMP**  
COMISSÃO PERMANENTE  
PARA OS VESTIBULARES  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

▪ Exemplo de comentário 2

001    SEQ. 001    IND. 57    8814708 02    LOTE 300    300

PROVA EXAMES DA PRIMEIRA FASE    VEST-93

# UNICAMP

## VESTIBULAR NACIONAL

*Boa Celegrafia e tipo de texto*

*nota 26*

# REDAÇÃO

1. COMO VOCÊ JÁ DEVE SABER APÓS TER LIDO O MANUAL DO CANDIDATO, ESTA PROVA AVALIA SUA CAPACIDADE DE LEITURA E ESCRITA.
2. LEIA ATENTAMENTE A ORIENTAÇÃO GERAL QUE ANTECEDE A APRESENTAÇÃO DOS TEMAS NO CADERNO DE PROVAS, ANTES DE ESCOLHER O TEMA DE SUA REDAÇÃO.
3. SUA REDAÇÃO NÃO DEVERÁ TER MENOS DE 20 LINHAS, NEM SUPERAR EM MUITO 60 LINHAS.
4. OS VERSOS DAS FOLHAS PODEM SER UTILIZADOS PARA RASCUNHO.
5. A REDAÇÃO DEVE SER FEITA A TINTA, AZUL OU PRETA.
6. NÃO SE ESQUEÇA DE VERIFICAR SE O SEU NOME E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO ESTÃO CORRETOS.

Nº DE ORDEM 25253    25253



**UNICAMP**  
COMISSÃO PERMANENTE  
PARA OS VESTIBULARES  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

▪ Exemplo de comentário 3

042    SEQ. 042    IND. 44    1887499 00    LOTE 021    021

PROVA

EXAMES DA PRIMEIRA FASE    VEST-93

# UNICAMP

## VESTIBULAR NACIONAL

Xerox LOTE 21-1  
→ (42): carta excelente (5 em. todos os itens, com excepção da coisão que foi 4)

# REDAÇÃO

1. COMO VOCÊ JÁ DEVE SABER APÓS TER LIDO O MANUAL DO CANDIDATO, ESTA PROVA AVALIA SUA CAPACIDADE DE LEITURA E ESCRITA.
2. LEIA ATENTAMENTE A ORIENTAÇÃO GERAL QUE ANTECEDE A APRESENTAÇÃO DOS TEMAS NO CADERNO DE PROVAS, ANTES DE ESCOLHER O TEMA DE SUA REDAÇÃO.
3. SUA REDAÇÃO NÃO DEVERÁ TER MENOS DE 20 LINHAS, NEM SUPERAR EM MUITO 60 LINHAS.
4. OS VERSOS DAS FOLHAS PODEM SER UTILIZADOS PARA RASCUNHO.
5. A REDAÇÃO DEVE SER FEITA A TINTA, AZUL OU PRETA.
6. NÃO SE ESQUEÇA DE VERIFICAR SE O SEU NOME E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO ESTÃO CORRETOS.

Nº DE ORDEM

9645    3    9645



**UNICAMP**  
COMISSÃO PERMANENTE  
PARA OS VESTIBULARES  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

▪ Exemplo de comentário 4

062	SEQ. 062	IND. 73	3895083 02	LOTE 020	028
PROVA EXAMES DA PRIMEIRA FASE					VEST-93

# UNICAMP

## VESTIBULAR NACIONAL

*Seq 62 Toma C*  
*Bom texto (interle-  
cução).*  
*L: A - B*

# REDAÇÃO

1. COMO VOCÊ JÁ DEVE SABER APÓS TER LIDO O MANUAL DO CANDIDATO, ESTA PROVA AVALIA SUA CAPACIDADE DE LEITURA E ESCRITA.
2. LEIA ATENTAMENTE A ORIENTAÇÃO GERAL QUE ANTECEDE A APRESENTAÇÃO DOS TEMAS NO CADERNO DE PROVAS, ANTES DE ESCOLHER O TEMA DE SUA REDAÇÃO.
3. SUA REDAÇÃO NÃO DEVERÁ TER MENOS DE 20 LINHAS, NEM SUPERAR EM MUITO 60 LINHAS.
4. OS VERSOS DAS FOLHAS PODEM SER UTILIZADOS PARA RASCUNHO.
5. A REDAÇÃO DEVE SER FEITA A TINTA, AZUL OU PRETA.
6. NÃO SE ESQUEÇA DE VERIFICAR SE O SEU NOME E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO ESTÃO CORRETOS.

Nº DE ORDEM 21704	21704
----------------------	-------



**UNICAMP**  
COMISSÃO PERMANENTE  
PARA OS VESTIBULARES  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Dentre um conjunto de aproximadamente 50 cartas argumentativas produzidas no vestibular de 1993, foram selecionadas dez, avaliadas pelos corretores como “excelente” ou “ótimo/bom exemplo de carta”. A escolha de cartas que receberam uma boa nota ou uma boa avaliação no vestibular está associada ao interesse desta pesquisa: entender, a partir de um corpus que, de acordo com as expectativas da banca examinadora das redações do Vestibular, é considerado “modelo” – isso pressupõe o êxito no trabalho de mobilização dos recursos que caracterizam o gênero discursivo –, como se caracteriza a argumentação na carta, ou seja, verificar que recurso(s) lingüístico(s) são trabalhado(s) pelo vestibulando e que se torna(m) importante(s) estratégia(s) argumentativa(s). Dessa maneira, tendo em vista o objetivo definido, a escolha de cartas que não foram bem avaliadas pelos corretores – consideradas fracas ou problemáticas – possibilitaria dúvidas quanto aos resultados desta pesquisa.

Com base nas noções teóricas – levantadas anteriormente neste capítulo – acerca do ethos discursivo trabalhadas por Maingueneau (1997, 2005a, 2005b), pretendo verificar, como já dito, indícios do trabalho com as imagens do locutor e do interlocutor nas cartas argumentativas em função da orientação dada na ficcionalização na proposta. A partir desses indícios, o objetivo da análise é mostrar como os ethe discursivos do locutor (“máscara”) e do interlocutor (sr. E.B.M.) são trabalhados na argumentação do texto, constituindo uma estratégia que caracteriza a argumentação desenvolvida na carta, diferenciando-a da desenvolvida na dissertação.

A análise das propostas de carta argumentativa apresentada no capítulo anterior mostra que um número significativo de propostas apresenta uma ficcionalização semelhante à da proposta de 1993. Essas propostas, como já visto, orientam a escrita de uma carta em que o locutor deve discordar do interlocutor já definido cuja opinião é apresentada por meio de um texto. Em outras palavras, essas propostas sugerem uma espécie de relação polêmica entre locutor e interlocutor, uma vez que os dois pertencem a formações discursivas diferentes.

Dessa maneira, pode-se supor que, como estratégia argumentativa, o ethos e o discurso do interlocutor devam ser desqualificados, rebaixados pelo locutor em sua carta. A análise de trechos das cartas da próxima seção tem o objetivo de verificar a

ocorrência desse movimento e, principalmente, mostrar como a desqualificação do ethos e do discurso do interlocutor aparece nas cartas.

Além disso, é importante ressaltar aqui o fato de que a ficcionalização da proposta de 1993, igualmente àquelas que se assemelham a ela – traz um texto de opinião do interlocutor – no caso, sr. E.B.M.. Isso aponta para a possibilidade do locutor retomar a palavra do interlocutor em sua carta e que, assim, esse movimento pode ser considerado, na relação polêmica, a principal estratégia argumentativa mobilizada pelo vestibulando para desqualificar o ethos e o discurso do seu interlocutor – sr. E.B.M. Dessa maneira, o principal objetivo da análise de trechos das cartas da próxima seção é mostrar as diferentes maneiras como os vestibulandos trabalham a palavra – o discurso – do outro – no caso, sr. E.B.M. – na argumentação de suas cartas a fim de desqualificar o ethos detectado no texto de opinião deste senhor.

É válido ressaltar que a retomada da palavra do interlocutor na carta está diretamente associada às propostas em que a ficcionalização traz em sua coletânea um texto de opinião do interlocutor definido, sugerindo a instauração de uma relação polêmica na argumentação da carta. Dessa maneira, tendo em vista a criação da coletânea única a partir de 2004 e, conseqüentemente, a não existência de um texto do interlocutor, pode-se dizer que a retomada da palavra do interlocutor na argumentação da carta só pode ser considerada uma estratégia que caracteriza a argumentação na carta no período de 1987 a 2003.

A verificação das ocorrências das estratégias citadas acima, como já dito, será feita a partir da análise de trechos das cartas dos vestibulandos. Esses trechos são identificados pela combinação de dois números: o primeiro se refere ao número da primeira coluna da tabela, que corresponde ao número da carta transcrita e anexada à dissertação; já o segundo se refere ao número da segunda coluna, que identifica o fragmento da carta.

### **3.3.1. Análise das cartas argumentativas: A relação polêmica e o ethos do interlocutor na argumentação**

Para discutir a questão da relação polêmica neste momento da pesquisa, tomamos como base teórica o capítulo 4, “A polêmica como interincompreensão” do livro *Gênese dos Discursos* (2005c), de Dominique Maingueneau, assim como o capítulo 2 “Do discurso ao interdiscurso” da segunda parte do livro *Novas tendências em Análise do Discurso* (1997) do mesmo autor.

Pode-se dizer que, no mesmo espaço discursivo, existem formações discursivas diferentes. Cada formação discursiva mantém fronteiras com as demais de acordo com interação – passando pela refutação do Outro em diferentes níveis – que estabelece com a “interpretação” que é feita do discurso do Outro em seu próprio sistema. Nas palavras de Maingueneau (2005c),

“quando se considera o espaço discursivo como rede de interação semântica, ele define um processo de intercompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo, isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grande semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco”. (MAINGUENEAU, 2005c, p.103).

Considerando que, em uma relação polêmica, a interação de uma formação discursiva com o Outro passa pela interpretação que ela faz do discurso do Outro a partir de seu sistema semântico, pode-se dizer que, na realidade, a formação discursiva não interage com o discurso “verdadeiro” do Outro, e sim com o *simulacro* que constrói do discurso do Outro dentro da semântica que delimita o seu discurso. De acordo com Maingueneau

*“cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados. A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas*

*categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são compreendidos no interior do fechamento semântico do interprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele. Convencionar-se-á chamar **discurso-agente** aquele que se encontra em posição de tradutor e de **discurso-paciente** aquele que é assim traduzido; é por definição em proveito do primeiro que se exerce a atividade de tradução”. (MAINGUENEAU, 2005c, p.103)*

Ainda sobre a polêmica, Maingueneau ressalta que

*“ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. Ela mantém, pois, um duplo laço com o simulacro: pelo fato de que ela mesma é apenas um simulacro de guerra, como indica seu nome, uma guerra de papel, e pelo fato de que ela não cessa de traduzir o Outro em seu próprio simulacro”. (MAINGUENEAU, 2005c, p.113).*

O estudioso também aponta a diferença entre os dois níveis de apreensão da polêmica: o *dialógico* e o *polêmico*. O primeiro, o da interação constitutiva, “se esconde ou se mascara atrás das palavras, das construções sintáticas, das reformulações ou das reescrituras não ditas dos discursos segundos” (Charaudeau, Maingueneau, 2006, p. 162). Já o segundo “se responsabiliza pela heterogeneidade “mostrada”, a citação, no sentido mais amplo” (Maingueneau, 2005c, p.112). “Desse modo, intencionalmente ou não, certos discursos **mostram** explicitamente o discurso de outrem que os atravessa” (Charaudeau, Maingueneau, 2006, p. 162)..

Para Maingueneau (1997, p.123), “o estudo do dialogismo polêmico mostrado pode ser de grande interesse para a AD, não apenas pela maneira como os diferentes discursos o praticam, mas ainda por levar em conta assuntos de controvérsia”. Em relação à controvérsia, ele ressalta os dois terrenos em que ela se desdobra ao mesmo tempo:

“cada discurso deve simultaneamente responder aos golpes e dar golpes; mas isso supõe uma série de escolhas: no conjunto de enunciados que lhe são dirigidos, o discurso responde àquele que lhe parecem os mais ameaçadores. Essa avaliação do perigo se faz evidentemente em função de seu próprio sistema [...]; na massa freqüentemente considerável dos enunciados não polêmicos do Outro o discurso define alguns pontos de ataque. Escolha da qual o sistema de restrições deve igualmente dar conta”. (MAINGUENEAU, 2005c, p.114).

Apesar de considerar que, na relação polêmica, o discurso deve responder ou denunciar onde percebe um ponto chave, Maingueneau faz uma observação:

“polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração em relação à Lei que se impõe como incontestável. Essa infração pode dizer respeito apenas à “deontologia” da enunciação; nesse caso, ela permanece externa à semântica dos discursos propriamente dita. Trata-se, nesse caso, de desqualificar o adversário mostrando que ele viola as regras do jogo (mentindo, produzindo citações inexatas, informações errôneas, sendo incompetente, pouco inteligente etc...). Por esse caminho, tenta-se tirar do enunciador seu direito à palavra, independentemente de qualquer conteúdo”. (MAINGUENEAU, 2005c, p.114).

Em suma, citando novamente as palavras do estudioso,

“o exercício da polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas. É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente, insuportável. A polêmica supõe que todas as dimensões da discursividade podem estar implicadas (a querela pode incidir sobre o ethos, a intertextualidade, a deixis, etc.)”. (MAINGUENEAU, 1997, p.124).

Relacionando as palavras de Maingueneau acerca da relação polêmica (1997, 2005c) à análise das propostas de carta argumentativa, considera-se que, muitas vezes, a ficcionalização das propostas cria uma situação em que o vestibulando deve polemizar com seu interlocutor – no caso da proposta de 1993, o sr. E.B.M.. Tal fato aponta para a idéia de que a construção da argumentação, nesses casos, se dá no fio da polêmica a ser instaurada na carta. Dessa maneira, pode-se dizer que a argumentação na carta, nessas condições, não é construída somente a partir dos argumentos. Supõe-se que a argumentação também incide no trabalho de desqualificação do ethos e do discurso do interlocutor e na construção da imagem do locutor, que envolve o ethos desse locutor.

Se essa suposição colocada acima é confirmada, pode-se levantar dois pontos importantes: o primeiro é que a relação polêmica instaurada entre locutor e interlocutor na carta pode ser considerada um elemento que caracteriza o gênero carta argumentativa – pelo menos nas propostas que possibilitam a polêmica – e que o distingue da dissertação, outro gênero – escolar – argumentativo, uma vez que a argumentação na dissertação incide principalmente – se não somente – nos argumentos.

O segundo ponto a ser levantado a partir da suposição feita é que, na relação polêmica, o ethos se torna a principal estratégia que caracteriza a argumentação no gênero carta argumentativa e que, além disso, junto da relação polêmica, é um elemento que também diferencia esse gênero da dissertação.

A análise de algumas cartas argumentativas produzidas no vestibular de 1993 nesta parte do trabalho tem como objetivo, como já dito, indícios do trabalho com as imagens do locutor e do interlocutor nas cartas argumentativas em função da orientação dada na ficcionalização na proposta. A partir desses indícios, o objetivo da análise é mostrar como os ethe discursivos do locutor (“máscara”) e do interlocutor (sr. E.B.M.) são trabalhados na argumentação do texto, constituindo uma estratégia que caracteriza a argumentação desenvolvida na carta, diferenciando-a da desenvolvida na dissertação.

A seguir, serão apresentadas tabelas com trechos de cartas argumentativas que tentam mostrar o trabalho dos vestibulandos em relação à desqualificação do ethos (ou a construção de um anthi-ethos) e do discurso do sr. E.B.M. a fim de verificar a

hipótese levantada acima. Os dados – trechos das cartas - são indícios textuais que foram organizados em diferentes tabelas, de acordo com a maneira como o anti-ethos e o simulacro do discurso do sr. E.B.M. aparecem nas cartas.

Os dados selecionados e apresentados na tabela a seguir indiciam uma das várias estratégias observadas nas cartas a fim de desqualificar o ethos, ou construir um anti-ethos, do sr.E.B.M. Destacam-se formas verbais, substantivos e adjetivos – marcados em negrito – que colaboram com a desqualificação do discurso do sr. E.B.M. construída a partir da leitura que o vestibulando faz do texto de opinião desse senhor.

**Tabela 1**  
***Desqualificação do discurso e do ethos do sr. E.B.M***

Carta	Trecho
<b>1</b>	<p>(1) ...<b>convida-lo a refletir mais longamente</b> sobre alguns pontos articulados pelo senhor no texto publicado...</p> <p>(2) procurarei dar aos meus argumentos aquilo que <b>faltou aos seus: unidade lógica e bom senso.</b></p> <p>(3) ...seus argumentos se <b>reduzem a um amontoado de generalizações...</b></p>
<b>2</b>	<p>(1) “... <b>procure se informar melhor</b> sobre aqueles que são o futuro do seu país...”</p>
<b>3</b>	<p>(1) <b>isso não pode ser generalizado</b> a tal ponto de se dizer que cada um busca a realização pessoal...</p> <p>(2) querer estabelecer uma continuidade ou ligação com o que já passou, ou com o que ocorre lá no oriente, é simplesmente <b>ingenuidade</b>, ou <b>ignorância.</b></p> <p>(3) Deve-se ter cuidado para o senhor não ser <b>imediatista</b> e <b>simplista</b> ao julgar os jovens...</p>
<b>4</b>	<p>(1) ...sua <b>visão cética</b> em relação à juventude, o levou a tão distintos fatos, <b>informe-se.</b></p> <p>(2) Portanto, sr. E.B.M., liberte-se de sua redoma de <b>suposta sabedoria</b> e junte-se a nós...</p>

<b>5</b>	(1) mas o que realmente me abalou, foi o trecho onde o senhor, declaradamente, <b>agride a juventude</b> e ao mesmo tempo assume sua postura ditatorial.
<b>6</b>	(1) ... o senhor <b>desmerece</b> as manifestações estudantis e <b>desvirtua</b> o poder de luta dos jovens brasileiros
<b>7</b>	(1) ... <b>quero que entenda melhor o problema</b> antes de tomar <b>atitudes precipitadas e acusar</b> a juventude <b>grosseiramente</b> .  (2) ... perder seu precioso tempo escrevendo <b>artigos banais e grotescos</b> em relação à juventude brasileira
<b>9</b>	(1) ... a fim de <b>faze-lo refletir um pouco</b> sobre as suas afirmações em relação à juventude brasileira...  (2) ...talvez uma <b>desinformação</b> sobre a vida dessa juventude...  (3) ...já teve a oportunidade de seguir o atual programa de história do Brasil que é dado pela maioria das escolas brasileiras? <b>Creio que não</b> .  (4) ... <b>procure</b> , ao chegar em casa, <b>não ligar a televisão, mas refletir</b> sobre o seu dia...
<b>10</b>	(1) ... percebendo <b>equívocos em suas opiniões</b> frente à veracidade dos motivos que colocaram milhares de jovens nas ruas, de maneira organizada e cívica, tento <b>elucidar-lhe</b> os fatos  (2) ...dizer que a juventude é motivada pelo espírito da época, visando ao hedonismo é <b>errôneo</b>

O sr. E.B.M., no papel de fiador, espera a adesão de co-enunciadores. O co-enunciador, ou seja, aquele que o discurso do enunciador – fiador – deseja persuadir, ao entrar em contato com a corporalidade e o caráter daquele, pode se espelhar naquela forma de interagir com o mundo, naquele modo de ser e, ao se incorporar à imagem do fiador, propicia a constituição de uma “comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso. O poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados” (Mainguenu, 2005b, p.73). No entanto, a ficcionalização sugere a instauração de uma relação polêmica nas cartas, o que

impossibilita a adesão de co-enunciadores. Assim, partindo de formações discursivas diferentes – até mesmo adversárias, se considerarmos a relação polêmica – à formação discursiva do sr. E.B.M., os locutores tentam interpretar, “traduzir” o discurso e o ethos do outro de acordo com o sistema semântico da sua formação discursiva, construindo, assim, um anti-ethos que emana do discurso (do texto de opinião, no caso) deste senhor.

Pode-se observar na tabela apresentada acima que determinadas construções usadas nas cartas não só constroem um anti-ethos do interlocutor – sr. E.B.M. –, como também, indiretamente, colaboram com a qualificação do ethos do locutor da carta. O uso de construções como “*convida-lo a refletir*” (1.1), “*faze-lo refletir um pouco*” (9.1), “*elucidar-lhe*” (10.1), “*quero que entenda melhor o problema*” (7.1) faz emergir a “tradução” feita pelo interlocutor do ethos e do discurso do sr. E.B.M.: o caráter e a corporalidade de um sujeito ingênuo e mal informado. A leitura da carta do sr. E.B.M. permite detectar a tentativa – frustrada - deste senhor em se mostrar um homem esperto; observa-se nas cartas, a partir dos exemplos destacados acima, o ethos de locutores educados, que desejam mostrar ao interlocutor a sua ignorância acerca do assunto que pensa conhecer profundamente. Ao mesmo tempo em que o anti-ethos do sr. E.B.M. é construído na carta, o caráter e corporalidade do locutor vão se delineando, fazendo surgir um fiador “superior” ao adversário – ele aconselha o outro –, educado e calmo. Em outras palavras, a cenografia envolve fiadores seguros que, através de um tom calmo, educado e polido, querem esclarecer o outro – ingênuo, arrogante – a respeito do movimento estudantil pró-impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello.

Ocorrência análoga pode ser observada nos casos em que se faz opção por verbos no imperativo e no subjuntivo: verbos como *informe-se* (4.1), *procure não ligar a televisão, mas refletir* (9.4) e *procure se informar melhor* (2.1) denotam conselhos e desejos de fiadores educados e espertos – a expressão do locutor *procure se informar melhor* poderia ser completada com algo do tipo “*assim como eu faço*” – dirigidos a um locutor equivocado. Essas construções indiciam fiadores simpáticos, pessoas com o propósito de aconselhar, ajudar o outro, mesmo sendo, de alguma forma, atingidas e ofendidas pelo discurso ríspido e arrogante do interlocutor.

Ainda em relação ao uso de formas verbais, pode-se observar nas cartas dos vestibulandos a ocorrência de verbos que caracterizam negativamente o discurso do sr. E.B.M.. *Agride a juventude* (5.1), *desmerece as manifestações estudantis* (6.1), *desvirtua o poder de luta dos jovens brasileiros* (6.1) e *acusar grosseiramente* (7.1) são exemplos de como é construído o simulacro do discurso do sr. E.B.M., ou seja, como, de acordo com o sistema semântico da formação discursiva de que o locutor faz parte, como o discurso do sr. E.B.M. é interpretado, “traduzido”. O tom direto e duro do discurso do interlocutor aliado a argumentos fracos, do ponto de vista do locutor, são usados na construção do anti-ethos daquele.

No exemplo 6.1, o verbo *acusar*, que figura um sentido negativo, vem acompanhado do advérbio *grosseiramente* que acentua o propósito do vestibulando. É importante notar que tais verbos indiciam e corroboram a sustentação do anti-ethos de um interlocutor agressivo, enérgico e arrogante no discurso do locutor. Pode-se ainda associar o uso dessas formas verbais à idéia de que quando o sujeito tem razão, ele tenta transmitir calma e equilíbrio na exposição de suas opiniões; no entanto, isso não é detectado no discurso do sr. E.B.M, uma vez que o seu tom indicia, para o adversário, o anti-ethos de um sujeito nervoso e irritadiço; assim, o leitor da carta do vestibulando é levado a considerar o discurso do sr. E.B.M. como algo centrado em opiniões muito pessoais, ou seja, um discurso tomado pela emoção, muito distante de uma reflexão que tenta avaliar a realidade e a verdade dos acontecimentos.

Além de formas verbais, alguns substantivos e adjetivos também indiciam a desqualificação do discurso do sr. E.B.M. O uso de substantivos como *amontoado de generalizações* (1.3), *ingenuidade* (3.2), *ignorância* (3.2), *desinformação* (9.2) e *equivocos* (10.1); de adjetivos como em *cuidado para o senhor não ser imediatista e simplista* (3.3), *visão cética* (4.1), *suposta sabedoria* (4.2), *atitudes precipitadas* (7.1), *artigos banais e grotescos* (7.2) e em *dizer que a juventude é motivada pelo espírito da época, visando ao hedonismo é errôneo* (10.2); e de estruturas que assumem valor adjetivo como em *procurarei dar aos meus argumentos aquilo que faltou aos seus: unidade lógica e bom senso* (1.2) sustentam negativamente o discurso e o anti-ethos de um interlocutor, como já mencionado, “traduzido” pelo locutor como um sujeito de

caráter ingênuo, arrogante e austero; além disso, para o locutor, o discurso do sr. E.B.M. tem indícios de que ele não conhece profundamente o assunto que aborda e, por conseqüência, não consegue manter uma argumentação consistente; assim, o simulacro do discurso do sr. E.B.M. se torna ponto a ser atacado na relação polêmica instaurada pelo locutor em sua carta, sendo desqualificado como um discurso superficial e simplista.

Da análise apresentada até o momento, pode-se observar que a desqualificação do ethos do sr. E.B.M., muitas vezes, está intrinsecamente associada à construção do ethos de um locutor que, no caso, não adere à comunidade imaginária daquele, uma vez que ambos pertencem a formações discursivas diferentes. Ao se desqualificar interlocutor nas cartas, delineiam-se ethe de fiadores das cartas de diferentes caracteres, mas que conseguem sustentar argumentos sólidos baseados em reflexões e conhecimento aprofundado acerca do assunto. A argumentação desenvolvida na carta indicia locutores inteligentes, bem-informados e conscientes do quadro político-social do país. Isso pode ser observado também em *já teve a oportunidade de seguir o atual programa de história do Brasil que é dado pela maioria das escolas brasileiras? Creio que não* (9.3). Nesse caso, a pergunta cuja resposta já é antecipada indicia o que o locutor pensa sobre o teor do discurso do sr. E.B.M.: simplista e generalizante. Por outro lado, essa estratégia permite caracterizar o fiador como alguém que estuda e está consciente dos problemas político-sociais que atingem a nação.

Em sua carta, sr. E.B.M. afirma que a *atual geração* – os jovens da época – está submergida *num mar de hedonismo*. Hedonismo é definido na proposta como *[prática da] doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível*. Em outras palavras, sr. E.B.M. julga que os jovens de sua época são egoístas a ponto de não terem noção de suas atitudes: as manifestações pró-impeachment, para ele, são uma das formas pela qual o jovem busca prazer individual, ou seja, são uma mera diversão.

Os trechos destacados na tabela abaixo mostram as várias maneiras de sustentação, na contra-argumentação das cartas dos vestibulandos, da defesa do movimento estudantil em detrimento à fragilidade com que o sr. E.B.M. tenta sustentar

o ethos do seu fiador no fio do seu texto. As partes marcadas em negrito indiciam o anti-ethos egoísta do interlocutor, característica detectada a partir do simulacro do discurso do sr. E.B.M. construído pelos diferentes vestibulandos.

**Tabela 2**

*O anti-ethos egoísta do sr. E.B.M. indiciado nas cartas*

<b>Carta</b>	<b>Trecho</b>
<b>3</b>	Os valores atribuídos aos estudantes, em seu artigo, certamente são muito <b>pequenos e mesquinhos...</b>
<b>4</b>	Temos a convicção que acoados e amedrontados não teríamos conseguido tirar <b>pessoas, que, como o senhor, procuram um benefício egoísta</b> , não se lembrando da coletividade maior chamada nação.
<b>6</b>	...a juventude brasileira encontrou uma <b>causa mais justa a protestar...</b> saiu às ruas a fim de <b>reaver o exercício da cidadania</b>
<b>7</b>	<b>Se o senhor estivesse sensibilizado à gravidade do problema, teria feito algo em benefício do país</b> em vez de perder seu precioso tempo escrevendo artigos banais e grotescos em relação à juventude brasileira
<b>9</b>	<b>Experimente</b> um dia <b>libertar-se de seu mundo</b> , talvez o mundo de seus filhos que podem fazer parte daquele grupo vagabundo, indolente e indisciplinado...

Os exemplos destacados acima mostram que, no fio da contra-argumentação de algumas cartas, há indícios do ataque à característica atribuída aos jovens – representado pelo adjetivo “hedonistas” – na tentativa de se desqualificar o ethos do interlocutor. Se, de acordo com Maingueneau (1997, p.49), “convencer consiste em atestar o que é dito na própria enunciação, permitindo a identificação com uma certa determinação do corpo”, pode-se dizer que o discurso do sr. E.B.M. não foi eficaz. Ora, quando considera egoísta a ação dos jovens, sr. E.B.M., colocando-se em posição enunciativa adversária a deles, tenta sustentar o caráter de um sujeito exaltado, que está

preocupado com o rumo político-social da nação. No entanto, percebem-se nas cartas indícios que sustentam o ethos de locutores solidários uma vez que, como os jovens, apóiam o movimento estudantil. Dentro dos limites da formação discursiva dos locutores, o caráter dos jovens, interpretado como egoísta pelo adversário, é “traduzido” e qualificado como solidário na contra-argumentação, ou seja, são vistos como sujeitos que visam o bem coletivo. Ao mesmo tempo, da leitura da carta do sr. E.B.M. pode ser detectada uma incoerência entre o ethos do fiador – que ele tenta sustentar - e a sua atitude diante dos acontecimentos indiciada nas cartas dos vestibulandos: os locutores acusam o interlocutor, construindo o seu anti-ethos como egoísta, pois, de acordo com a interpretação que fazem do discurso do adversário consideram que esse age para defender a sua opinião – escreve um texto -, mas nada sugere ou faz – ou por comodidade, ou por medo, ou porque não lhe convém - para tentar modificar a situação do coletivo.

Os trechos destacados na tabela acima mostram as várias maneiras como o anti-ethos do interlocutor é construído a partir da incoerência descrita no parágrafo anterior. No exemplo 3, os adjetivos utilizados *pequenos* e *mesquinhos* rebaixam o caráter do interlocutor, delineando um sujeito egoísta.

Os exemplos 4 e 7 mostram nitidamente essa incoerência por meio de estruturas comparativa e condicional respectivamente. Em 4, uma comparação estabelecida pela conjunção *como*, que iguala o sr. E.B.M. a pessoas que buscam um benefício egoísta, fazendo alusão ao então presidente Fernando Collor e aqueles que o apoiavam (*tirar [do poder] pessoas que procuram um benefício egoísta*). Já o excerto 7 apresenta uma estrutura que denota condição: *Se X, então Y*. Nessa estrutura, X sugere algo hipotético, que não é concreto; Y se concretiza em função de X. Dessa maneira, o locutor denuncia o anti-ethos de um interlocutor egoísta: não faz nada em benefício do país (Y), uma vez que não é real a sua preocupação com a gravidade do problema (X).

Em 6, a expressão *causa mais justa a protestar* tem implícita a construção comparativa *causa X é mais justa que causa Y*, valorizando X em detrimento de Y. Dessa maneira, para o locutor, o motivo do protesto dos jovens (X) – reaver o exercício da cidadania -, além de mais importante, denota o ethos de uma juventude solidária,

enquanto que o motivo do protesto do sr. E.B.M. (Y) – passeata dos jovens – é menor, o que aponta para a desqualificação do ethos do interlocutor, caracterizando-o como egoísta.

No exemplo 9, tem-se o verbo *experimente* no modo subjuntivo, expressando o desejo do locutor de que seu adversário mude, transforme sua visão em relação aos jovens. Esse desejo de mudança, junto do verbo *libertar-se*, indicia a “tradução” que o locutor, a partir da sua formação discursiva, faz do ethos do seu interlocutor: um sujeito aprisionado num caráter egoísta.

O anti-ethos egoísta do interlocutor indiciado nas cartas é sugerido de maneira particular na carta 5. Nesta carta, há indícios de uma interpretação extremista do anti-ethos egoísta do sr. E.B.M., mostrada por meio de uma postura ditatorial deste. Ora, o ditador reúne em si o máximo do egoísmo, do egocentrismo, a fim de buscar o benefício próprio em detrimento do bem coletivo. Abaixo, serão apresentados três trechos que indiciam uma associação entre o tom intransigente e rígido detectado do discurso do sr. E.B.M. e o regime ditatorial, objetivando a desqualificação do interlocutor.

- (1) A sua carta, como um todo, demonstra que o **senhor deve ter sido ligado a algum mecanismo repressivo da ditadura**
  
- (2) mas o que realmente me abalou, foi o trecho onde o senhor, declaradamente, **agride a juventude** e ao mesmo tempo assume sua **postura ditatorial**.
  
- (3) Eu sei que o senhor realmente gostaria de ver os jovens enfrentando uma tropa de choque como ocorre na Coréia, pois **o senhor deve ser fruto vivo da ditadura**, e não admite, portanto, a ocorrência da democracia sem barreiras.

No excerto 2, o verbo *agride* indicia como foi feita a interpretação do discurso do sr. E.B.M. pelo locutor: o tom “duro” é “traduzido” como um tom agressivo, hostil dentro da formação discursiva do locutor. Assim, o anti-ethos do interlocutor se constrói por meio de um caráter agressivo, arrogante, extremamente

egoísta, no caso, associado diretamente à corporalidade de um sujeito que assume postura ditatorial. A associação do sr. E.B.M. à ditadura pode ser considerada possível na medida em que o estereótipo dos sujeitos que são favoráveis à ditadura é permeado pelo tom austero, comportamento agressivo e egoísta diante daqueles que se opõem às suas idéias.

Já os excertos 1 e 3, por meio das locuções verbais *deve ter sido* e *deve ser* indiciam a possibilidade da participação ativa do sr. E.B.M. no regime político da ditadura, tendo em vista o tom indignado emanado do discurso do interlocutor. De acordo com sistema semântico do locutor, só alguém ligado a um poder de repressão, ficaria indignado ao ver o pacifismo com que foi feita a manifestação pró-impeachment, uma vez que preferiria um movimento armado, permeado pela tensão. Indiretamente, a carta do vestibulando mostra um tom egoísta e elitista emanados do discurso do interlocutor, quando esse último desconsidera que a atitude dos jovens visa o bem da maioria. Em outras palavras, o ethos do interlocutor é desqualificado pelo locutor a fim de atacar a imagem que sr. E.B.M. tenta construir e sustentar no seu discurso: de uma pessoa preocupada com o rumo tomado pelos jovens e pela política nacional, ou seja, de alguém preocupado com o bem da nação.

Em outros exemplos, pode-se observar indícios da desqualificação do ethos do sr. E.B.M. feitas por meio de construções irônicas. A respeito da ironia, Maingueneau (1996) cita Fontanier (1821):

“faz parte tradicionalmente dos “tropos” da Retórica, como a metáfora, a hipérbole, a litotes. Considera-se que há um tropo em todos esses casos porque o enunciado deve ser interpretado como portador de um sentido diferente do que ele libera “literalmente”. No que diz respeito, a ironia consistiria ‘em dizer por uma derrisão, ou humorística, ou séria, o contrário do que se pensa ou do que se quer que se pense’ (C. Fontanier, 1821). Seria, portanto, uma espécie de antífrase”. (MAINGUENEAU, 1996, p.94).

Apesar de a questão da ironia ser tomada de diversas maneiras por diferentes autores, nota-se a concordância entre todos em ressaltar seu caráter

desvalorizador. Por exemplo, para Kerbrat (1986, p.102), “ironizar é sempre, mais ou menos, escolher um alvo que se trata de desqualificar”.

A tabela abaixo mostra algumas ocorrências de construções irônicas nas cartas dos vestibulandos com a finalidade de construir o anti-ethos do sr. E.B.M..

**Tabela 3**

***A ironia na construção do anti-ethos do sr. E.B.M.***

<b>Carta</b>	<b>Trecho</b>
<b>1</b>	(1) “O sr., <b>informado que é</b> , seguramente repudia este tipo de generalização simplista e equivocada. <b>Ou não?</b> ”  (2) “...mas o que me intriga mesmo em sua carta, sr. E.B.M., é sua altivez e <b>otimismo.</b> ”
<b>2</b>	(1) “... que o senhor <b>deve ter acompanhado, pressuponho eu.</b> ”
<b>6</b>	(1) “Acredito que o senhor, <b>como homem de bom senso</b> , reconheça o absurdo cometido ao alegar ‘notória a cretinice da juventude brasileira’”.

Pela leitura da carta do sr. E.B.M., pode-se detectar como já observado, a discrepância entre a imagem que ele faz de si – um sujeito inteligente, bem informado, que tem bom-senso – e a imagem que emana efetivamente do seu discurso – homem agressivo, autoritário, ingênuo. Assim, ironicamente, há passagens nas cartas dos vestibulandos – como as da tabela acima – em que o locutor estabelece um tipo de contrato com sr. E.B.M., “aceitando” a qualidade que este senhor se atribui: eles qualificam o sr. E.B.M. em suas cartas a fim de desqualificá-lo, ou seja, dizem X a fim de dizer não-X. Em relação à ironia associada à polifonia, Ducrot ressalta que

“Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador E, posição cuja responsabilidade não é assumida pelo locutor L e, mais que isso, que ele considera absurda [...] a posição absurda é

diretamente expressa (e não mais citada) na enunciação irônica e, ao mesmo tempo, ela não é atribuída a L, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras a uma outra personagem E”. (DUCROT, 1984, p.211).

As cartas 1 e 6 apresentam estruturas ou expressões com valor adjetivo, qualificando o interlocutor no discurso do locutor como homem informado, de bom-senso, de caráter otimista, ou seja, como o sr. E.B.M. gostaria de ser caracterizado. Na relação polêmica instaurada no fio da argumentação da carta, a ironia se estabelece justamente na verdadeira intenção do uso de tais adjetivos: o que aparentemente qualifica o outro e dá a falsa ilusão de se criar um acordo sujeitos “adversários”, na realidade, desqualifica-o, uma vez que o locutor, partindo de uma formação discursiva diferente do outro, constrói o simulacro do discurso e o anti-ethos do seu interlocutor e ataca as características do simulacro do outro na contra-argumentação; indiretamente, esse movimento torna mais forte e consistente o discurso do locutor.

Observa-se no exemplo 1.1 uma oração adjetiva explicativa *informado que é* (que é informado) que caracteriza o senhor E.B.M. – de acordo com o que ele pensa ser - e estabelece uma relação de concordância com o esteriótipo de pessoa bem informada expresso pela idéia contida na oração principal *seguramente repudia este tipo de generalização simplista e equivocada*. A ironia se estabelece a partir da pergunta *Ou não?*; essa pergunta quebra o pacto do locutor em aceitar a idéia do seu adversário como verdadeira, instaurando um jogo de vozes que indicia a verdadeira percepção do locutor em relação ao seu interlocutor: para o locutor, o sr. E.B.M. é um homem ingênuo, pouco-informado, quem matém um discurso simplista e generalizante.

No trecho da carta 2, não é utilizada diretamente uma expressão adjetiva: a oração *o senhor deve ter acompanhado*, indicia uma alusão ao ethos de homem esperto que sr. E.B.M. julga ser. No entanto, a expressão *pressuponho eu* complementa e finaliza a idéia expressa na oração destacada, instaurando uma ironia, uma vez que indicia a consciência do locutor de que seu adversário não é um sujeito bem informado, desqualificando-o.

### 3.3.1.1. As palavras do interlocutor retomadas na argumentação da carta

Como já discutido neste trabalho, a ficcionalização apresentada nas propostas de carta argumentativa orienta e delimita a produção escrita do vestibulando. Ao mesmo tempo, as instruções contidas na ficcionalização indiciam estratégias que podem caracterizar a argumentação no gênero carta argumentativa no Vestibular da Unicamp.

Uma estratégia possível – estudada nesta pesquisa – que caracteriza a argumentação no gênero carta é o trabalho com a construção do ethos discursivo do interlocutor e do locutor. Em muitas propostas, a ficcionalização permite – propositalmente – o contato do vestibulando com um texto de opinião do seu interlocutor. Dessa maneira, supõe-se que o vestibulando, por meio de indícios textuais, detecte o ethos que emana do discurso do seu interlocutor. Detectado o ethos, espera-se que o vestibulando utilize-o no fio da argumentação da sua carta, considerando a instrução dada pela ficcionalização: concordar ou discordar da opinião do seu interlocutor.

Ao permitir o contato com o texto do outro – interlocutor - a ficcionalização leva o vestibulando à possibilidade de trabalhar a palavra daquele em seu texto. Em outras palavras, o gênero carta argumentativa<sup>18</sup> descarta o discurso que se apresenta como aparentemente monológico, diferentemente do gênero escolar dissertação, e favorece a manifestação do dialogismo entre os discursos, especificamente entre o locutor - vestibulando – e interlocutor – no caso analisado, sr. E.B.M.

Assume-se aqui o conceito de monologismo trabalhado por Bakhtin. Brait (2004, p.192) comentando o monologismo na concepção bakhtiniana, afirma que “segundo Bakhtin, no monologismo o autor concentra em si mesmo todo o processo de criação, é o único centro irradiador da consciência, das vozes, imagens e pontos de vista [...]. O modelo monológico não admite a existência da consciência responsiva e insônoma do outro.” Uma redação escolar, como a dissertação, é sempre permeada por

---

<sup>18</sup> Aqui está sendo considerado o gênero carta argumentativa no período que antecede as mudanças da banca responsável pela organização da Prova de Redação do Vestibular da Unicamp, ou seja, o período de 1988 até 2003.

vários outros discursos; porém, na maioria das vezes, a polifonia inerente ao discurso é abafada por uma única voz, a do autor do texto. Concordando com Volochinov (1981, p.292), pode-se afirmar, assim, que os textos produzidos no contexto escolar são, geralmente, “monológicos somente em sua forma exterior, mas, em sua estrutura interna, semântica e estilística, eles são, com efeito, essencialmente dialógicos”.

A carta argumentativa, no Vestibular da Unicamp, é um gênero que nega a construção monológica do discurso, apoiando-se na idéia de Bakhtin de que a orientação dialógica é um fenômeno característico de todo o discurso. Considerando que

“as necessidades da análise têm levado os pesquisadores a tentarem definir diferentes formas de dialogismo, de acordo com o gênero do discurso, ou de acordo com o grau de presença do outro e, ainda, de acordo com as diferentes maneiras de o representar que a língua permite (alusão, evocação, menção, citação... discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre)”. (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2006, p.161).

e que este trabalho objetiva levantar estratégias que caracterizam a argumentação no gênero carta argumentativa, é necessário, neste momento, fazer algumas considerações sobre a forma de dialogismo presente no gênero estudado e qual é a sua função na argumentação.

Assim como a ficcionalização da proposta de carta argumentativa do Vestibular de 1993, muitas outras orientam - ou colocam como opção para - o vestibulando a posicionar-se contra a opinião do interlocutor. Em outras palavras, a ficcionalização sugere que a carta do vestibulando pode conter uma espécie de relação polêmica entre locutor e interlocutor. Nessa situação, esta pesquisa vem mostrando, até o momento, que a argumentação na carta não é só feita a partir dos argumentos, mas que também pode ser trabalhada a partir da desqualificação do ethos e do discurso do interlocutor no fio da argumentação.

Além disso, a observação das cartas argumentativas que compõem o *corpus* analisado neste capítulo indicia que, muitas vezes, o recurso da citação ou retomada das

palavras - do discurso – do interlocutor – sr. E.B.M. – na carta é utilizado para desqualificar o interlocutor.

De acordo com Bakhtin (2004, p.144), “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”. Partindo de uma formação discursiva adversária à do sr. E.B.M., o vestibulando interpreta o ethos que o sr. E.B.M. tenta construir em seu texto – de um sujeito esperto, responsável, sério, que mantém um tom “duro” – de acordo com o sistema semântico da sua formação discursiva; assim, o resultado é a construção do simulacro do discurso e do ethos – ou anti-ethos – do sr. E.B.M.: para o vestibulando, o discurso do sr. E.B.M. apresenta uma argumentação superficial, simplista, generalizante, fácil de ser questionada; e o anti-ethos é o de um senhor agressivo, austero, egoísta, ingênuo. A partir disso, acredita-se que uma possível, e importante, estratégia argumentativa trabalhada pelos vestibulandos nas cartas é citar ou retomar as palavras – o discurso – do sr. E.B.M. para desqualificar o discurso e o ethos do seu interlocutor. Se essa suposição se confirmar, pode-se dizer que, indiretamente, essa estratégia argumentativa corrobora a sustentação do ethos e do discurso do locutor da carta.

Entende-se que o uso do recurso lingüístico da retomada ou citação do discurso – ou palavras – do outro na carta do vestibulando alude à idéia de que um discurso quase nunca é homogêneo: ele mistura diversos tipos de seqüências textuais, faz variar a modalização, os registros de língua, os gêneros de discurso etc. Quando se fala da heterogeneidade discursiva, a atenção, na maioria das vezes, recai sobre a presença de outros discursos, atribuídos a outras fontes enunciativas. Concordando com as palavras de Authier-Revuz (2004) acerca da heterogeneidade, considera-se neste trabalho que

“o outro é, para o locutor, de qualquer modo, apreendido como discurso: mais precisamente, a compreensão é concebida não como uma recepção “decodificadora”, mas como um fenômeno ativo, especificamente dialógico de “resposta”, por um “contra-discurso”. Isso quer dizer que todo discurso é compreendido nos termos do diálogo **interno** que se instaura entre esse discurso e

aquele próprio ao receptor; o interlocutor compreende o discurso através do seu próprio discurso. **Visando à compreensão de seu interlocutor**, o locutor **integra**, pois, na **produção** do seu discurso, **uma imagem do “outro discurso”**, aquele que ele empresta a seu interlocutor”.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p.42)

A heterogeneidade discursiva pode se manifestar em dois planos: do constitutivo e do mostrado. De acordo com Maingueneau (1997, p.75), a heterogeneidade constitutiva ocorre quando o discurso é dominado pelo interdiscurso: “ela aborda uma heterogeneidade que não é marcada na superfície, mas que a AD pode definir através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva”. Bakhtin denomina esse fenômeno como dialogismo generalizado:

“a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de assimilação - mais ou menos criador – das palavras do outro (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos”.(BAKHTIN, 2003, p.294)

Já a heterogeneidade mostrada, interesse deste trabalho, “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis, a partir de uma diversidade de fontes de enunciação. (Maingueneau, 1997, p.75). Maingueneau (1997, p.75) ainda observa que “os múltiplos fenômenos dependentes da heterogeneidade mostrada vão bem além da noção tradicional de citação e mesmo daquela, mais lingüística, de discurso relatado (direto, indireto, indireto livre.)”.

Pode-se distinguir as formas **não-marcadas** dessa heterogeneidade e suas formas **marcadas** (ou explícitas).

“O co-enunciador identifica as formas **não-marcadas** (discurso indireto livre, alusões, ironia, pastiche...) combinando em proporções variáveis a seleção de índices textuais ou paratextuais diversos e a ativação de sua cultura pessoal. As formas **marcadas**, ao contrário, são assinaladas de maneira unívoca; pode-se tratar de discurso direto ou indireto, de aspas, mas também de glosas que indicam uma **não-coincidência** do enunciador com o que ele diz (modalização autonímica)”. (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2006, p.261)

A relação polêmica instaurada nas cartas argumentativas entre locutores e sr. E.B.M. é permeada pela heterogeneidade mostrada, mais precisamente pela citação. Em relação à citação da relação polêmica, Maingueneau (2005c) ressalta que

“a citação exerce um papel absolutamente crucial; rompendo a condição do Mesmo com fragmentos localizáveis do Outro, aparece como um engodo necessário, que introduz apenas um simulacro através do próprio gesto que parece introduzir a realidade do corpo estranho; afirmar que a citação é errônea, incompleta, forjada de ponta a ponta... é dizer implicitamente que ela poderia, que ela deveria ser exata, completa e real, que o sentido pode manter-se estável quando um fragmento passa de um discurso a outro”.(MAINGUENEAU, 2005c, p.112)

O autor ainda observa que

“é preciso não perder de vista que a citação não é somente um fragmento do enunciado; ela pode ser somente isso quando se faz dela uma exploração mínima. Mas com o enunciado vêm as palavras, o estatuto do enunciador e do enunciatário, o modo de enunciação, a intertextualidade..., tudo o que tem a ver com a semântica global. É por intermédio de tudo isso, igualmente, que a alteridade se manifesta: é o que rompe a continuidade do Mesmo, é o corpo verbal do Outro, seu modo de “incorporação”; colocado em conflito com o corpo citante que o envolve, o elemento citado se expulsa por si próprio, pelo simples fato de que ele se alimenta de um universo semântico incompatível com aquele da enunciação que o envolve”. (MAINGUENEAU, 2005c, p.112)

Tendo em vista as idéias de Maingueneau (1997, 2005c), Authier-Revuz (2004) e Bakhtin (2003) apresentadas acima, o objetivo dessa parte do trabalho é mostrar como as palavras do interlocutor – no caso, sr. E.B.M. – são retomadas na argumentação das cartas a fim de desqualificar o ethos e o simulacro do discurso construídos a partir do texto de opinião do interlocutor. A hipótese é de que a retomada do discurso do interlocutor na argumentação nas cartas pode ser considerada a mais importante estratégia argumentativa usada na desqualificação do ethos e do simulacro do discurso do interlocutor, caracterizando a argumentação no gênero carta argumentativa no vestibular da Unicamp no período de 1987 a 2003, ou seja, no período em que a maioria das propostas sugere a instauração da relação polêmica nas cartas argumentativas.

A tabela a seguir, mostra como algumas palavras usadas pelo sr. E.B.M. a fim de criticar o movimento pró-impeachment liderado pelos jovens são retomadas na argumentação nas cartas para construir o anti-ethos e o simulacro do discurso do interlocutor. As palavras do sr. E.B.M. citadas ou retomadas na relação polêmica instaurada nas cartas estão destacadas em negrito.

**Tabela 4**

*Palavras retomadas e a desqualificação do discurso e do ethos do interlocutor*

Carta	Trecho
1	<p>(1) A juventude brasileira, “<b>cretina, vagabunda, indolente e indisciplinada</b>”, usaria <b>tênis Reebok e jeans Fórum</b>. Se este melhor dos mundos, ao estilo de Voltaire, fosse assim, o miserável adolescente da Freguesia do Ó, que chacoalha nos trens urbanos, se expreme nos ônibus da cidade, luta por uma chance de experimentar o mínimo de dignidade em subempregos...</p> <p>(2) Como pode <b>qualificá-lo de vagabundo</b>, se luta para sobreviver? Como pode <b>qualificá-lo de indisciplinado</b>, se ele não se revolta sempre que vê um Reebok? Como pode <b>chamá-lo de indolente</b>, se ele é capaz de tolerar tanta sordidez?</p>

	<p>(3) Seria – permita-me cita-lo – <b>“cretínice”</b> imaginar que alguém, capaz de identificar o “zeitgeist” de uma geração de maneira tão acintosamente inequívoca, pudesse reduzir seu raciocínio à formulação segunda a qual a juventude não tem sensibilidade, ou informação, para perceber o cenário político no qual, digamos, vegeta.</p> <p>(4) “Termo interessante, este. <b>Revolução</b>. Depreende-se de seu texto, senhor E.B.M. que, qualquer manifestação pública, pacífica e profundamente cívica contra as mais descabíveis evidências daquilo que o “poder central” mais gerou neste país – corrupção e miséria – seja o equivalente a uma “revolução”.</p> <p>(5) Pergunto-me sinceramente o que, afinal, <b>irritou</b>-o tanto na cobertura que a imprensa fez das manifestações organizadas pelos jovens. Será que, por sermos justamente jovens, não deveríamos ter a <b>disfaçatez, o topete, a impertinência</b> de nos organizarmos democraticamente para criticar o “poder central”.</p>
<b>2</b>	<p>(1) ... seria notória a <b>cretínice</b> e a <b>falta de capacidade de percepção</b> não só da juventude brasileira, como de todos os cidadãos de bom-senso e com um mínimo de escrúpulos, se ficassem de “braços cruzados” ou fizessem “vista grossa” diante de todos esse fatos.</p> <p>(2) Direitos esses não visando o <b>bem individual, como citado em seu noticiário</b>, mas sim de toda uma sociedade que estava sendo prejudicada pelas atitudes irresponsáveis de um presidente; este sim hediondo.</p> <p>(3) Essa juventude que o senhor <b>citou como vagabunda, indolente e indisciplinada</b> é o futuro do seu país e não precisou partir para a <b>violência de uma revolução</b> para lutar pelos seus direitos e princípios.</p> <p>(4) Nessas manifestações estudantis não se interessava o <b>tênis usado</b> ou a <b>calça que se vestia</b>, as desigualdades sociais pareciam não existir.</p>
<b>3</b>	<p>(1) ...o senhor não deve <b>julgar</b> os estudantes <b>como inconscientes e irresponsáveis</b>; o que move cada um deles a participar de manifestações é a vontade de modificar...</p>
<b>4</b>	<p>(1) Ora, sr. E.B.M., não é porque usamos <b>tênis Reebok</b> e <b>jeans Fórum</b> que somos vagabundos, indolentes e indisciplinados. Nosso gosto por moda não tem nada a ver com nossa visão política</p>
<b>5</b>	<p>(1) Quanto ao fato de o senhor achar notória a <b>cretínice</b> da juventude brasileira, eu devo dizer que notório é o fato de o senhor <b>julgar cretina</b>, uma parcela majoritária da população do seu país... <b>Cretinas</b> são as atitudes de um chefe de nação como Fernando</p>

	<p>Collor. E <b>cretinos</b> seriam os jovens sim, mas se assistissem a tal processo degradante de braços cruzados.</p> <p>(2) Ao <b>chamar de indolente, indisciplinada e vagabunda a juventude</b>, o senhor realmente mostrou-se desestruturado e sem a menor possibilidade de analisar a real situação desses <b>jovens, que provam todos os dias com seu trabalho, que tais adjetivos foram muito mal utilizados.</b></p>
<b>6</b>	<p>(1) Se o senhor <b>admite ser “extremamente fantasioso</b> se admitir que a nossa juventude tenha toda essa <b>capacidade de percepção”</b>, o que dizer da responsabilidade de uma geração que carrega o peso da derrota? A derrota gerada pela ditadura repressora ao clima idílico das “diretas já”...</p> <p>(2) O “<b>zeisgeist</b>” – espírito da época – trouxe, ao contrário do que pensa o senhor, a certeza de que a juventude brasileira não se verga à corrupção e aos barbarismos que assolam a política do governo.</p> <p>(3) Uma juventude “<b>vagabunda, indolente e indisciplinada</b>” não derrubaria o presidente da república, sr. E.B.M.. Acredito que o senhor, como homem de bom senso, reconheça o absurdo cometido ao <b>alegar “notória a cretinice da juventude brasileira”</b>. Quando existe conscientização, sr. E.B.M., existe poder.</p> <p>(4) Se o capitalismo, que releva o consumo de mercadorias, estabelece a nova ordem mundial, é evidente que o jovem de hoje caracteriza-se por usar <b>tênis Reebok e jeans Fórum.</b></p>
<b>7</b>	<p>(1) <b>Declarar que é notória a cretinice da juventude brasileira.</b> Será que são <b>cretinos</b>? Talvez, <b>cretinos</b> não estariam às ruas em busca de uma Pátria mais justa. <b>Cretinos</b> são os omissos da sociedade. <b>Cretinos</b> são irresponsáveis, incapazes de perceber que algo precisa de mudança.</p> <p>(2) A nossa juventude teve a <b>capacidade de percepção</b> sim, e pacíficos e unidos gritaram para se fazerem ouvidos. Isso, sr. E.B.M. não é uma atitude de <b>irresponsabilidade e hedônios</b>, é uma atitude de amor à bandeira...</p>
<b>8</b>	<p>(1) Creia você, que foi justamente a nossa <b>capacidade de percepção</b> que nos fez deixar de pensar no abandono da União, para lutar por sua melhoria.</p> <p>(2) Essa “<b>juventude vagabunda e indolente</b>”, foi quem conseguiu, direta ou indiretamente, o afastamento do ilustríssimo Fernando Collor. Tão provado esse fato</p>

	<p>que, durante a votação em plenário, muitos deputados e senadores que certamente votariam contra a abertura do processo, ou ainda aqueles que não tinham opinião formada, acabaram favoráveis à causa em voga.</p> <p>(3) Quanto à <b>indisciplina</b>, acredito que possa continuar se lamentando, se acha que o contrário, a disciplina, evidencia-se invadindo o Palácio do Planalto, <b>atirando em todos os que vemos e seqüestrando uns e outros</b>. Vivemos em uma democracia e não precisamos desses artifícios para exigir nossos direitos.</p>
<b>10</b>	<p>(1) Em sua carta enviada à Folha de São Paulo, o senhor <b>assegura que a juventude é absolutamente imatura e incapaz de perceber a profundidade dos acontecimentos que nos envolvem</b>. Asseguro que tal opinião não é a mais justa.</p> <p>(2) Outro aspecto relevante em sua carta é o de <b>dizer que a juventude, generalizadamente é indisciplinada</b>. Tal opinião não condiz com a verdade. Nas manifestações pró “impeachment” que invadiram o país visando a queda do Presidente Collor, não se viram agressões, intervenções policiais ou outras formas de violência.</p>

Antes de se fazer a análise, é importante justificar o grande número de excertos da tabela acima. A hipótese colocada nesta seção da pesquisa só pode ser verificada se há a recorrência freqüente da retomada do discurso do outro nas diferentes cartas. Em outras palavras, a retomada do discurso do interlocutor na argumentação nas cartas só pode ser considerada a mais importante estratégia argumentativa usada na “construção do ethos” do interlocutor, caracterizando a argumentação no gênero carta argumentativa do vestibular, caso se mostre recorrente nas cartas. Tendo em visto que a finalidade da retomada do discurso do outro na relação polêmica é sempre a mesma – desqualificar o outro – em todas as ocorrências, a análise de muitos exemplos pode parecer um tanto repetitiva. No entanto, prefere-se correr esse risco, a fim de mostrar que realmente a retomada do discurso do outro é freqüente e que, por isso, pode caracterizar a argumentação na carta, do que analisar pouquíssimos exemplos, tornando a análise mais leve, menos repetitiva, porém, correndo o risco de não mostrar a real dimensão da ocorrência desse movimento e deixar dúvidas quanto ao objetivo de considerá-la como estratégia que caracteriza a argumentação na carta.

Nota-se, nos excertos selecionados e apresentados acima, a utilização das aspas, do discurso indireto e da glosa para marcar o discurso citado e diferencia-lo, mantê-lo distante do discurso principal. Como já dito, o sr. E.B.M. e os locutores das cartas pertencem a formações discursivas diferentes. Dessa maneira, os locutores não dialogam com o discurso do interlocutor, e sim com o simulacro – com a “tradução” – que fazem do discurso do outro a partir do sistema semântico da sua formação discursiva. O interlocutor – sr. E.B.M. – é traduzido de acordo com os semas negativos do discurso citante. Assim, a relação polêmica nas cartas incidirá sobre o ataque a adjetivos que o sr. E.B.M. atribuiu aos jovens e a palavras, a expressões e a trechos interpretados como estranhos, “errados” pelos locutores. É possível observar um movimento comum em muitos trechos da tabela acima: na argumentação, percebe-se a desqualificação do discurso e do ethos do sr. E.B.M. associada à defesa da juventude.

De acordo com Maingueneau,

“o texto não é um estoque inerte que basta segmentar para dele extrair uma interpretação, mas inscreve-se em uma cena enunciativa cujos lugares de produção e de interpretação estão atravessados por antecipações, reconstruções de suas respectivas imagens, imagens estas impostas pelos limites da formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1997, p.91).

Dessa maneira, pode-se dizer que as aspas têm papel fundamental na “demarcação dos limites da formação discursiva, estabelecendo distância entre aquilo que é aceito e o que é considerado o seu ‘exterior’” (Authier-Revuz, 2004, p.12). Em outras palavras, as aspas marcam a heterogeneidade discursiva de forma a manter a palavra do outro à distância. Maingueneau (1997, p.91) ainda observa que “ao fazer uso das aspas, o sujeito fornece ao seu leitor uma imagem de si, ou seja, da posição de locutor que assume através destas aspas”, e uma representação do seu leitor. Nas cartas argumentativas analisadas, as aspas colaboram na construção da imagem que o locutor faz daquele que tem seu discurso citado, do sr. E.B.M.

Maingueneau, considerando o trabalho desenvolvido por Authier-Revuz acerca do uso das aspas, retoma a idéia de que

“a expressão aspeada é, ao mesmo tempo, usada e mencionada, dependendo, conseqüentemente, da “conotação autonímica” [...] A palavra entre aspas (e/ou em itálico) apresenta a particularidade de acumular menção e uso. [...] é ao mesmo tempo mostrada, marcada como estranha e integrada à seqüência do enunciado” (MAINGUENEAU, 1997, p.89)

Entre os excertos da tabela acima, são quatro os que apresentam aspas: 1.1, 6.3, 8.2, 6.2.e 1.3. No fragmento 1.1, a citação entre aspas – *“juventude cretina, vagabunda, indolente e indisciplinada”* – tem a intenção de mostrar que a caracterização da juventude brasileira feita pela voz do outro é estranha ao discurso principal: o uso das aspas marca os limites dos discursos pertencentes a diferentes formações que dialogam na relação polêmica instaurada na carta. Além disso, em seguida, o mesmo trecho apresenta uma imagem positiva da juventude, qualificando-a indiretamente como séria, trabalhadora, forte e responsável por meio de um exemplo baseado na experiência real de vida de muitos jovens brasileiros: *o miserável adolescente da Freguesia do Ó, que chacoalha nos trens urbanos, se expreme nos ônibus da cidade, luta por uma chance de experimentar o mínimo de dignidade em subempregos.*

A refutação das palavras citadas que caracterizam negativamente a juventude, associada à oposição entre a imagem da juventude alienada que usa *tênis Reebok e jeans Fórum*, defendida pelo sr. E.B.M., e a imagem da juventude responsável e séria, defendida pelo locutor, colabora com a construção do anti-ethos do sr. E.B.M., sugerindo o anti-ethos de um sujeito alienado à realidade da grande parte dos jovens do país. Ao mesmo tempo, considerando que, em uma relação polêmica, muitas vezes, a solidificação do ethos e do discurso do locutor se dá pela desqualificação do outro, o ethos do locutor ganha traços de esperteza e pode-se depreender do seu discurso um fiador inteligente, capaz de analisar a realidade.

Com o mesmo intuito de manter distante e estranho o discurso citado do discurso citante, as aspas são empregadas nos fragmentos 6.3 (*“vagabunda, indolente e indisciplinada”*) e 8.2 (*“juventude vagabunda e indolente”*). Nesses dois casos, o

emprego do termo *aspeado* está associado a uma afirmação comum: a juventude conseguiu derrubar o então presidente da República Fernando Collor de Mello.

No exemplo 6.3., o emprego do verbo *derrubaria* no futuro do pretérito, inserido em uma construção que sugere uma condição - *se a juventude fosse “vagabunda, indolente, indisciplinada”, não derrubaria o presidente da república* –, coloca em questão a veracidade da caracterização dada à juventude, que, como indiciado no trecho, consegue realizar um feito importante para a sociedade brasileira: afastar um político corrupto de seu cargo.

Já no exemplo 8.2, o pronome demonstrativo *essa* se refere à juventude “*vagabunda e indolente*”, assim caracterizada pelo sr. E.B.M. O uso do pronome e das aspas nesse exemplo marcam o distanciamento entre as formações discursivas diferentes a que pertencem locutor e interlocutor. O pronome *essa* sugere que os sistemas semânticos de cada formação discursiva envolvida na relação polêmica interpretam de maneiras diferentes a juventude; em outras palavras, é como se estivesse falando: *essa é a sua juventude, a minha é outra, diferente*. Além disso, o uso das aspas em *Essa “juventude vagabunda e indolente”, foi quem conseguiu, direta ou indiretamente, o afastamento do ilustríssimo Fernando Collor* suscita um estranhamento, uma vez que, jovens verdadeiramente vagabundos e indolentes dificilmente se organizariam a fim de agir em favor do bem da sociedade ou se preocupariam com o rumo político-social do país. Também pode-se depreender desse trecho a defesa da juventude, “traduzida” pelo locutor como séria e comprometida. Em suma, o uso das aspas, nesse caso, indicia a incoerência do julgamento da juventude feita pelo sr. E.B.M., de acordo com a visão do locutor. O ataque à veracidade das palavras citadas do outro, associado à sustentação de uma imagem de juventude séria e comprometida defendida pelo locutor da carta, fazem emanar o anti-ethos de um interlocutor ingênuo.

As aspas também são usadas no exemplo 6.2, marcando a palavra *zeitgeist*. Em sua crítica, o sr. E.B.M. afirma que o *zeitgeist* submerge os jovens ao mar de hedonismo. Em outras palavras: o espírito de época faz dos jovens pessoas egoístas, individualistas. No fragmento 6.2 a palavra citada *zeitgeist* implica que, ao mesmo tempo, trata-se de um termo estrangeiro compreendido pelo interlocutor e é uma palavra

proferida pelo outro que, no entanto, não é entendida pelo discurso citante da mesma maneira como é entendida pelo discurso citado, uma vez que locutor e interlocutor pertencem a formações discursivas diferentes. Se por um lado, o sistema semântico do sr. E.B.M. interpreta *zeitgeist* – o espírito da época – como individualista e egoísta, por outro lado, o sistema semântico do locutor interpreta *zeitgeist* como responsável, que luta pelos seus direitos e que tem poder de organização. O uso desse termo estrangeiro no discurso do sr. E.B.M. tenta sustentar o ethos de homem culto, sábio. No entanto, no discurso do locutor, o termo estrangeiro retomado, associado à defesa da juventude, indicia o anti-ethos de um interlocutor preconceituoso e um discurso simplista, com argumentação construída a partir de estereótipos falsos sustentados pelo senso comum.

No exemplo 1.3, *Seria – permita-me cita-lo – “cretinice” imaginar que alguém, capaz de identificar o “zeitgeist” de uma geração de maneira tão acintosamente inequívoca, pudesse reduzir seu raciocínio à formulação segunda a qual a juventude não tem sensibilidade, ou informação, para perceber o cenário político no qual, digamos, vegeta*, a palavra “cretinice” marcada no discurso principal sugere um estranhamento e distanciamento, uma vez que o locutor não concorda com o termo usado pelo sr. E.B.M. para se referir à juventude brasileira. Pode-se observar um movimento interessante no discurso principal a fim de atacar o discurso do seu interlocutor e desqualificá-lo. Para o locutor, a palavra citada “cretinice” está associada ao simulacro que constrói do discurso do sr. E.B.M.. O discurso principal interpreta que o outro é tão cretino a ponto de ser capaz de falar em *zeitgeist* – mostrar-se culto – e, ao mesmo tempo, mostrar um pensamento reducionista e generalizante sobre a juventude. Contudo, o locutor não diz ao interlocutor: *você é cretino*. O discurso principal apresenta uma espécie de jogo: o locutor assume a posição de cretino ao fazer tal tradução do discurso do seu interlocutor (*seria cretinice [eu] imaginar que alguém capaz de...*). No entanto, o discurso principal, da maneira como cita e trabalha a palavra do outro, indicia o ethos de um locutor perspicaz e o anti-ethos de um interlocutor cretino, ingênuo.

O exemplo 2.2, *Direitos esses não visando o bem individual, como citado em seu noticiário, mas sim de toda uma sociedade que estava sendo prejudicada pelas*

*atitudes irresponsáveis de um presidente; este sim hediondo*, mostra que o discurso do outro é traduzido e marcado no discurso principal. O discurso do sr. E.B.M. é desqualificado por meio da expressão *visando o bem individual*. Esse trecho traduz, de acordo com os semas negativos do sistema semântico da formação discursiva do locutor, o hedonismo da juventude defendida pelo sr. E.B.M.. A tentativa de desqualificação do discurso do outro também é indiciada pela estrutura *como citado em seu noticiário*, que pode ser reformulada como: X, **como diz o senhor**. Authier-Revuz (2004), ao citar exemplos acerca das formas explícitas da heterogeneidade, relaciona esta última estrutura ao

“pertencer das palavras e das seqüências de palavras **ao discurso** em curso: em todas as formas de remissão a outro discurso já dito, campo muito vasto da citação integrada, da alusão, do estereótipo, da reminiscência, quando esses fragmentos são designados como ‘vindos de outro lugar’” (Authier-Revuz, 2004, p.16).

Em outras palavras, a estrutura *como citado em seu noticiário*, marca e indicia um distanciamento entre o discurso principal e o discurso citado, sugerindo a refutação do último no fio do primeiro, ou “a inapropriação em seu discurso” – na carta argumentativa – “de palavras vindas de um outro discurso” (Authier-Revuz, 1998, p.29) – do sr. E.B.M.. Para Authier-Revuz (1998), “X, **como diz ...**” pode ser entendido como um

“enunciador glosador: esta modalidade enunciativa de desdobramento do dizer de X pela representação desse dizer sinaliza – através da suspensão “da evidência ” do uso de X – a descoberta em X, por parte do enunciador, de “alguma coisa” que não passa despercebida e à qual seu comentário responde”.(AUTHIER-REVUZ, 1998, p.29)

Dessa forma, o simulacro do discurso do outro marcado no discurso principal, associado à imagem positiva da juventude e de parte da sociedade que também se mobilizou na luta pelos seus direitos sugerida no discurso principal –

[direito] *de toda uma sociedade que estava sendo prejudicada pelas atitudes irresponsáveis de um presidente* – indiciam a desqualificação do discurso do interlocutor como errôneo e simplista e a construção do anti-ethos de um interlocutor ingênuo e egoísta.

Além das aspas e da glosa, o discurso indireto também aparece nas cartas para marcar as palavras do interlocutor, a fim de mantê-las à distância, estranha ao discurso principal e, conseqüentemente, estabelecer os limites das diferentes formações discursivas. É interessante ressaltar que a partir do momento em que se utiliza do discurso indireto para introduzir o discurso de outrem no discurso principal, aquele perde sua autonomia. Para Maingueneau,

“toda enunciação é afetada por uma modalidade global [...] que define uma certa relação entre os interlocutores. Na medida em que a citação em discurso indireto não tem mais autonomia enunciativa, ela perde essa modalidade para se fundir no discurso na do discurso citante”. (MAINGUENEAU, 1996, p.109)

Acerca da questão da perda da autonomia, o círculo de Bakhtin (2004, p.158) apresenta idéia consoante à citada acima: “Os esquemas exprimem uma tendência à apreensão ativa do discurso de outrem. Cada esquema recria a sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular, específica”. Além disso, o mesmo grupo afirma que

*“a tendência analítica do discurso indireto manifesta-se principalmente pelo fato de que os elementos emocionais e afetivos do discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, na medida em que não são expressos no conteúdo, mas nas formas da enunciação. Antes de entrar numa construção indireta, eles passam de formas de discurso a conteúdo ou então encontram-se transpostos na proposição principal como um comentário do verbum dicendi”* (BAKHTIN, 2004, p.159).

A respeito do *verbo dicendi*, que inicia o discurso indireto, Maingueneau explica que ele rege uma oração subordinada objetiva e marca-a como discurso citado. É interessante ressaltar que o autor distingue em duas classes as informações veiculadas pelos verbos dicendi: “de um lado aquelas que têm valor descritivo (repetir, anunciar, etc.) e, de outro, as que implicam um julgamento de valor do enunciador quanto ao caráter bom/ mau ou verdadeiro/falso do enunciado citado (reprovar, ousar, afirmar, etc.)” (Maingueneau, 1996, p.112). Dessa maneira, o verbo dicendi empregado no texto, muitas vezes, condiciona a interpretação do leitor acerca do discurso citado de acordo com o ponto de vista do enunciador uma vez que é raro o uso ou sentido neutro desses verbos. Em outras palavras, concordando com Maingueneau:

“em função do verbo escolhido (sugerir, afirmar, pretender...), toda a interpretação da citação será afetada. M. Charolles, ao estudar estes verbos, chamando-os de “verbos de comunicação”, mostra que, excetuando **dizer**, aparentemente neutro, os demais veiculam diversos tipos de pressupostos”. (MAINGUENEAU, 1997, p.88)

Na última tabela apresentada, há dez exemplos em que o discurso indireto indicia a refutação à opinião do sr. E.B.M. acerca da juventude. Dessa maneira, o discurso indireto é um dos recursos que aparecem no fio da argumentação na carta com o intuito de se atacar o discurso citado, buscando a desqualificação do ethos e do discurso do interlocutor. Vale ressaltar, ainda, que os exemplos analisados a seguir mostram o discurso indireto inseridos em construções que também indiciam a defesa da juventude.

No fragmento 1.2, as palavras citadas *vagabundo*, *indisciplinado* e *indolente* aparecem uma a uma no discurso citante e são regidas pelos verbos dicendi *qualificá-lo* e *chamá-lo*: *Como pode **qualificá-lo de vagabundo**, se luta para sobreviver? Como pode **qualificá-lo de indisciplinado**, se ele não se revolta sempre que vê um Reebok? Como pode **chamá-lo de indolente**, se ele é capaz de tolerar tanta sordidez?*. Nota-se que a estrutura interrogativa *Como X, se Y* (X, no caso, remete ao discurso do sr. E.B.M. e Y, ao discurso do vestibulando) em que o discurso indireto aparece é repetida várias

vezes. A repetição sugere e enfatiza a dúvida em relação à veracidade das palavras do interlocutor: para cada adjetivo usado pelo sr. E.B.M. para caracterizar a juventude, é dado um exemplo de situação real em que ele não se aplica. O ataque aos adjetivos usados pelo sr. E.B.M., feito nesse exemplo, associado à imagem positiva da juventude que emana do discurso principal, indicia o anti-ethos de um interlocutor ingênuo e arrogante e a desqualificação do seu discurso, sugerido como simplista e generalizante.

Os excertos 2.3, 3.1, 5.2, 6.3 e 10.2 também colocam em questão a veracidade das características atribuídas aos jovens pelo sr. E.B.M.

O fragmento 2.3 - *Essa juventude que o senhor citou como vagabunda, indolente e indisciplinada é o futuro do seu país e não precisou partir para a violência de uma revolução para lutar pelos seus direitos e princípios* - tem o discurso indireto iniciado pelo verbo *citou*, aparentemente neutro, que marca as diferentes posições de que enunciam o locutor e o interlocutor. Nota-se ainda que o pronome demonstrativo *essa*, acompanhando *juventude*, ajuda a enfatizar o distanciamento entre a imagem que as diferentes formações discursivas fazem dos jovens. Inserido nessa construção, o discurso indireto indicia, além do distanciamento, contradições entre dos discursos que dialogam: a primeira contradição se constitui a partir dos adjetivos *vagabunda* e *indolente* e da atitude dos jovens em *lutar pelos seus direitos e princípios*; já a segunda contradição é sugerida a partir do adjetivo citado *indisciplinada* e as palavras do locutor *não precisou partir para a violência*. Nesse movimento, o discurso principal indicia o anti-ethos de um locutor mentiroso, além de interpretar o discurso do sr. E.B.M. como errôneo, construído a partir de um estereótipo falso da juventude, uma vez que, de acordo com a defesa da juventude mostrada no discurso do locutor, vagabundos e indolentes não lutam pelos seus direitos, assim como indisciplinados não reivindicam de maneira pacífica e ordeira.

Da mesma maneira, o fragmento 10.2 utiliza o discurso indireto – iniciado pelo verbo “dizer” – para introduzir a contradição entre a opinião do sr. E.B.M. e a opinião do locutor. Em *Outro aspecto relevante em sua carta é o de dizer que a juventude, generalizadamente é indisciplinada. Tal opinião não condiz com a verdade. Nas manifestações pró “impeachment” que invadiram o país visando a queda do*

*Presidente Collor, não se viram agressões, intervenções policiais ou outras formas de violência* a contradição entre a opinião do interlocutor expressa pelo adjetivo citado *indisciplinada* e a visão do locutor sobre a realidade, expressa em *nas manifestações pró-“impeachment... não se viram agressões, intervenções policiais ou outras formas de violência.”* Sugere novamente o anti-ethos do um interlocutor ingênuo a partir da defesa de uma imagem positiva da juventude sugerida no discurso principal.

O fragmento 3.1 é semelhante ao analisado no parágrafo anterior: ele chama atenção para o fato de o sr. E.B.M. julgar como inconscientes e irresponsáveis os jovens que participam de manifestações a fim de buscar mudanças: *...o senhor não deve julgar os estudantes como inconscientes e irresponsáveis; o que move cada um deles a participar de manifestações é a vontade de modificar.* Nota-se que o verbo dicendi *julgar* introduz e marca o distanciamento entre as diferentes formações discursivas que dialogam na carta. Maingueneau, ao tratar da questão dos verbos de opinião, menciona a classificação que Ducrot dá a esses verbos, tendo em vista alguns critérios semânticos<sup>19</sup>. A respeito de *julgar*, Maingueneau (1997, p.88) afirma se tratar de um verbo que “implica um julgamento pessoal fundado sobre uma experiência”. Além disso, ao utilizá-lo, “o locutor mostra-se seguro quanto à opinião expressa”; essa opinião é apresentada pelo locutor “como produto de uma reflexão”. Dessa maneira, o verbo *julgar*, que rege as os adjetivos citados do discurso do sr. E.B.M., seguido da opinião do locutor sobre a ação dos jovens, baseada na realidade e no momento em estavam vivendo, indicia o anti-ethos de um interlocutor imaturo. O simulacro do discurso do sr. E.B.M., detectado nesse exemplo, indicia que este senhor não refletiu sobre a verdadeira intenção dos jovens; portanto, ele não deveria mostra-se tão seguro do julgamento pessoal que emitiu a partir de uma imagem fantasiosa que tem da juventude.

No fragmento 5.2, novamente o discurso indireto marca as diferentes formações discursivas e aparece em uma construção que confronta as diferentes opiniões do locutor e do interlocutor sobre a juventude. Em *Ao chamar de indolente, indisciplinada e vagabunda a juventude, o senhor realmente mostrou-se desestruturado e sem a menor possibilidade de analisar a real situação desses jovens,*

---

<sup>19</sup> Maingueneau., 1997, p. 88.

*que provam todos os dias com seu trabalho, que tais adjetivos foram muito mal utilizados*, o verbo *chamar* introduz as palavras do outro atacadas (*indolente, indisciplinada e vagabunda*) e ajuda a estabelecer o confronto com a opinião do locutor, que, na contra-argumentação, defende a imagem de uma juventude trabalhadora em detrimento da imagem construída no discurso do sr. E.B.M.. O trecho desqualifica o sr. E.B.M., indiciando o anti-ethos de um interlocutor ingênuo e o simulacro de um discurso simplista e fantasioso.

No excerto 6.3, *Acredito que o senhor, como homem de bom senso, reconheça o absurdo cometido ao alegar “notória a cretinice da juventude brasileira”*. *Quando existe conscientização, sr. E.B.M., existe poder*, o verbo “alegar” introduz a citação das palavras do sr. E.B.M. no discurso principal. As diferentes formações discursivas e a desqualificação do interlocutor são indicadas no confronto entre as duas maneiras de se interpretar a juventude: enquanto o interlocutor entende o movimento dos jovens como *cretinice*, o locutor o entende como *conscientização*. O trecho indicia que o locutor interpreta o discurso do seu interlocutor como absurdo, mostrando um sr. E.B.M. que rotula, de maneira não consciente, uma parcela da população que acredita conhecer profundamente; isso, por conseguinte, indicia o anti-ethos de um interlocutor ingênuo.

Ocorrência semelhante à analisada no parágrafo anterior pode ser observada nos exemplos 5.1 e 7.1. No excerto 5.1, *Quanto ao fato de o senhor achar notória a cretinice da juventude brasileira, eu devo dizer que notório é o fato de o senhor julgar cretina, uma parcela majoritária da população do seu país... Cretinas são as atitudes de um chefe de nação como Fernando Collor. E cretinos seriam os jovens sim, mas se assistissem a tal processo degradante de braços cruzados*, o discurso indireto introduz as palavras do sr. E.B.M. através do verbo *achar*. Considerando os critério de Ducrot para classificar os verbos de opinião, Maingueneau (1997, p.88) expõe que “**achar** implica um julgamento pessoal fundado sobre uma experiência; implica uma experiência própria da coisa; e implica uma predicação original [...] o locutor coloca uma etiqueta sobre algo que ainda não havia sido cunhado”. Dessa maneira, neste exemplo, pode-se observar que o verbo dicendi indicia o julgamento pessoal do

interlocutor sobre os jovens. O simulacro do discurso do sr. E.B.M. detectado no discurso do locutor aponta para a rotulação que o outro faz dos jovens a partir daquilo que imagina que eles sejam. Nota-se, em seguida, que o verbo *julgar* indicia a desqualificação do ethos do interlocutor, tomando-o como ingênuo e arrogante; o simulacro do discurso do interlocutor aparece no discurso principal como generalizante, errôneo. Além disso, a palavra *cretino* usada no discurso do interlocutor é retomada pelo discurso principal para caracterizar o então presidente da república, Fernando Collor de Mello, e os jovens que, diante da situação, assistem a tudo passivamente. Ora, o locutor entende que o sr. E.B.M. nada fez diante do acontecimento político; dessa maneira, há implícita a idéia de que o locutor interpreta seu interlocutor como um sujeito cretino.

No exemplo 7.1, *Declarar que é notória a cretinice da juventude brasileira. Será que são cretinos? Talvez, cretinos não estariam às ruas em busca de uma Pátria mais justa. Cretinos são os omissos da sociedade. Cretinos são irresponsáveis, incapazes de perceber que algo precisa de mudança*, o verbo dicendi *declarar* introduz as palavras do sr. E.B.M. no discurso principal, marcando o distanciamento entre os limites das diferentes formações discursivas que dialogam na carta. A observação do contexto em que a citação está inserida se faz necessária para que se entenda o efeito de sentido produzido. Assim, no trecho, depois do discurso citado, observa-se uma pergunta (retórica) que indicia uma dúvida acerca da legitimidade da palavra do outro. A contestação do discurso citado é observada nas três “respostas” dadas em que, talvez propositalmente, ocorre a repetição da palavra *cretino*. Essa palavra, no discurso principal, caracteriza o sr. E.B.M. e aqueles que agem como ele. Em outras palavras, caracterizam pessoas que criticam os jovens, mas que adotam uma postura passiva em relação aos acontecimentos. Nota-se que a palavra *cretinice/cretino* caracteriza grupos diferentes, uma vez que locutor e interlocutor seguem os sistemas semânticos das formações discursivas a que pertencem. Assim, no discurso citado, a palavra *cretinice* é usada para agredir a juventude; já no discurso principal, *cretino* é usado para atacar e desqualificar o ethos do interlocutor

No excerto 6.1. observa-se a citação, no discurso principal, das palavras do sr. E.B.M. acerca da capacidade de percepção da juventude: *Se o senhor **admite ser “extremamente fantasioso se admitir que a nossa juventude tenha toda essa capacidade de percepção”**, o que dizer da responsabilidade de uma geração que carrega o peso da derrota? A derrota gerada pela ditadura repressora ao clima idílico das “diretas já”*. Nota-se que o verbo dicendi *admitir* introduz o discurso indireto que contém as palavras (mantidas a distância) do interlocutor. Este verbo, no discurso do sr. E.B.M., se refere ao discurso da mídia e daqueles que defendem a iniciativa dos jovens que se manifestaram; tal grupo admite que a juventude tem capacidade de percepção sobre os acontecimentos sociais e políticos que os cercam. Nessa situação, *admitir* tem o sentido de aceitar, concordar; o uso desse verbo faz parecer uma verdade aquilo que o complementa. O discurso citado mostra que o sr. E.B.M. considera fantasiosa a ação de *admitir* a capacidade de percepção dos jovens. No entanto, o discurso citado aparece no discurso principal em um período que expressa condição e que, talvez propositalmente, também utiliza o verbo *admitir*. Nesse período, observa-se a contestação daquilo que é rejeitado no discurso citado e a colocação uma outra situação: é questionada a responsabilidade de uma geração – de que, subentendido na concepção do locutor, possivelmente o sr. E.B.M. fez parte - derrotada pela repressão da ditadura militar. Dessa maneira, o discurso do locutor sugere que é essa a geração – a do sr. E.B.M. – que não teve capacidade de percepção e que a responsabilidade dessa geração é extremamente fantasiosa. Depreende-se do discurso principal o anti-ethos de um interlocutor ao mesmo tempo arrogante e ingênuo e o ethos de um locutor perspicaz, capaz de questionar a veracidade do discurso do outro, desqualificando-o.

O último exemplo de citação por meio de discurso indireto da última tabela apresentada é o 10.1: *Em sua carta enviada à Folha de São Paulo, o senhor **assegura que a juventude é absolutamente imatura e incapaz de perceber a profundidade dos acontecimentos que nos envolvem***. *Asseguro que tal opinião não é a mais justa*. Observa-se que o verbo dicendi *assegura* introduz o discurso indireto que traz as palavras citadas do sr. E.B.M.. Contudo, é interessante notar que as palavras *imatura* e *incapaz de perceber* não foram mencionadas no texto do sr. E.B.M.. É possível dizer

que isso ocorre porque sr. E.B.M. e locutor pertencem a formações discursivas diferentes. O locutor não lida com o discurso “real” do outro; ele constrói um anti-ethos e o simulacro do discurso do outro. Em outras palavras, o diálogo ocorre entre o locutor e o simulacro do outro, construído pelo primeiro a partir do sistema semântico da sua formação discursiva. Assim, na relação polêmica instaurada na argumentação na carta, *é exatamente fantasioso se admitir que a nossa juventude tenha toda essa capacidade de percepção* - as palavras do sr. E.B.M. - é traduzido nos semas negativos do sistema semântico do locutor como *incapaz de perceber*. Observa-se que o discurso do sr. E.B.M. indicia que os jovens têm alguma capacidade de percepção, mas não tanta como colocada pela imprensa; no discurso do locutor, a “tradução” das palavras do outro se dá no nível negativo: o prefixo usado na palavra *incapaz* anula qualquer possibilidade de capacidade de percepção dos jovens. Já o adjetivo *imatura* resume e enfatiza negativamente todos os adjetivos usados pelo sr. E.B.M. para desqualificar a juventude: *vagabunda, indolente e indisciplinada*.

Além do simulacro das palavras do outro, o trecho analisado indicia uma imagem positiva da juventude a partir do uso do mesmo verbo utilizado no discurso do sr. E.B.M., assegurar: *Asseguro que tal opinião não é a mais justa*. De acordo com as palavras de Maingueneau (1997, p.88) acerca das idéias de Ducrot, o uso do verbo dicendi “**être sûr - estar seguro** mostra o locutor seguro quanto à opinião expressa”. O mesmo verbo *assegurar*, no discurso do locutor desestabiliza e rechaça a opinião do outro, desqualificando-a como injusta. Em suma, o simulacro construído do discurso do sr. E.B.M. no discurso principal introduzido pelo discurso indireto, associado à imagem positiva da juventude defendida pelo locutor, indicia o anti-ethos de um interlocutor injusto e agressivo.

A retomada das palavras do sr. E.B.M. nem sempre está marcada no fio da argumentação nas cartas, seja por meio de aspas, seja por meio de discurso indireto. Muitas vezes, o que se observa é a apropriação direta de termos e expressões do discurso do outro pelo discurso principal. No entanto, uma vez que o locutor e sr.o E.B.M. enunciam de diferentes formações discursivas, o sentido que os termos retomados no discurso principal passa a ser diferente também, marcando as fronteiras

entre as formações discursivas que dialogam na polêmica instaurada na carta. Isso pode ser observado nos exemplos 2.1, 7.2, e 8.1, transcritos abaixo:

2.1. **seria notória a cretinice e a falta de capacidade de percepção** não só da juventude brasileira, como de todos os cidadãos de bom-senso e com um mínimo de escrúpulos, **se ficassem de “braços cruzados” ou fizessem “vista grossa” diante de todos esse fatos.**

7.2. A nossa juventude **teve a capacidade de percepção sim**, e pacíficos e unidos **gritaram para se fazerem ouvidos.**

8.1. Creia você, que **foi justamente a nossa capacidade de percepção** que nos fez deixar de pensar no abandono da União, para **lutar por sua melhoria.**

Observa-se que nos três exemplos acima há a retomada da expressão *capacidade de percepção* do discurso do sr. E.B.M. no discurso principal. O sr. E.B.M., de acordo com sua formação discursiva, entende que os jovens não têm tanta capacidade de percepção e que, assim, não têm consciência plena do que buscam nas manifestações de que participam. Por outro lado, nos três exemplos acima, pode-se perceber que os locutores defendem os jovens uma vez que, interpretam, de acordo com as suas formações discursivas, que somente pessoas que têm capacidade de percepção é que agem em benefício do país. Assim, os exemplos indiciam a expressão *capacidade de percepção*, interpretada nos semas negativos no discurso do sr. E.B.M., sendo interpretada nos semas positivos no discurso dos locutores. Além disso, os três exemplos indiciam a desqualificação do discurso, do interlocutor, construindo o simulacro das palavras retomadas. Em *falta de capacidade de percepção*, a expressão *falta de* indicia o simulacro negativo do discurso do sr. E.B.M. construído pelo locutor a fim de desqualificá-lo, uma vez que no discurso do sr. E.B.M. nota-se que em *não tem tanta capacidade de percepção*, a palavra *tanta* sugere que os jovens ainda tenham alguma capacidade de percepção. O simulacro negativo do discurso do sr. E.B.M. pode ser observado nos outros dois exemplos: os advérbios *sim* e *justamente* em a *nossa*

*juventude teve a capacidade de percepção sim* e em *foi justamente a nossa capacidade de percepção* também indiciam –ressaltam – a interpretação negativa do discurso do outro, uma vez que o simulacro construído é que o outro diz que a juventude não tem capacidade de percepção. Assim, esses exemplos também sugerem o anti-ethos de um interlocutor ingênuo, injusto e o simulacro de um discurso errôneo, simplista, baseado em um dos estereótipos negativos que se faz da juventude.

Um outro exemplo da retomada da palavra do outro sem marcá-la no discurso principal e que ressalta as diferentes interpretações de uma mesma palavra tendo em vista as diferentes formações discursivas a que pertencem o sr. E.B.M. e o locutor da carta pode ser observado no excerto 8.3: *Quanto à **indisciplina**, acredito que possa continuar se lamentando, se acha que o contrário, a disciplina, evidencia-se **invadindo o Palácio do Planalto, atirando em todos os que vemos e seqüestrando uns e outros**. Vivemos em uma democracia e não precisamos desses artifícios para exigir nossos direitos.* No discurso do sr. E.B.M., a palavra *revolução* é usada para definir o movimento estudantil. A palavra *revolução*, no senso comum, sugere um movimento em que, para se conseguir atingir o objetivo, é necessário fazer uso da luta armada, da violência, da guerra, do horror. Ora, se o sr. E.B.M. é contra as manifestação estudantil, ele vai interpretá-la de acordo com os semas negativos do sistema semântico da formação discursiva a que pertence. Assim, no discurso do sr. E.B.M., o movimento estudantil é desqualificado: o simulacro construído é indiciado pelo termo “revolução”. Por outro lado, o discurso do locutor indicia o ataque à palavra *revolução* usada pelo seu interlocutor. De acordo com a formação discursiva de que enuncia o locutor, o termo *revolução* é interpretado e retomado nos semas negativos do seu sistema semântico, a fim de repudiar o discurso do outro, ressaltando o horror e a violência: ***invadindo o Palácio do Planalto, atirando em todos os que vemos e seqüestrando uns e outros***. O ataque ao termo *revolução* usado pelo sr. E.B.M. desqualifica o discurso deste, uma vez que, para o locutor, o movimento estudantil se mostrou pacífico e ordeiro, sem traços de “revolução”. O que é interpretado como indisciplina para o sr. E.B.M., é entendido como disciplina para o locutor. Em suma, o discurso do locutor indicia o simulacro do

discurso de um interlocutor simplista, errôneo, superficial e o anti-ethos do um interlocutor ingênuo.

A tentativa de desqualificar o uso da palavra *revolução* no discurso do sr. E.B.M. também pode ser observada no exemplo 1.3: *Termo interessante, este. Revolução. Depreende-se de seu texto, senhor E.B.M. que, qualquer manifestação pública, pacífica e profundamente cívica contra as mais descabíveis evidências daquilo que o “poder central” mais gerou neste país – corrupção e miséria – seja o equivalente a uma “revolução”*. Neste caso, o discurso principal mostra o descompasso entre o sentido negativo que a palavra *revolução* usada pelo outro denota para o locutor e indicia a valorização da manifestação estudantil por meio de adjetivos como *pacífica* e *profundamente cívica*. Mais uma vez, o discurso do interlocutor desqualifica o discurso do outro, tentando mostrá-lo como equivocado e simplista; além disso, do discurso do locutor emana o anti-ethos de um interlocutor ingênuo.

Além da retomada de expressões e palavras como *capacidade de percepção* e *revolução* do texto do sr. E.B.M. – sem marcas – no fio da contra-argumentação nas cartas a fim de desqualificar o outro na relação polêmica, outros termos são retomados indiciando o mesmo intuito: *jeans Fórum* e *tênis Reebok*. Observe a transcrição dos exemplos abaixo:

2.4. Nessas manifestações estudantis não se interessava o **tênis usado** ou a **calça que se vestia**, as desigualdades social pareciam não existir

4.1. Ora, sr. E.B.M., não é porque usamos **tênis Reebok** e **jeans Fórum** que somos vagabundos, indolentes e indisciplinados. Nosso gosto por moda não tem nada a ver com nossa visão política

6.4. Se o capitalismo, que releva o consumo de mercadorias, estabelece a nova ordem mundial, é evidente que o jovem de hoje caracteriza-se por usar **tênis Reebok** e **jeans Fórum**.

No texto do sr. E.B.M., observa-se que o simulacro construído da juventude é negativo: como já visto, ela é caracterizada como *vagabunda*, *indolente*,

*indisciplinada, cretina e sem tanta capacidade de percepção*. Considerando a formação discursiva da qual enuncia o sr. E.B.M., os termos *jeans Fórum* e *tênis Reebok* também são usados para desqualificar a juventude. Para este senhor, aqueles que vestem roupas e calçados importados têm condições financeiras, pertencem a um grupo social privilegiado; portanto, por que eles se importariam realmente em se mobilizar pela causa de uma sociedade, se a eles, aparentemente, nada falta? Dessa maneira, o discurso do sr. E.B.M. mostra que ele não acredita que a juventude tenha tanta capacidade de percepção, que ela seja alienada. Por outro lado, a formação discursiva da qual enunciam os locutores das cartas é diferente da formação do sr. E.B.M. e isso não permite que eles interpretem os termos *jeans Fórum* e *tênis Reebok* da mesma maneira como foi interpretado pelo outro. Para atacar o discurso do outro, esses termos são retomados na argumentação nas cartas de forma a indiciar um rebaixamento do discurso do outro e, ao mesmo tempo, indiciam outros sentidos que esses termos retomados assumem para os diferentes locutores.

O trecho 2.4 refuta e rebaixa a idéia de uma juventude alienada defendida pelo sr. E.B.M. no trecho *não se interessava o tênis usado ou a calça que se vestia*. A expressão *não se interessava* indicia as vestes e calçados dos jovens como sendo uma questão secundária, o que, na visão do locutor, não sustenta a argumentação do outro, desqualificando-a. O discurso do locutor mostra, ainda, a sua consciência sobre a presença de jovens representantes da classe média e alta na manifestação pró-impeachment. Contudo, o discurso indicia, em seguida, que todos eram iguais, pois lutavam pela mesma causa, independente da classe social.

Já no trecho 4.1., o estranhamento do locutor em relação à associação sugerida no discurso do sr. E.B.M. de que aqueles que usam *jeans Fórum* e *tênis Reebok* sejam alienados é mostrado por meio da interpretação que o discurso principal faz dos dois termos retomados do discurso do outro. De acordo com o sistema semântico de que o locutor enuncia, os termos são interpretados como o *gosto por moda* dos jovens. A desqualificação do discurso do sr. E.B.M. se completa com a observação do locutor de que aquilo não deve ser associado diretamente à visão política dos jovens.

No exemplo 6.4., o estranhamento e a desqualificação do discurso do sr. E.B.M. construída pelo locutor é indiciada pelo outro sentido atribuído aos termos *jeans Fórum* e *tênis Reebok* pelo discurso principal, de acordo com o sistema semântico da formação discursiva da qual faz parte o locutor. Os termos retomados no discurso principal são associados ao capitalismo, modelo político-econômico-social que vigora na sociedade daquela época - e atualmente. Esta associação sugere equivocada aquela detectada no discurso do Sr. E.B.M..

Em suma, os três últimos exemplos apresentados mostram o incômodo causado nos locutores pela associação sugerida no discurso do sr. E.B.M. entre os termos *jeans Fórum* e *tênis Reebok* e a desqualificação de uma juventude alienada. Os três novos sentidos estabelecidos pelos termos retomados no discurso principal indiciam a desqualificação do discurso do outro como sendo errôneo, simplista, generalizante e baseado em estereótipos; o anti-ethos do sr. E.B.M. sugerido nas três cartas é de um sujeito ingênuo, alienado.

É válido observar, ainda, que as palavras do texto do sr. E.B.M. são, em alguns casos, retomadas sem marcas explícitas (como as aspas ou o discurso indireto) na argumentação nas cartas, sugerindo a desqualificação do tom do discurso do outro, e, por conseguinte, a construção do anti-ethos deste. Isso pode ser observado nos exemplo 1.5, transcrito a seguir:

1.5. Pergunto-me sinceramente o que, afinal, **irritou**-o tanto na cobertura que a imprensa fez das manifestações organizadas pelos jovens. Será que, por sermos justamente jovens, não deveríamos ter a **desfaçatez, o topete, a impertinência** de nos organizarmos democraticamente para criticar o “poder central”.

Neste exemplo, o verbo *irritou* indicia explicitamente o anti-ethos que o locutor detectou do discurso do sr. E.B.M.. Além deste verbo, outras palavras do discurso principal indiciam a desqualificação do tom do discurso do outro como irritadiço: *desfaçatez, topete, impertinência*. Estas palavras sugerem a “tradução” feita do discurso do outro, que rebaixa os jovens caracterizando-os como *vagabundos, indolentes e indisciplinados*. Como já dito, em uma relação polêmica, o simulacro do

discurso do outro sempre é construído a partir dos de semas negativos do sistema semântico da formação discursiva do discurso agente, ou seja, do discurso principal. Dessa maneira, pode-se dizer que as palavras do discurso do sr. E.B.M. foram retomadas por meio de uma tradução negativa, o que indicia o ataque ao seu discurso e ao seu ethos.

É interessante observar, neste mesmo exemplo, que a retomada da palavra do outro no discurso principal cria um efeito de polifonia: o leitor pode perceber duas vozes que constituem uma ironia a partir da polifonia de discursos destoantes. Ao analisar casos que associam ironia e polifonia em obras literárias, Maingueneau (1996, p.96) afirma que “se adotarmos a problemática polifônica, diremos que o narrador fez com que se perceba na sua fala o ponto de vista de um “enunciador”, do qual ele se distancia pelo caráter odioso de suas palavras e que consideraria apropriado para produzir seriamente um tal enunciado”. Dessa maneira, pode-se dizer que no trecho *Será que, por sermos justamente jovens, não deveríamos ter a **disfaçatez, o topete, a impertinência** de nos organizarmos democraticamente para criticar o “poder central”* as palavras destacadas em negrito sugerem um processo similar ao descrito pelo autor: na voz do locutor, pode ser percebido o ponto de vista de um outro que enuncia a partir de uma formação discursiva diferente. A ironia constituída nesse exemplo, a partir do trabalho com as palavras que retomam de maneira “traduzida” o discurso do outro, desqualifica o tom do discurso do sr. E.B.M. como irritadiço e agressivo; o anti-ethos do sr. E.B.M. indiciado na carta é de um caráter também irritado e agressivo.

A análise de dados retirados de cartas argumentativas feita nesta seção deste capítulo aponta para respostas às hipóteses levantadas. Pode-se afirmar que a relação polêmica instaurada na carta admite que a argumentação no gênero carta argumentativa no Vestibular da Unicamp seja caracterizada por ser constituída não só a partir de argumentos, mas também a partir da desqualificação do ethos e do discurso do outro, que é o interlocutor definido pela ficcionalização da proposta de carta da prova de redação.

Como pôde ser observado na análise, a desqualificação do discurso e do ethos do interlocutor pode ser feita a partir de substantivos, verbos, adjetivos,

expressões e construções sintáticas que indiciam a “tradução” negativa do outro no discurso principal.

Além disso, a análise mostra que, muitas vezes, a retomada das palavras do outro no discurso principal, seja por meio de recursos como as aspas, o discurso indireto, a glosa – que marcam e distanciam o discurso do outro no discurso principal-, seja por meio da ironia, da apropriação de palavras do outro (denotando sentido diferente daquele indiciado no discurso do outro) é uma estratégia argumentativa, senão a mais importante, de desqualificação do discurso e do ethos do interlocutor que também caracteriza a argumentação no gênero estudado.

### **3.3.1. Construção da imagem do locutor nas cartas argumentativas: a máscara e o ethos do locutor**

Além do trabalho da desqualificação do discurso e a construção do anti-ethos do interlocutor na argumentação no gênero carta argumentativa no vestibular analisado, acredita-se na possibilidade de que a construção da imagem do locutor, o que implica o trabalho com a “máscara” e o ethos do locutor, também possa constituir uma estratégia que caracteriza a argumentação no gênero em questão. É importante ressaltar que o ethos do locutor, assim como o anti-ethos do interlocutor, emanam do discurso; em outras palavras, o texto do vestibulando, englobando uma determinada cenografia, é que indicia o ethos do locutor.

Em relação à questão do locutor, Maingueneau (1997, p.76) afirma que ele pode ser considerado “um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável”. O autor (1997, p.76) enfatiza ainda que “trata-se de uma ficção discursiva que não coincide necessariamente com o produtor físico do enunciado” Essa concepção é essencial para entender a noção de “máscara” nas cartas argumentativas. No âmbito do vestibular analisado, o locutor que enuncia nas cartas nem sempre é o sujeito falante – ou vestibulando – e sim uma máscara, ou seja, uma representação imaginária dotada de caráter e corporalidade criada pelo vestibulando, tendo em vista a(s) comunidade(s) imaginária(s) que deseja persuadir. A adesão de co-enunciadores do mesmo espaço

discursivo a que pertence o locutor, bem como a possível persuasão de interlocutores cujas formações discursivas colocam-se como diferentes da do locutor (até mesmo como adversárias), dependem da eficácia das cenografias escolhidas e construídas pelos vestibulandos.

A tabela abaixo apresenta, carta por carta, a identificação dos vários locutores escolhidos pelos vestibulandos, e os diferentes ethe desses locutores indiciados nos trechos transcritos.

Carta	Locutor (“Máscara”)	Ethos do locutor	Trechos que sustentam o ethos do locutor
1	Jovem	Perspicaz Sério	(1) “Esta visão, vindo de alguém capaz de detectar o espírito da época, seria também ignorante da própria história, pois <b>a Revolução Bolchevique</b> , para citar apenas uma, foi uma revolução dos jovens”  (2) “Suas visões desconsideram o <b>caráter romântico da juventude</b> – lembre-se que esta <b>foi a característica mais marcante da Revolução Francesa de 1848</b> . Suas opiniões, meu caro Senhor, correm o risco de, embora aparentemente cientes do “Zeitgeist”, ignorarem por completo o <b>“Gestalten dos Zeitgeist”</b> , a forma que assume o espírito, em dada época”
2	Jovem	Perspicaz Ponderado	(1) “ <b>Cabe a nós sabermos que o governo do presidente eleito deixou muito “a desejar” comparando-o</b> as promessas por ele feitas durante sua campanha eleitoral. <b>Não é de fácil esquecimento que durante sua campanha acusou seu adversário, de maneira grotesca</b> , que tomaria atitudes ilegais como o confisco de bens do povo, sendo que, quando eleito, uma de suas primeiras atitudes foi bem esta, condenada anteriormente por ele. Mas não parou por aí. <b>Com o passar do tempo veio a surpreender em mais a população</b> que acreditou nele, com suas ligações de corrupção junto a P.C. Farias, a emissão de cheques fantasmas, e até mesmo o relevante caso de sua mulher Rosane Collor junto a L.B.A....”
3	Jovem estudante	Ponderado	(1) “Além disso, <b>não se pode comparar o que ocorre aqui com outra parte do mundo</b> , quem tem suas origens e culturas totalmente

	estudante		<p><b>parte do mundo</b>, quem tem suas origens e culturas totalmente diferentes da nossa. Soma-se também o fato dos problemas de lá serem distintos dos de cá. No Brasil, a época de repressão militar ficou para trás...”</p> <p>(2) “Também, <b>é importante notar que</b> a organização da juventude brasileira para a realização de passeatas e outros levantamentos está em fase de amadurecimento e, <b>portanto, não pode ser analisada ou julgada como um fato concretizado, sólido</b>”</p> <p>(3) “Em relação aos movimentos de rua, <b>as críticas devem ser feitas</b>, é claro, <b>mas</b> com a consciência de que a situação atual é transitória, isto é, passível de evolução”</p>
4	Jovem	Bem Humorado Leve Otimista	<p>(1) “Achei por bem escrever-lhe para <b>acalmá-lo</b> sobre nós, jovens brasileiros”</p> <p>(2) “<b>ânimo</b> de um <b>Brasil pintado em nossos rostos</b>”</p> <p>(3) “sede de justiça que <b>contagiou</b> Deputados e Senadores que, com o <b>espírito jovem</b> como o nosso, <b>entusiasmaram-se</b>”</p> <p>(4) “nosso êxito pacífico, <b>bem humorado, descontraído</b> e sobretudo responsabilmente consciente”</p> <p>(5) “nosso país, embuído de nosso espírito, irá <b>crescer em Progressão Geométrica</b>”</p>
5	Jovem	Inconformado Educado	<p>(1) “Tenho que admitir que as suas declarações <b>abalaram profundamente</b> a minha formação democrática. E sendo eu, um jovem, devo dizer que <b>me senti profundamente ultrajado</b>. Eu <b>poderia responder suas declarações à sua altura</b>, mas como <b>não faço parte de uma juventude vagabunda, indolente e indisciplinada</b>, prefiro <b>manter um certo nível argumentativo</b>, ao qual o senhor não deve ter tido acesso”</p>
6	Sociólogo há mais de 20 anos	Ponderado Calmo	<p>(1) “o que dizer da <b>responsabilidade</b> de uma geração que carrega o peso da <b>derrota</b>? A <b>derrota gerada pela ditadura repressora ao clima idílico das “diretas já”</b>, a <b>derrota de um governo arraigado no coronelismo interiorano e que se diz democrático</b>, enfim, todas as</p>

			<p>derrotas somadas de épocas e gerações”</p> <p>(2) <b>“O senhor não pode esperar</b> referências diretas às passeatas dos anos 60, <b>se levar em consideração</b> o contexto histórico e político em que ambas inserem-se. O medo da repressão fez surgir sindicatos organizados – como a UNE – e propulsava mais grandiosamente a luta dos jovens por uma ideologia: liberdade de expressão, prosperidade, um futuro certo. A geração dos anos 80, <b>em contrapartida</b>, não mais possui ideologias; as passeatas pró-impeachment mostraram ao mundo que a ingenuidade acabou, o uso do preto veio se opor à utopia colorida do movimento hippie”</p>
7	Psicólogo experiente	Gentil Educado Incisivo Indignado	<p>(1) <b>Excluindo qualquer termo que me falte com educação, permita-me</b> colocar alguns parâmetros sobre o problema...</p> <p>(2) Declarar que é notória a cretinice da juventude brasileira. Será que são <b>cretinos</b>? Talvez, <b>cretinos</b> não estariam às ruas em busca de uma Pátria mais justa. <b>Cretinos</b> são os omissos da sociedade. <b>Cretinos</b> são irresponsáveis, incapazes de perceber que algo precisa de mudança.</p> <p>(3) ... escrevendo artigos <b>banais e grotescos</b>...</p>
8	Estudante que participou das manifestações.	Ponderado	<p>(1) <b>“É do conhecimento de muitos, uma vez que publicado na mesma “Folha de São Paulo”,</b> que a juventude anos noventa, devido à falta de perspectiva que a nação oferece, tinha por intuito, sair do país. <b>Notório observarmos que</b> foi essa mesma casta jovem que, dias antes da aprovação do “impeachment” do excelentíssimo senhor presidente da República, fez-se presente nas ruas, com faixas, panfletos e três exigências comuns: ética, moralidade e justiça”</p> <p>(2) “Nossos movimentos, prezado E.B.M., foram <b>tão importantes quanto</b> os dos secundaristas italianos, que organizaram-se contra o tráfico e a corrupção. <b>No entanto</b>, dentro de nossa realidade, pouco menos violenta”</p> <p>(3) “Com referência ao individualismo, <b>devo fazer uma ressalva, para pequena comparação com os anos sessenta.</b> Naquela época, vivia-se numa militância política, onde a imprensa atendia aos interesses da ditadura, afirmando que a juventude revoltosa era aliada aos</p>

			bolcheviques. Um momento histórico, onde pessoas eram torturadas, assassinadas e esquarteradas, segundo depoimentos de um ex-sargento do governo da década de sessenta”
<b>9</b>	Jovem	Perspicaz Calmo	<p>(1) “Neste programa, seguimos toda a problemática brasileira desde seu descobrimento até os dias atuais, o que nos dá grande capacidade de entendimento de todos os fatos antigos e percepção dos fatos atuais. <b>Nas épocas colonial, imperial, oligárquica, ditatorial</b>, o país foi vítima de processos parecidíssimos com o do Brasil República, processos que davam certa esperança no início, <b>mas</b> que ao passar do tempo mostravam-se prejudiciais à população. <b>Um exemplo atual é o próprio Presidente Collor</b>, que gerou imenso entusiasmo em sua campanha eleitoral, <b>mas</b> que, posteriormente, através das investigações da CPI, mostrou-se corrupto e incompetente, como muitos dirigentes passados”</p> <p>(2) “Saia de casa bem cedo, tome um ônibus e comece a perceber que existem <b>muitos jovens que acordam mais cedo que o senhor para ir à escola ou ao trabalho</b>. Os que irão à escola, vão informar-se e aprender a não cometer os mesmos erros que as gerações passadas cometeram; aqueles que seguem para o trabalho <b>dividem com seus pais a responsabilidade de sustentar uma família</b>. Desça do ônibus em uma das grandes avenidas da cidade, a Avenida Paulista por exemplo, tente contar a quantidade de menores que com o senhor irão esbarrar por causa da pressa de entregar um envelope em algum escritório da avenida, ou o número de moças jovens que trabalham como balconistas em lojas, sem falar nas crianças que já se tornam vendedores ambulantes. Serão impossíveis essas contagens. À noite, visite uma escola noturna e faça uma estatística do total de <b>jovens que trabalham o dia todo e agora vencem o sono e o cansaço para instruir-se um pouco</b>”</p>
<b>10</b>	Pai de jovens	Amigável Protetor/ “coruja” Ponderado	<p>(1) “Nosso país, o senhor bem sabe, viveu muitos anos sob o regime militar ditatorial. Toda e qualquer manifestação que discordasse dos parâmetros ideológicos do governo era simplesmente proibida. <b>Hoje, ao contrário daquela época</b>, as pessoas conquistaram a liberdade de expressão e o país vive o auge da democracia. Assim, perante essa</p>

		Calmo	<p>liberdade o país evoluiu. Certo é que atravessamos um período de crises econômicas, mas as pessoas passaram a se interessar de maneira mais acentuada pelo seu cotidiano, frente a própria liberdade que lhes foi dada. Dessa forma, deparamos com uma população ideologicamente mais madura”</p> <p>(2) <b>“Nós já fomos jovens e sabemos perfeitamente que é uma época de transição.</b> Mudamos nossos conceitos, nossos desejos e nossa visão de mundo.”</p> <p>(3) <b>“Não sei se o senhor tem filhos, mas eu invejo a concepção que os meus assumem perante inúmeros acontecimentos. São adolescentes, que se interessam pelos fatos políticos e se preocupam com o destino da nação,</b> pois estão cientes de que num futuro próximo serão as lideranças do país”</p>
--	--	-------	--

Na relação polêmica instaurada entre o locutor da carta e o sr. E.B.M, interlocutor, pode-se observar que, às vezes, o ethos do locutor é indiciado na tentativa de desqualificação do ethos e do discurso do interlocutor. A maneira como o outro é desqualificado no fio da argumentação na carta, mostra um locutor perspicaz. Isso pôde ser observado em algumas análises feitas na seção anterior.

As cartas argumentativas analisadas nesta pesquisa são consideradas bons exemplos deste gênero no vestibular em questão, uma vez que receberam notas altas e foram avaliadas pela banca corretora de redação como boas, ótimas, excelentes. Se as cartas foram bem avaliadas no vestibular, significa que atingiram o êxito na persuasão pela argumentação. Dessa maneira, pode-se dizer que os argumentos utilizados na contra-argumentação indiciam locutores inteligentes, conscientes e bem informados.

Contudo, apesar de apresentarem em comum as características citadas acima, as diferentes maneiras como o discurso é trabalhado nas cartas indiciam traços do caráter do locutor, ou seja, indiciam diferentes étiques que possuem autoridade suficiente para desqualificar o discurso e o ethos do interlocutor. Pode-se dizer, assim, que diferentes cenografias podem ser trabalhadas na carta tendo em vista a ficcionalização criada na proposta analisada (ficcionalização que aparece em muitos

outros anos do mesmo vestibular, como mostrado no capítulo 3 desta pesquisa): posicionar-se e argumentar contra as idéias defendidas pelo interlocutor, no caso, o sr. E.B.M..

Várias são as “máscaras” escolhidas como locutores das cartas, buscando-se o êxito na associação entre máscara escolhida, ethos do locutor e a argumentação desenvolvida. Na maior parte das cartas analisadas, nota-se a opção da escolha de um locutor jovem; no entanto, há casos em que um sociólogo, um psicólogo e um pai de jovens assumem o papel de locutor. A seguir, será apresentada uma análise das máscaras e do ethos dos diferentes locutores. O objetivo da análise é verificar se, na relação polêmica instaurada na carta, esses dois recursos, associados à argumentação, colaboram com a desqualificação do outro, podendo assim, ser considerados uma estratégia que caracteriza a argumentação do gênero carta argumentativa no vestibular da Unicamp. Primeiramente, serão analisados os locutores sociólogo, psicólogo e pai de família, nesta ordem. Em seguida, serão analisados os casos em que o locutor é um jovem.

A opção por uma cenografia que envolve um locutor que se apresenta como *sociólogo há mais de vinte anos*, na carta 6, indicia a estratégia de valorizar e dar autoridade (a)os argumentos utilizados pelo locutor. No senso comum, o sociólogo é entendido como o sujeito estudado que tem competência para discutir, analisar o comportamento das pessoas e dos diferentes grupos em que elas se incluem. Dessa maneira, o locutor sociólogo experiente indicia uma voz que tem autoridade para discutir e analisar o comportamento dos jovens. Considerando que, na situação instaurada pela ficcionalização da proposta, o locutor e o interlocutor pertencem a diferentes formações discursivas, o locutor sociólogo se torna uma boa máscara, uma vez que a imagem que o senso comum faz deste profissional é positiva e que essa imagem pode ser usada a favor da defesa dos jovens.

O excerto 6.1 indicia uma espécie de reflexão sobre o comportamento de diferentes grupos – pessoas que participaram das “diretas já” e o falso governo democrático – em situações associadas à derrota. No discurso do locutor, a derrota está relacionada à falta de responsabilidade desses grupos. Esses dois exemplos atacam a

desqualificação que o outro faz da juventude brasileira, quando a caracteriza como irresponsável. Para o locutor, a juventude é responsável, uma vez que não foi derrotada, e sim derrotou um político corrupto e seus aliados. Pode-se dizer que este argumento corrobora a imagem do sociólogo experiente, inteligente e consciente, que tem sua opinião sustentada na análise que faz de diferentes situações e grupos. Este argumento também sugere o simulacro do discurso do outro como simplista e generalizante, além de indiciar ethos de um locutor ponderado.

No excerto 6.2, a expressão *se levar em consideração* sugere uma condição – e contestação – colocada a uma idéia do sr. E.B.M. que parece equivocada para o locutor: igualar o movimento das “diretas já” ao movimento dos caras-pintadas. Além disso, a expressão conectiva *em contrapartida* sugere a ponderação que o locutor faz tendo em vista os diferentes contextos político-sociais em que os jovens das duas épocas estavam inseridos. A condição e a ponderação aqui destacadas indiciam o ethos de um locutor ponderado, e o tom calmo com que ele explicita as suas idéias.

Em suma, de acordo com a análise dos exemplos da carta 6, pode-se dizer que o ethos de um locutor calmo e ponderado, associado à imagem de um sociólogo experiente é uma boa estratégia usada a fim de construir o simulacro de um discurso simplista e generalizante, e o anti-ethos de um interlocutor ingênuo e agressivo.

Na carta 7, a cenografia envolve um locutor que se apresenta como *psicólogo experiente*. Para o senso comum, a imagem (ou estereótipo) do psicólogo é positiva, uma vez que entende que este profissional estuda o comportamento humano e os traços psicológicos dos sujeitos, grupos, comunidades, gerações a fim de auxiliá-los na busca de soluções ou de amenizar (d)os seus problemas e conflitos. A escolha do psicólogo como locutor parece ser boa na construção da cenografia, uma vez que o discurso enunciado por uma voz bem aceita na sociedade indicia maior credibilidade e poder de persuasão e, conseqüentemente, poder de adesão de co-enunciadores do mesmo espaço discursivo do qual enuncia.

No exemplo 7.1, os períodos *excluindo qualquer temo que me falte com educação e permita-me colocar* sugerem o cuidado do locutor em se mostrar gentil e educado com o seu interlocutor. Na relação polêmica instaurada na carta, o ethos de

locutor gentil e educado indicia uma estratégia de ataque ao ethos do sr. E.B.M., “traduzido” como agressivo e arrogante pelo locutor.

A construção do anti-ethos do interlocutor ainda pode ser observada no exemplo 7.2. O termo cretino é retomado do discurso do sr. E.B.M. pelo discurso principal indiciando o ataque à postura deste senhor diante da conjuntura político-social daquela época. No texto do sr. E.B.M. os jovens são caracterizados como cretinos. Na carta, o anti-ethos do interlocutor é construído com o mesmo adjetivo, uma vez que, de acordo com a formação discursiva do locutor, cretinos são os sujeitos que, como o sr. E.B.M., são *omissos* ou *incapazes de perceber que algo precisa de mudança*.

Pode-se observar ainda outro aspecto interessante no exemplo 7.2. A repetição da palavra *cretino* em quatro orações subseqüentes indicia um tom mais incisivo do discurso do locutor, contrastando com o tom gentil e educado indiciado no exemplo 7.1. No exemplo 7.3, os adjetivos *banais* e *grotescos* usados para caracterizar o artigo de opinião do sr. E.B.M. também indiciam um tom mais duro, contundente. Os dois tons detectados do discurso principal – educado e incisivo – sugerem a indignação do locutor em relação às opiniões do sr. E.B.M.. Ele tenta se controlar, mostrando-se gentil e educado ao interlocutor do qual discorda; contudo, deixa transparecer, em alguns momentos, a sua indignação por meio de um tom mais incisivo. É curioso notar que o sr. E.B.M., de acordo com o sistema semântico da sua formação discursiva, pode entender o anti-ethos do locutor da carta como sendo agressivo, arrogante – da mesma maneira como este locutor interpretou o anti-ethos do sr. E.B.M..

Já a cenografia trabalhada pelo vestibulando na carta 10 tem como locutor o pai de jovens. A opção por esse locutor propicia o trabalho da emotividade no discurso a fim de persuadir o leitor, uma vez que se torna maior, nessa situação, a ligação afetiva entre locutor e o objeto de sua defesa, a juventude da qual fazem parte seus filhos.

No exemplo 10.2, *Nós já fomos jovens e sabemos perfeitamente que é uma época de transição...*, o pronome *nós* e os verbos *fomos* e *sabemos* sugerem a tentativa do locutor em se aproximar do sr. E.B.M., mostrando-se um sujeito amigável, em quem se pode confiar. Para afastar a imagem de adversário, de inimigo querendo apontar os erros do outro, o locutor se coloca como amigo, igualando-se ao outro, na tentativa de

sensibilizá-lo sobre a juventude, caracterizando-a como uma etapa repleta de transitoriedades.

No exemplo 10.3, o período *invejo a concepção que os meus [filhos] assumem perante inúmeros acontecimentos* e os verbos *se interessam* e *se preocupam* indiciam o caráter do pai protetor, “coruja”, que tem orgulho dos filhos adolescentes e, indiretamente, indicia a defesa dos jovens, refutando a idéia de que a juventude é alienada, detectada no discurso do sr. E.B.M.

Já no exemplo 10.1, a expressão *Hoje, ao contrário daquela época* indicia uma análise que avalia e diferencia a questão da liberdade nos tempos da ditadura e na época em que viviam, associando-a com os avanços da sociedade brasileira. O tom ponderado da análise desenvolvida no exemplo 10.1 desqualifica o discurso do sr. E.B.M., interpretado pelo locutor como simplista e superficial, construído num tom agressivo e arrogante.

Em suma, os exemplos da carta 10 indiciam o ethos de um locutor amigável, protetor e ponderado que, associado à máscara escolhida e aos argumentos, condena o anti-ethos e o simulacro do discurso do interlocutor, o sr. E.B.M..

Por último, a escolha de um locutor jovem se torna apropriada uma vez que, partindo de uma formação discursiva diferente da do sr. E.B.M., espera-se que o locutor defenda uma imagem positiva da juventude, mostrando-a como inteligente e consciente do contexto político-social em que está inserida, ao mesmo tempo que refuta o estereótipo de juventude alienada indiciado no discurso do sr. E.B.M. Ora, como estratégia para atingir esse objetivo, torna-se interessante, na cenografia, dar a voz a um locutor que pertence ao grupo atacado pelo outro. O locutor jovem poderá mostrar ao outro, por meio da sua argumentação, que é inteligente e bem informado e, assim, atacar e rebaixar o ethos que o seu interlocutor construiu da juventude.

Na carta 1, observa-se a menção a acontecimentos históricos. O exemplo 1.1 faz referência à *Revolução Bolchevique* e o exemplo 1.2, à *Revolução Francesa*. Tais termos são usados na argumentação na carta a fim de atacar e desqualificar os argumentos do sr. E.B.M.. Ao mesmo tempo em que a referência a importantes revoluções é usada a fim de sugerir o simulacro do discurso do interlocutor como

errôneo e superficial, ela indicia o discurso inteligente, crítico e bem fundamentado do locutor. No exemplo 1.2, a expressão *Gestalten dos Zeitgeist* é um jogo de palavras feito no discurso principal que também indicia um locutor jovem esperto e a construção do anthi-ethos ingênuo do locutor, uma vez que este, em seu discurso, subestimou a capacidade dos jovens.

Esses exemplos sugerem o ethos de um locutor jovem perspicaz, que mantém um discurso crítico em relação às opiniões do outro. O vocabulário e as construções textuais sugerem um tom sério ao discurso do locutor. Isso colabora com a condenação do simulacro que o sr. E.B.M. constrói dos jovens (alienados e indisciplinados).

Em relação à carta 2, o período *o governo do presidente eleito deixou muito 'a desejar' comparando-o ...*, no exemplo 2.1, sugere uma ponderação do locutor acerca do governo do então presidente Fernando Collor de Mello. É válido notar que o verbo *comparando-o*, no caso, tem o valor de *considerando*. A argumentação que se segue é baseada no ataque às atitudes do presidente e da sua equipe que, de acordo com o locutor, prejudicaram a sociedade. As orações que introduzem os argumentos do locutor como *Não é de fácil esquecimento que durante sua campanha e Com o passar do tempo veio a surpreender em mais a população*, associadas ao conteúdo dos argumentos, indiciam um locutor atento e consciente da conjuntura política do país. Dessa maneira, o ethos de um locutor jovem, perspicaz e ponderado indiciado na carta 2, contrasta e condena a imagem estereotipada de jovens vagabundos, cretinos e com pouca capacidade de percepção que o sr. E.B.M. defende em seu texto.

Em relação à carta 3, no exemplo 3.1, o período *não se pode comparar o que ocorre aqui com outra parte do mundo* é uma ressalva feita pelo locutor em relação à comparação feita pelo sr. E.B.M. entre as manifestações pro-impeachment ocorridas no Brasil e outras manifestações ocorridas em outro país. De acordo com sua formação discursiva, o locutor defende que avaliar a complexidade do contexto político, social e cultural é essencial para que se entenda os rumos das manifestações ocorridas em diferentes sociedades. Dessa maneira, a ressalva feita indicia o ethos ponderado de um locutor que entende o discurso do outro como simplista e generalizante, condenando-o.

Nos exemplos 3.2 e 3.3, o período *é importante notar* e o período adversativo *as críticas devem ser feitas... mas...*, respectivamente, também indiciam a ponderação do locutor ao condenar as idéias defendidas pelo seu interlocutor, o sr. E.B.M.. O locutor defende a transitoriedade, bem como o *amadurecimento* e a *evolução* da *organização* das manifestações dos jovens e dos próprios *movimentos de rua*. A tentativa de avaliar ao máximo o contexto na argumentação indicia o ethos de um locutor ponderado e, ao mesmo tempo, desqualifica o discurso do sr. E.B.M., interpretado como generalizante e superficial.

A carta 4 se destaca por apresentar uma cenografia que se diferencia das demais. Nos exemplos, os adjetivos *espírito jovem, bem humorado, descontraído, Brasil pintado em nossos rostos*; os verbos *contagiou, entusiasmaram-se*; o substantivo *ânimo* e a expressão *crescer em Progressão Geométrica* indiciam um tom bem humorado, leve e otimista do discurso do locutor. A corporalidade e o caráter de um jovem alegre, brincalhão, otimista trabalhados parecem combater o simulacro do tom do discurso do sr. E.B.M., “traduzido” pelo locutor jovem como amargo e irritadiço. O verbo *acalmá-lo* no exemplo 4.1 também indicia o anti-ethos nervoso que o locutor detectou do discurso do outro.

O anti-ethos nervoso do interlocutor já é indiciado no título da carta: “(In)Dign(ad)íssimo Sr. E.B.M.”. O bom humor do locutor é materializado a partir da brincadeira com a palavra *digníssimo*, forma de tratamento usada para se dirigir a pessoas de posição social mais elevada e distante. No caso, entre parênteses, são colocadas as partículas *in* e *ad*, de forma a compor a palavra *indignadíssimo*, que indicia a construção do anti-ethos do interlocutor, ao mesmo tempo que sugere a tentativa de desmonstrar algum respeito ao outro.

Vale observar ainda, na carta 4, que o vocabulário usado não é tão formal, o que corrobora a representação imaginária do locutor. Ainda que ele afirmasse *sou um jovem animado, otimista e bem humorado*, isso não faria sentido se o discurso não legitimasse essa representação. Nesta carta, pelo contrário, temos um bom exemplo de como o êxito do ethos depende e, ao mesmo tempo, legitima (d)a maneira de dizer.

Na cenografia da carta 5, o verbo seguido do advérbio *abalaram profundamente* e a oração *me senti profundamente ultrajado* indiciam o ethos de um jovem locutor inconformado e indignado com as declarações feitas pelo sr. E.B.M. sobre a juventude brasileira. O tom do discurso do outro foi traduzido pelo locutor como agressivo, arrogante; isso é indiciado no período adversativo *eu poderia responder as suas declarações à sua altura, mas como não faço parte de uma juventude vagabunda, indolente e indisciplinada, prefiro manter um certo nível argumentativo*. Apesar de atacado pelo sr. E.B.M., o texto sugere que a melhor forma de combatê-lo é fazendo uso de um discurso educado e bem fundamentado. Dessa maneira, o ethos inconformado, mas, ao mesmo tempo, educado, associado a uma argumentação bem fundamentada, do ponto de vista do locutor, colabora com a desqualificação do ethos e do discurso do outro na relação polêmica instaurada na carta.

Na carta 8, a cenografia trabalhada envolve um locutor jovem que participou das manifestações pró-impeachment. No exemplo 8.1, o trecho *É do conhecimento de muitos, uma vez que publicado na mesma “Folha de São Paulo* mostra um jovem locutor que lê, que busca ficar informado sobre o cenário político-social do país. Isso indicia uma condenação da imagem estereotipada da juventude alienada e vagabunda detectada do texto do sr. E.B.M. pelo locutor. Ainda no exemplo 8.1, o período “Notório observarmos que” e o período comparativo seguido de um período adversativo no exemplo 8.2, *Nossos movimentos, prezado E.B.M., foram tão importantes quanto os dos secundaristas italianos, que organizaram-se contra o tráfico e a corrupção. No entanto, dentro de nossa realidade, pouco menos violenta*, indiciam o ethos de um locutor ponderado que avalia a situação dos jovens dos anos noventa, considerando a falta de perspectiva destes no país (no trecho 8.1) e que considera que os diferentes contextos político-sociais influenciam o tipo de manifestação organizada pelas sociedades, dando o exemplo dos movimentos secundaristas na Itália. No exemplo 8.3, o período *devo fazer uma ressalva, para pequena comparação com os anos sessenta* também indicia o ethos de locutor ponderado que avalia as atitudes de políticos, considerando algumas como manobras políticas a fim de se beneficiarem nas eleições.

Em suma, o ethos de um locutor ponderado, associado a um discurso inteligente, crítico, que revela um locutor consciente, colabora com a desqualificação do discurso do seu interlocutor. A carta indicia que o locutor interpreta o discurso do seu interlocutor como sendo simplista, superficial e generalizante, embasado em “achismos” e imagens pré-estabelecidas da juventude. Além disso, a carta também indicia a construção do anti-ethos ingênuo do sr. E.B.M..

A última carta a ser analisada é a 9. A cenografia desta carta também envolve um locutor jovem. No exemplo 9.1, *Nas épocas colonial, imperial, oligárquica, ditatorial o país foi vítima de processos parecidíssimos com o do Brasil República, processos que davam certa esperança no início, mas que ao passar do tempo mostravam-se prejudiciais à população. Um exemplo atual é o próprio Presidente Collor, que gerou imenso entusiasmo em sua campanha eleitoral, mas que, posteriormente, através das investigações da CPI, mostrou-se corrupto e incompetente, como muitos dirigentes passados*, a mesma estrutura textual aparece duas vezes: a menção a diferentes épocas históricas, associada ao um entusiasmo inicial, seguida da conjunção *mas*, que introduz a avaliação do locutor acerca da realidade dos fatos. Esse movimento indicia um jovem locutor consciente, bem informado, bem diferente do locutor alienado e com pouca capacidade de percepção de que o sr. E.B.M. fala. Já o exemplo. Assim, pode-se dizer que o ethos perpicaz do jovem locutor colabora com a condenação da imagem da juventude defendida pelo seu interlocutor.

Já o exemplo 9.2 apresenta a descrição detalhada de várias cenas vivenciadas por muitos jovens durante um dia: *muitos jovens que acordam mais cedo que o senhor para ir à escola ou ao trabalho [...] dividem com seus pais a responsabilidade de sustentar uma família [...] jovens que trabalham o dia todo e agora vencem o sono e o cansaço para instruir-se um pouco*. Esse movimento sugere a tentativa de persuadir leitores, até mesmo o sr. E.B.M., pela comoção. A descrição detalhada de problemas vividos por muitos jovens é uma estratégia argumentativa que indicia o ethos de um locutor calmo e, ao mesmo tempo, perspicaz, uma vez que se mostra consciente e sensível em relação aos que muitos jovens enfrentam, diferente da imagem da juventude alienada defendida pelo sr. E.B.M.. Os dois exemplos da carta 9

também condenam o anti-ethos de um interlocutor ingênuo, além de interpretar o seu discurso como simplista, estereotipado.

A análise de dados retirados de cartas argumentativas feita nesta seção do capítulo aponta para respostas à hipótese levantada. Pode-se afirmar que, na relação polêmica instaurada na carta, o ethos do locutor, associado aos argumentos, colabora com a desqualificação do ethos e do discurso do outro, ou seja, do interlocutor definido pela proposta de carta argumentativa da prova de redação. Assim, o ethos do locutor também pode ser considerado uma estratégia que caracteriza a argumentação no gênero carta argumentativa do vestibular da Unicamp.

A análise mostra que diferentes cenografias podem ser mobilizadas na carta, tendo em vista as diferentes formações discursivas a que pertence o locutor e o interlocutor, no caso, sr. E.B.M.. Em alguns casos, na cenografia, a escolha do locutor está associada à imagem positiva e a autoridade que o senso comum lhe confere, como é o caso do psicólogo e do sociólogo. Por outro lado, a cenografia mostra que, muitas vezes, a escolha do locutor se dá em razão do que é condenado pelo outro: se os jovens são atacados pelo sr. E.B.M., a escolha de locutores jovens, associada aos argumentos, colabora com o contra-ataque e com a desqualificação do ethos e do discurso do outro.

A análise também mostra que, independente da cenografia mobilizada, diferentes palavras como verbos, substantivos, adjetivos e diferentes construções textuais indiciam traços do caráter do locutor e um discurso inteligente. Pode-se dizer, assim, que, na relação polêmica, diferentes ethe podem ser mobilizados nas variadas cenografias a fim de atacar o outro.

Apesar da análise da construção da imagem do locutor ter sido feita tendo em vista a relação polêmica sugerida na ficcionalização de muitas propostas do período de 1987 a 2003, acredita-se que tal movimento possa ser observado também nas cartas argumentativas produzidas a partir de outras ficcionalizações, considerando aquelas que contam com a coletânea única (a partir de 2004). Contudo a confirmação desta suposição só pode ser feita por meio de uma análise mais aprofundada de propostas em que a ficcionalização não traz a opinião do interlocutor expressa em um texto e de cartas produzidas em função dessas propostas.

## Conclusão

“A carta argumentativa é uma dissertação ‘modificada’?”. Essa pesquisa mostra que a carta argumentativa no Vestibular da Unicamp não é uma dissertação modificada. Pelo contrário, na argumentação da carta podem ser usados estratégias e recursos que a caracterizam e que não podem ser mobilizados na argumentação da dissertação.

Para se chegar a estas estratégias e recursos, foi percorrido um caminho que envolve desde os objetivos e expectativas do Vestibular da Unicamp até a análise de ocorrências de tais estratégias e recursos na argumentação de algumas cartas produzidas em situação real de vestibular.

O Vestibular da Unicamp recontextualiza o gênero carta argumentativa, de modo que, inserido nesta prática social, tem a função de avaliar candidatos que concorrem a uma vaga nessa universidade. Nesta prática social, a carta assume contornos diferentes em função dos objetivos e expectativas dos organizadores da Prova de Redação. Assim, entender a organização do Vestibular e seus objetivos (enfocar a capacidade de leitura e de articulação de informações do candidato, bem como seus conhecimentos) é essencial para perceber que a essa prática exerce influência sobre alguns aspectos do gênero carta argumentativa, e que não é por acaso que a Unicamp oferece ao candidato duas opções de produção de texto argumentativo na sua Prova de Redação: a carta argumentativa e a dissertação.

Da análise do material da COMVEST, é possível destacar dois pontos importantes. O primeiro é em relação a uma diferença básica entre a carta argumentativa e a dissertação: a questão da interlocução entre locutor e interlocutor específico na carta. Na dissertação isso não ocorre, uma vez que o texto é dirigido a um interlocutor universal. Já se sabe que a interlocução é um elemento composicional do gênero carta. A questão é entender que recursos ou estratégias a interlocução permite que sejam mobilizados na argumentação da carta.

O segundo ponto é em relação à influência da organização da Prova de Redação nas possíveis estratégias e recursos que caracterizam a argumentação na carta.

No período de 1987 a 2003, havia uma coletânea específica para cada um dos gêneros propostos pela Prova de Redação (carta argumentativa, dissertação e narrativa). Em outras palavras, havia uma coletânea elaborada especificamente para a proposta de carta argumentativa. A partir de 2004, há mudanças na Prova de Redação. A mais significativa para esta pesquisa é a criação de uma coletânea única para as três propostas de redação.

A análise das propostas de carta argumentativa, compreendendo o período de 1987 a 2007, mostra que a ficcionalização criada nas propostas colabora com a delimitação de alguns aspectos da carta argumentativa, sobretudo em relação à argumentação, servindo, assim, como base de orientação para a produção textual do candidato. A análise incide sobre três elementos da carta argumentativa: o locutor, o interlocutor e a finalidade da argumentação. Pode-se verificar que as ficcionalizações apresentam variações, ora secundárias, ora importantes, em relação a estes três elementos, exigindo diferentes capacidades do candidato em lidar com vários mecanismos lingüísticos ao produzir um texto.

Apesar das mudanças, pode-se perceber uma tendência na maioria das ficcionalizações no período de 1987 a 2003. Neste período, a maioria delas propõe como única opção, ou como uma das opções, a escrita de uma carta argumentativa em que o locutor deve discordar da opinião de um interlocutor definido por ela mesma. Além disso, essas propostas apresentam na coletânea um texto de opinião deste interlocutor definido. Em outras palavras, esse tipo de ficcionalização possibilita a mobilização de algumas estratégias e recursos na argumentação da carta, tendo em vista a interlocução com um interlocutor definido cuja opinião é explicitada em um texto.

No entanto, a partir de 2004, com a criação da coletânea única, as estratégias mobilizadas a partir do trabalho com o texto de opinião do interlocutor, apresentado antes na coletânea das propostas de carta argumentativa, deixam de existir. Assim, a argumentação na carta passa a ter como características somente as outras estratégias que não faziam uso do texto de opinião do interlocutor.

Como resultado, a análise das propostas sugere duas hipóteses. A primeira hipótese é a de que o trabalho com as imagens do interlocutor e do locutor é um recurso

que pode ser usado na argumentação na carta e, assim, pode caracterizá-la. A segunda hipótese é a de que, especificamente no período de 1987 a 2003, a retomada da palavra do interlocutor é uma estratégia que também pode caracterizar a argumentação na carta.

Para verificar as duas hipóteses, foi feita uma análise da proposta de carta argumentativa do ano de 1993 e de nove cartas argumentativas produzidas por candidatos em situação real daquele ano.

A análise da proposta sustenta as duas hipóteses levantadas. Além disso, considerando que a ficcionalização pede que o locutor discorde da opinião do seu interlocutor, a proposta sugere que o trabalho de argumentação na carta se baseie em uma espécie de relação polêmica entre o locutor e o interlocutor.

A análise das cartas mostra que as duas hipóteses são confirmadas. Nas cartas há a instauração da relação polêmica. Muitos trechos mostram o trabalho com a imagem do interlocutor na argumentação, a partir da desqualificação do ethos e do discurso do interlocutor. O simulacro é construído pelo locutor a partir do texto de opinião do “adversário”. A análise mostra diferentes estratégias de como o ethos e o discurso do interlocutor são desqualificados no fio da argumentação. Uma dessas estratégias, senão a mais importante, é a retomada das palavras do interlocutor na argumentação da carta. Diversas ocorrências dessa estratégia são analisadas com o objetivo de mostrar como as palavras citadas, por meio de diferentes recursos, são trabalhadas na contra-argumentação da carta a fim de desqualificar o interlocutor.

A análise das cartas também mostra a imagem do locutor indiciada na argumentação das cartas colaborando com o movimento da persuasão. Diferentes cenografias são criadas, sugerindo diversos ethe de locutores, que favorecem a persuasão.

Considerando o contexto do Vestibular da Unicamp, como resultado da análise das cartas, surge a resposta à pergunta principal desta pesquisa **“Quais recursos e estratégias podem ser mobilizados na argumentação na carta, caracterizando-a e distinguindo-a da argumentação na dissertação?”**

A carta argumentativa, tendo como elemento composicional a interlocução, permite um trabalho com as imagens do locutor e do interlocutor no fio da

argumentação, considerando os ethe de ambos, seja qual for a finalidade da argumentação. Já a dissertação não tem como elemento composicional a interlocução entre locutor e interlocutor específicos, o que supostamente dificulta a possibilidade de um trabalho com as imagens e com os ethe do locutor e, principalmente, do interlocutor na argumentação.

Além disso, a maioria das propostas de carta argumentativa no período de 1987 a 2003 apresenta uma ficcionalização, considerando a existência um texto de opinião do interlocutor na coletânea, que permite a retomada da palavra do interlocutor na argumentação da carta. Dessa maneira, o locutor pode mobilizar esse recurso como estratégia na sua argumentação a fim de discordar do interlocutor (e desqualificar o ethos e o discurso dele, como mostrado na análise das cartas nesta pesquisa) ou até mesmo a fim de concordar com o interlocutor, favorecendo o movimento de persuasão. A retomada das palavras do interlocutor definido no fio da argumentação só é possível na carta, e não na dissertação. A dissertação não possibilita a interlocução entre locutor e interlocutor definidos. No entanto, na argumentação da dissertação supõe-se a existência do dialogismo intrínseco à enunciação entre o texto do candidato e os textos que compõem a coletânea.

Esta pesquisa não chega a verificar quais estratégias são mobilizadas na argumentação das cartas a partir de 2004, ou seja, a partir do momento em que a coletânea passa a ser única para a carta argumentativa, para a dissertação e para a narrativa. Acredita-se que a possibilidade da retomada da palavra do interlocutor definido na argumentação da carta como estratégia que a caracteriza é nula, uma vez que a coletânea única não permite esse tipo de movimento. Por outro lado, acredita-se que a coletânea única não descarta a idéia de que o trabalho com as imagens e ethe do locutor e do interlocutor continua sendo uma estratégia mobilizada na argumentação da carta e que a diferencia da desenvolvida na dissertação. Para verificar a autenticidade disso, seria necessária uma análise das propostas de carta argumentativa desse período, das coletâneas únicas e de cartas argumentativas produzidas em situação real neste período.

Contudo, espera-se que este trabalho venha a contribuir, de algum modo, para o ensino de produção do gênero discursivo carta argumentativa. Sabe-se que o impacto criado pelos vestibulares nas escolas de ensino médio (e até no ensino fundamental) é significativo. Isso pode ser observado também pelo número cada vez maior de cursos preparatórios para o vestibular.

O conteúdo das diferentes disciplinas trabalhado no ensino médio em muitas escolas é determinado em função dos exames de vestibulares das universidades de maior prestígio no país. Esse impacto não é diferente nas aulas de português. Em função do grande peso que a nota da redação tem nas notas finais em muitos vestibulares, a preocupação em se manter uma ou duas aulas semanais destinadas à produção escrita é constante. No entanto, o que se vê não é um trabalho fundado no ensino dos diferentes gêneros discursivos, tendo em vista a relação deles com as práticas sociais reais em que estão inseridos.

Em função do vestibular, a dissertação se torna o gênero principal a ser estudado em detrimento dos demais. Dessa maneira, muitas vezes, as aulas se destinam a leituras de textos e discussões sobre os assuntos atuais mais polêmicos, ou seja, espera-se “acertar” o tema da dissertação. Perde-se a noção do trabalho que envolve o ensino da função social e da produção dos diferentes gêneros discursivos. O objetivo das aulas de redação se resume em tópicos que apresentam as características do gênero (da dissertação) e os “macetes” e “dicas” a fim de treinar a escrita de um texto “correto”. Por outro lado, é necessário ressaltar que, quando bem trabalhado, o impacto das provas de redação dos vestibulares é positivo nas aulas de redação. Muitas vezes, as propostas de dissertação da Unicamp, por exemplo, são trabalhadas nas aulas, o que, necessariamente, implica um trabalho sobre a leitura dos textos da coletânea e sugestões de como utilizá-la na produção da dissertação. Explicitamente ou não, este processo envolve o trabalho do dialogismo intrínseco à enunciação, ou seja, envolve a idéia de que um texto – ou enunciado – sempre está em contato com outros textos – ou enunciados – em maior ou menor proximidade, ora concordando com, ora refutando as idéias já existentes.

Percebe-se que nesse contexto escolar, poucas aulas são destinadas ao estudo de outros gêneros. Entende-se aqui como “outros gêneros” a narrativa e, talvez, a carta argumentativa. A carta argumentativa passa quase por despercebida, porque é cobrada basicamente pelo vestibular da Unicamp. Dessa maneira, fica complicado para algumas escolas abrirem em sua grade horária destinada às aulas de redação um espaço maior para o estudo da carta argumentativa.

Muitas vezes, são apresentados para os alunos tópicos contendo os elementos composicionais (considerando aqui a interlocução) da carta argumentativa. Em seguida, discute-se um tema (geralmente alguma proposta do vestibular da Unicamp) e pede-se a escrita de uma carta argumentativa. Considerando esta situação, não é difícil ouvir dos alunos de ensino médio e de cursos pré-vestibulares a seguinte pergunta: “A carta argumentativa é uma dissertação modificada?”

Esta pesquisa não tem a pretensão de apontar caminhos para a melhoria do ensino de produção escrita nas escolas. No entanto, ela fornece subsídios aos alunos e principalmente aos educadores sobre a carta argumentativa, para que possam entender melhor a que práticas sociais reais esse gênero foi e é associado e qual é a sua função nessas práticas. Além disso, possibilita ao educador (independente se ele tem interesse ou não nas provas de redação dos vestibulares) entender melhor e desenvolver um trabalho com as imagens do locutor e do interlocutor (considerando a questão dos ethe de ambos) na argumentação da carta, tendo em vista o objetivo da argumentação (concordar ou discordar do interlocutor, ou convencê-lo sobre algo). Este trabalho possibilita ao aluno entender que a argumentação da carta possui características diferentes das da dissertação, uma vez que não é feita somente a partir de argumentos. Esta pesquisa também possibilita ao educador entender melhor e trabalhar em suas aulas a interlocução presente no fio da argumentação da carta, considerando a retomada da palavra do interlocutor pelo locutor em sua carta.

Considera-se, além disso, que esta pesquisa pode fornecer subsídios para que o trabalho com o gênero carta argumentativa seja melhor conduzido nos materiais didáticos. Muitos materiais não chegam a mencionar este gênero e alguns trabalham-no focando sucintamente os seus elementos composicionais e atividades de produção

escrita, muitas vezes, a partir de algumas propostas de vestibular. Espera-se, assim, que este estudo contribua de modo a enriquecer as páginas de materiais didáticos destinadas ao estudo do gênero carta argumentativa.

## Referências Bibliográficas

ABAURRE, B. & POSSENTI, S. **15 Anos de Vestibular Unicamp: redação: coletânea, 1ª fase** – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

ABAURRE, M. L., PONTARA, M. N. *O texto persuasivo*. In **Coleção base: português**: volume único, pp. 266 – 286. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 1999.

AUTHIER – REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade : um estudo enunciativo do sentido** / Jacqueline Authier- Revuz ; apresentação Marlene Teixeira ; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisas e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. M. (Mikhail Mikhailovich), 1895-1975. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem** / Mikhail Bakhtin (V. N. Volochinov); prefácio de Roman Jakobson ; apresentação de Marina Yaguello ; tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lucia Teixeira Wisnik, Carlos Henrique D. Chagas Cruz. - São Paulo: HUCITEC, 2004.

BAKHTIN, M. M. (Mikhail Mikhailovich), 1895-1975. *Os Gêneros do discurso*. In **Estética da criação verbal** / Mikhail Bakhtin ; nova tradução feita a partir do russo: Paulo Bezerra. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTON, D., HALL, N. *Introduction*. In **Letter writing as a social practice**. Vol.9. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company , 1999.

BAZERMAN, C. *Cartas e a Base Social de Gêneros Diferenciados*. In **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos chaves**/ Beth Brait, (org.) . – São Paulo: Contexto, 2005.  
CHARAUDEAU, P. **Dicionário de análise do discurso** / Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau; coordenação da tradução: Fabiana Komesu. - São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, O. **Le dire et le dit**, Paris, Minuit, 1984.

FRANCHI, C. *Criatividade e Gramática*. In **Trabalhos de Lingüística Aplicada**, pp. 5 – 45. Campinas: IEL/Unicamp.

FURLAN, F. A., Abaurre, M. B. M., Abaurre, M. L. M. **Vestibular Unicamp – Redação**. São Paulo: Editora Globo, 1993.

GINZBURG, C, 1939. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história** / Carlo Ginzburg; tradução: Federico Carotti. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'implicite**. Paris, Armand Colin, 1986.

MAGALHÃES, T. C, CEREJA, W. R. *A carta argumentativa*. In **Português – Linguagens: volume único**/ William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães, pp. 416 – 420. São Paulo: Atual, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**/ Dominique Maingueneau ; Tradução Cecilia P. de Souza-e-Silva, Decio Rocha. 4. ed.– São Paulo: Editora Cortez, 2005a.

MAINGUENEAU, D. **Elementos de lingüística para o texto literário** / Dominique Maingueneau; tradução Maria Augusta de Matos; revisão da tradução Marina Appenzeller. - São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MAINGUENEAU, D. *Ethos, cenografia, incorporação*. In **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**/ Ruth Amossy (org.) ; tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sirio Possenti. - pp. 69-92. Campinas, SP: Editora Contexto, 2005b.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições LTDA, 2005c.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso** / D. Maingueneau ; tradução de Freda Indursky ; revisão dos originais da tradução: Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Gloria de Deus Vieira de Moraes. - Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 1997.

POSSENTI, S. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

POSSENTI, S. *Enunciação, autoria e estilo*. In **Revista da FAEEDBA, Salvador, v. 10, n. 15, p. 15-21, 2001b**.

ROJO, R. *Revisitando a produção de textos na escola*. In **Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto: o sujeito-autor** organizadoras Maria da Graça Costa Val, Gladys Rocha, pp. 185 – 205. - Belo Horizonte : Autentica, 2003.

SCHNEUWLY, B. *Palavra e ficcionalização: um caminho para o ensino da língua oral*. In **Gêneros orais e escritos na escola**/ Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e colaboradores; tradução e organização: Roxane Rojo, Glais Sales Cordeiro, pp. 129 – 147. – Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SILVA, J.Q. *Gênero discursivo e Tipo Textual*. In **Scripta**, Vol. 1, n. 1, pp. 87 – 106. Belo Horizonte: PUC/ MG, 1999.

SILVA, J.Q. Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos. (tese de doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002.

TUFANO, D., SARMENTO, L. L. *Textos para uma ação participativa*. In **Português - Literatura, Gramática, Produção de Texto: volume único**/ Leila Lauer, Douglas Tufano, pp. 416 – 419. – São Paulo: Moderna, 2004.

VOLOCHINOV, V.N. *La structure de l'énoncé* (1º ed. 1930), trad. Fr, in Mikhail Bakhtine. **Le principe dialogique**, Paris, les editions de Minuit,1981, p. 287-316.

- Endereços eletrônicos:

[www.comvest.unicamp.br](http://www.comvest.unicamp.br)

## ANEXOS

### PROPOSTAS DE CARTAS ARGUMENTATIVAS<sup>20</sup>

#### ▪ Vestibular UNICAMP – 1987

##### Coletânea do Tema C

- "O Concurso Vestibular da UNICAMP está regulamentado pela Portaria GR-nº 250/86. Consistindo na classificação de candidatos para o ingresso na Universidade, o Concurso Vestibular da UNICAMP tem por objetivos primordiais:

- 1º) selecionar candidatos adequados ao perfil do aluno desejado pela UNICAMP;
- 2º) verificar o domínio do conhecimento normalmente adquirido nas diversas formas de educação ao nível de 2º grau;
- 3º) avaliar a aptidão e o potencial dos candidatos para o curso superior em que ingressar;
- 4º) influir no redirecionamento do ensino de 1º e 2º graus."

(Manual de Informações, Vestibular UNICAMP/87, pág. 17).

- "Opção do curso.

- a) Indique em ordem crescente de preferência os códigos dos cursos que você pretende cursar.
- b) Escolha só cursos pertencentes à carreira que você indicou. Cursos fora da carreira não serão considerados.
- c) Se a carreira tiver um único curso, coloque somente o código desse curso.
- d) Não opte por cursos que não pretenda cursar, pois se for chamado e não se matricular, você será excluído do Concurso.
- e) O número máximo de opções para cada candidato é de cinco cursos, nas carreiras em que houver tal possibilidade. Serão rejeitadas as opções que ultrapassarem esse limite."

(Manual de Informações, Vestibular UNICAMP/87, instruções para preenchimento do Formulário de Inscrição, pag. 22).

- "Uma das angústias do vestibular está em que ele exige, da parte do estudante, quando ele tem 18 ou 19 anos, uma definição clara daquilo que ele vai ser pelo resto da vida. Ajudaria muito se tal definição não fosse exigida: se o ingresso na Universidade fosse a ocasião para o aluno tomar contacto com as várias possibilidades. É irracional pedir que alguém tenha ideias claras e decisões tomadas sobre algo que nunca experimentou."

(Fragmento da seção "Ideias Soltas", jornal SABOR/SABER, publicado pela Assessoria Especial para Assuntos de Ensino da UNICAMP. Ano 2, nº 4, pag. 17).

- "O adolescente manifesta, entre outras características, uma grande insegurança, fruto da imaturidade, que se reflete muitas vezes em contradições sucessivas em diversas manifestações de conduta, condição pouco desejável para quem necessita escolher e abraçar uma carreira profissional. É importante notarmos que as decisões mais importantes da vida: escolha profissional, ideologia política, religião, parceiros afetivo-sexuais, etc., tenham que ser tomadas numa época tão conturbada."

(Trecho do artigo "Universitário, um Adolescente?", do psiquiatra T.D. de Andrade, publicado em SABOR/SABER, ano 1, nº 2, pag. 16).

- "No seu início, a própria universidade nasce pressupondo um saber revelado, cujo mistério deveria ser transmitido em bloco. Mas hoje em dia a escola se propõe desde logo a ensinar a prática da ciência, treinar para a descoberta.

(...)

Poucos estudantes universitários pretendem ser pesquisadores, a maioria procura um ofício. (...) A universidade contemporânea não é um templo de saber, mas uma espécie de supermercado onde as classes médias e aqueles que nela pretendem entrar, lutam por um título que lhes garanta o monopólio duma profissão (...). É inevitável que sua estrutura seja adequada a essa condição, diferenciando cursos e diplomas (...).

(J.A. Gianotti, A Universidade em Ritmo de Barbárie. São Paulo, Brasiliense, 1986, págs. 33 e 37).

▪ Vestibular UNICAMP – 1988

TEMA C

Suponha que voce encontre, no arquivo municipal de uma cidade mineira, uma caixa contendo documentos inéditos relacionados com a atividade de uma imprensa clandestina, que teria funcionado entre 1780 e 1789, em oposição à política da metrópole portuguesa no Brasil.

Suponha, também, que você se interesse por esses documentos e queira desenvolver uma pesquisa sobre o assunto.

Escreva uma carta ao Diretor de uma entidade incentivadora de pesquisa, contando sua descoberta, expondo o interesse que ela tem enquanto objeto de estudo, comentando as principais questões a que você procurará responder na sua investigação e, se possível, antecipando alguns dos eventuais resultados.

▪ Vestibular UNICAMP – 1988

T E M A B

Suponha que você não tenha podido prestar exames vestibulares em dezembro, ou que os prestou mas não foi aprovado(a); suponha ainda que, em fevereiro, lendo nos jornais a lista de aprovados, você tenha descoberto que um número muito grande de vagas da UNICAMP não foi preenchido; suponha finalmente que, preocupado não só com o fato de perder um ano mas, sobretudo, com o desperdício representado pela manutenção de vagas ociosas em uma universidade pública, você tenha decidido escrever uma carta ao Reitor da UNICAMP (Professor Paulo Renato Costa Souza), sugerindo a realização de novos vestibulares e argumentando a favor de tal proposta.

Escreva a carta.

## ▪ Vestibular UNICAMP – 1989

### TEMA C

Gilberto Braga, autor da novela Vale Tudo, tem enfrentado uma reação violenta de muitos telespectadores por causa da produção independente da personagem Solange. "Mais uma vez constato com tristeza que a maioria das pessoas são moralistas no mau sentido", afirmou ele à imprensa.

Levando em consideração as informações e argumentos contidos na coletânea abaixo, escreva uma carta ao autor da novela, concordando ou não com o ponto de vista por ele expresso em sua afirmação.

"Cresce entre a classe média o número de mulheres que decidem ter filhos sem se preocupar em casar ou morar junto com o pai da criança. O comportamento foi rotulado de produção independente." (Jornal do Brasil).

"Mulheres em condição de optar por terem um filho sozinhas ainda são poucas, pelos próprios requisitos exigidos. Para começar devem ser independentes economicamente e é imprescindível uma estrutura emocional muito boa para enfrentar o modelo cultural estabelecido para a mulher e a família." (Folha de São Paulo).

"Em classes mais baixas, dificilmente se pode falar em opção da mulher." (Folha de São Paulo).

## ▪ Vestibular UNICAMP – 1990

### TEMA C

Uma polêmica reportagem sobre o cantor Cazuza, publicada em abril deste ano na revista VEJA ("Cazuza: uma vítima da Aids agoniza em praça pública"), provocou manifestações apaixonadas de muitos leitores. Centenas de cartas foram enviadas à redação da revista, comentando a reportagem.

Duas dessas cartas, que manifestam pontos de vista radicalmente opostos, são transcritas a seguir:

I - "Considero hiperimportante a reportagem sobre o Cazuza. Talvez ela contribua para que as pessoas sintam e respeitem o problema da Aids. Torna-se imprescindível continuar a tratar as pessoas contaminadas como seres humanos."  
(M.C.M., São Paulo. VEJA, ano 22, nº 18)

II - "Recebam minha solidariedade pelo 'desagravo' que esquisitas figuras promoveram contra a revista VEJA, no Rio de Janeiro\*, por documentar verdades sobre o irracional, abusado e indecoroso Cazuza. De triste memória, este aidético insulto famílias, ofendeu seguidamente o público em seus shows e até desrespeitou o símbolo máximo da nacionalidade — a nossa bandeira. Que os signatários do desagravo — lido em noite de gala e noticiado pela TV Globo — vão todos para os diabos e, ao ordinário Cazuza, que o inferno o receba, em breve e ardentemente."  
(A.J., São Paulo. VEJA, ano 22, nº 18)

\* Referência a um manifesto de solidariedade ao cantor, assinado por artistas e amigos. Esse manifesto protestava contra a revista, que teria dado um tom sensacionalista à matéria em sua chamada de capa.

Escreva uma carta ao editor da revista VEJA comentando uma das duas cartas acima e argumentando contra os pontos de vista de quem a escreveu.

Instruções complementares:

- Não se esqueça de indicar a carta que você escolheu para comentar.

- Ao assinar sua carta, use apenas as iniciais do seu nome.

▪ Vestibular UNICAMP – 1991

TEMA C

Como você deve saber, o novo Congresso, eleito no dia 3 de outubro, deverá rever a Constituição promulgada em 1988. Um aspecto que certamente merecerá a atenção dos congressistas é o da obrigatoriedade do voto, uma vez que foi extraordinariamente alto o índice de votos em branco e nulos nas últimas eleições.

Tomando como base as informações e opiniões contidas na coletânea abaixo, escreva uma carta a um congressista argumentando contra ou a favor da manutenção da obrigatoriedade do voto e solicitando que ele, na condição de representante do povo, defenda essa posição em plenário.

1. O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 14, Parágrafo 1º)

2. O voto em branco é uma manifestação mais que perfeita do eleitor que foi votar apenas para cumprir a obrigação e evitar as penalidades que a lei impõe. Já nos casos dos nulos, seria preciso distinguir quem realmente não sabe votar e quem quis, por expressões e rabiscos, se rebelar contra esse processo eleitoral. (...) Mas continuo defendendo o voto obrigatório até como fator de educação cívica. O número de eleitores seria muito pequeno se o voto fosse facultativo.

(Aristides Junqueira, procurador-geral da República, em entrevista publicada no jornal O Estado de São Paulo, 21.10.90)

3. O deputado reeleito Roberto Cardoso Alves (PTB-SP) criticou o também reeleito Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) pela proposta da emenda constitucional que torna o voto facultativo:

- São irão votar os eleitores de esquerda, porque os nossos, só pagando.

(O Estado de São Paulo, Coluna 3, 18.10.90)

4. O resultado das eleições demonstrou que a não obrigatoriedade do voto deve se transformar na próxima conquista da liberdade democrática, inclusive como fator de importância da própria função política. Assim, seria melhor dizer que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos pelo voto consciente; livre e facultativo, sem qualquer coação.

(J. I. Souza, em carta publicada no Painel do Leitor, Folha de São Paulo, 23.10.90)

5. O número mais novo da cantora Madonna, 32 anos, é um anúncio de TV em que ela aparece enrolada na bandeira dos Estados Unidos. Não se trata de algum escândalo envolvendo símbolos nacionais. Madonna é a nova arma do governo americano para reduzir a abstenção nas eleições do país, onde o voto não é obrigatório e a metade dos eleitores ignora as urnas. "Votar é tão importante quanto ter relações sexuais. Sem ambas as coisas, não existe futuro", diz ela.

(VEJA, ano 23, nº 43, 31.10.90)

ATENÇÃO: Ao assinar sua carta, use apenas as iniciais do seu nome.

▪ Vestibular UNICAMP – 1992

TEMA C

A PERDA DA COMPOSTURA

Marta Suplicy

O país perdeu a noção do que seja dignidade e compostura. Temos o presidente da República gritando para o povo que tem "aquilo roxo", erguendo o dedo em sinal obsceno para a multidão, destratando e humilhando publicamente a primeira-dama. Rosane Collor, por sua vez, é acusada de desviar enormes somas de dinheiro para firmas fantasmas de sua família, ao mesmo tempo em que, ato insólito, seu esposo e presidente diz que ela de nada sabia. Enquanto esse exemplo circense ocorre com o mais alto mandatário da nação, o resto dela segue seus passos. Exemplo, aliás, que já havia sido inaugurado na campanha presidencial, quando grosseiramente acusou seu adversário no campo pessoal. A evidência da falta de ética e compostura, da confusão entre o público e o privado, já começava para quem quisesse ver, ou não estivesse obcecado com o medo de

transformação proposta pelo adversário. (...)

Temos agora a ex-ministra da Economia expondo a sua privacidade de forma grotesca. Conta detalhes do seu relacionamento amoroso, como foi enganada, que teria engravidado, se possível, para assegurar o casamento, publica bilhetinhos do amante com intimidades(...). Não sei se a ex-ministra perdeu a noção do ridículo, se é a fúria vingativa de mulher abandonada que a está cegando, ou se esta perda da realidade já a acompanha há mais tempo e nos ajudou a chegar ao caos econômico que vivemos. (...)

Fazendo parte do quadro que assola o país, temos também a Xuxa. Esta situação me compadece em vez de enojar, pois vê-se uma jovem talentosa em depressão profunda, sem ninguém para lhe indicar um bom analista. E a

Xuxa se expõe e expõe as crianças quando, aos prantos, diz para os baixinhos, no show do Olímpia, que não devem permitir que seus pais se separem como os dela.

Meu Deus! Ficamos todos loucos? Esquecemos onde acaba o privado e começa o público?

A ferida feita por Collor de Mello em Luís Inácio Lula da Silva criou um cancro na nação, que se reproduz em todos os níveis. Até o Neto, ídolo do Corinthians, dá uma cusparada no juiz, quando expulso de campo. Ele, pelo menos, pediu desculpas. E o resto? E nós?

Como recuperar a dignidade e a compostura da nação e de seus enfermos cidadãos? Não há mais o que esperar.

(*Tendências/Debates*, FOLHA DE S. PAULO, 19/10/91)

O texto acima discute episódios recentes da história do Brasil em que se misturam assuntos públicos e privados.

a) Caso sua posição seja semelhante à da autora, escreva uma carta ao Sr. Fernando Collor de Mello tentando convencê-lo de que o exercício de funções públicas exige a capacidade de separar os fatos que são relevantes dos que não são relevantes para a vida nacional.

b) Caso você discorde da posição da autora, escreva-lhe uma carta procurando convencê-la de que sua análise é equivocada.

- Qualquer que seja sua opção, você deve levar em conta os fatos mencionados e analisados no texto.
- **ATENÇÃO:** Ao assinar a carta, use apenas as iniciais do seu nome.

▪ Vestibular UNICAMP – 1993

**TEMA C**

Comentando o noticiário relativo às manifestações da juventude no período em que se discutia a possibilidade de *impeachment* do Presidente Collor, o Sr. E. B. M. enviou ao jornal *Folha de S. Paulo* a seguinte carta:

*É irritante ler, nas últimas semanas, a cobertura das manifestações contra o poder central por parte da 'juventude'. Excluindo qualquer juízo de valor sobre o processo, o que se deve ter como verdade é que é extremamente fantasioso se admitir que a nossa juventude tenha toda essa capacidade de percepção. É notória a cretinice da juventude brasileira. O 'zeitgeist', o espírito da época, submerge a atual geração num mar de hedonismo e irresponsabilidade. É lindo fazer revolução com tênis Reebok e jeans Forum. O que eu gostaria de ver, mesmo, é como essa juventude vagabunda, indolente e indisciplinada como a brasileira se portaria diante de um grupo de choque, como nos confrontos que ocorrem em Seul.*

(E. B. M., Paineis do Leitor, *Folha de S. Paulo*, 01/09/92)

\* *zeitgeist* - termo alemão que significa exatamente espírito da época.

\*\* *hedonismo* - [prática da] doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível.

A leitura atenta da carta do Sr. E. B. M. permite identificar algumas de suas opiniões sobre os jovens, expressas mais ou menos diretamente. Para escrever sua redação, siga as seguintes instruções:

**INSTRUÇÕES GERAIS**

- identifique 3 (três) das opiniões emitidas pelo Sr. E. B. M.;
- *transcreva-as* na sua folha de redação;
- após ter feito isso, escreva uma carta, dirigida ao Sr. E. B. M., apresentando argumentos para convencê-lo de que está equivocado. Neste exercício de argumentação, você deverá discordar, portanto, das opiniões que identificou na carta.

**ATENÇÃO:** ao assinar a carta, use apenas as iniciais de seu nome.

## ▪ Vestibular UNICAMP – 1994

### TEMA C

A questão da presença do Estado na economia está sendo rediscutida, principalmente após as mudanças ocorridas no Leste Europeu, e devido à possibilidade de reforma da Constituição Brasileira. O texto abaixo é uma reportagem que apresenta a opinião de um grupo sobre o assunto.

#### EMPRESÁRIOS CONTRÁRIOS AO MONOPÓLIO E ESTATIZAÇÃO

**Brasília (Meridional)** - *Os monopólios e estatização só servem àqueles que os exercem, e a sociedade, ao contrário de ser beneficiária, fica refém e é chantageada. Esse é o principal argumento de mobilização dos empresários brasileiros para extinguir todos os monopólios estatais da Constituição. Pesquisa da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF) (...) sugere ampla campanha denunciando o "retrocesso e malefícios atuais". (...)*

*Os empresários entendem que o Estado já dispõe de várias (...) formas de intervenção no domínio econômico, que começam através do poder de conceder, cuja outorgação pode ser suspensa ou cassada. "Se o Estado já detém tantos poderes extraordinários, por que ele tem que ampliar seu absolutismo através de monopólios e outras estatizações?", questiona o documento da ACDF.*

*No texto há, ainda, um alerta: "Se os segmentos mais liberais da sociedade não enfrentarem com determinação a reforma da Constituição..."*

*Andrade, que subscreve o documento, diz que "se os inúmeros aspectos neomarxistas da Constituição se perpetuarem, a redenção do País continuará indefinidamente adiada".*

**Monopólios** - *A pesquisa identificou 39 atividades monopolizadas, como a pesquisa, lavra, refinação e importação do petróleo e seus derivados; pesquisa e lavra de gás natural; pesquisa e lavra de hidrocarbonetos fluidos; a pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento e industrialização de minério; telefonia, telegrafia, transmissão; propriedade dos recursos minerais, dos bens do subsolo; manutenção do serviço postal e do correio aéreo.*

*Sobre o que consideram privilégios constitucionais, os empresários questionam a estabilidade dos servidores públicos, a irredutibilidade dos seus salários, a disponibilidade com remuneração integral, a aposentadoria integral, independente do valor da contribuição. Questionam, ainda, a falta de qualquer limitação ou parâmetro para que as assembleias legislativas fixem os salários dos deputados estaduais. Para eles, essa liberdade absoluta tem gerado as maiores distorções salariais nos poderes legislativos.*

*O empresariado identificou três benefícios que classificam de inflacionários: férias com mais 33,33 por cento do salário, licença-maternidade de 120 dias e licença paternidade. "Constitui boa ética ganhar mais quando se está em férias? Quem ganhar mais não deve trabalhar mais? Esse adicional sem causa é um fator de custos, é inflacionário. Deve, portanto, ser eliminado", alega o documento da ACDF. Sobre a licença maternidade, ele frisa que "tem sido grande causadora de desemprego da mulher e tem levado a uma redução dramática da natalidade entre mulheres de classe média".*

(Diário da Serra, Campo Grande, MS, 22 e 23 . 08. 93) .

a) Faça resumos muito breves dos pontos de vista da ACDF e transcreva-os no alto de sua folha de redação.

b) Em seguida, escolha uma das duas alternativas abaixo:

1. Suponha que você é o *ghost-writer*\* de um deputado que *concorda* com os pontos de vista da reportagem, e que ele lhe encomendou um discurso para ser lido na Câmara. Escreva um texto que contenha *argumentos favoráveis* (aprofundando os argumentos mencionados, acrescentando outros e dando exemplos) aos pontos de vista defendidos na reportagem e que *tenha as características de um discurso* que um deputado faria diante de seus colegas na Câmara, para convencê-los a votar favoravelmente à mudança de alguns dispositivos numa eventual revisão constitucional.
2. Suponha que você é o *ghost-writer* de um deputado que *discorda* dos pontos de vista da reportagem, e que ele lhe encomendou um discurso para ser lido na Câmara. Escreva um texto que contenha *argumentos contrários* aos pontos de vista defendidos na reportagem e que *tenha as características de um discurso* que o deputado faria diante de seus colegas na Câmara, tentando convencê-los a não alterar tais dispositivos numa eventual revisão constitucional.

\* Obs. Chama-se *ghost-writer* a quem escreve em nome de outros.

**IMPORTANTE:** qualquer que seja sua opção, você deve fazer referência aos tópicos da reportagem.

▪ **Vestibular UNICAMP – 1995**

**TEMA C**

Na luta contra a Aids defrontam-se os rigorosos, que exigem respeito aos princípios preventivos básicos e corretos, contra os complacentes. Aqueles exaltam o valor do relacionamento sexual responsável, o combate efetivo à toxicomania e a adequada seleção de doadores de sangue. Os outros preconizam coisas mais agradáveis, como por exemplo o emprego desbragado e a doação gratuita de camisinhas, a distribuição de seringas com agulhas a drogados e a perigosa, além de problemática, lavagem delas com água sanitária. Agora, os permissivos, que não estão obtendo qualquer vitória, pois a doença afigura-se cada vez mais difundida, ganharam novo aliado: o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), que concordou com o fornecimento de seringas e agulhas, sem ônus, aos viciados. Portanto, esse órgão público associou ilegalidade à complacência.

(Vicente Amato Neto [médico infectologista], *Painel do Leitor, Folha de S. Paulo*, 18/09/94)

A carta acima faz referência a uma proposta polêmica do CONFEN (Conselho Federal de Entorpecentes): o fornecimento gratuito de seringas e agulhas a viciados em drogas injetáveis.

A) Caso você *concorde* com a proposta do CONFEN, *escreva uma carta ao Dr. Vicente Amato Neto, procurando convencê-lo de que ela pode de fato contribuir para evitar a disseminação do vírus da Aids.*

B) Caso você *discord*e dessa proposta, *escreva uma carta ao Presidente do CONFEN, procurando convencê-lo de que ela não deve ser posta em prática.*

Ao desenvolver sua redação, além de expor suas opiniões, você *deverá necessariamente levar em consideração* a coletânea abaixo.

1. Graças a uma legislação liberal, a maior cidade suíça [Zurique] criou uma área especial – Letteu, uma estação de trens desativada – onde é possível comprar e usar heroína em plena luz do dia. (...) Desde 1992, quando os junkies\* se mudaram da Platzpitz, uma praça no centro da cidade, para Letten, o consumo não pára de crescer – um fato atestado pelas 15.000 seringas descartáveis distribuídas diariamente na velha estação. A única vantagem é que a distribuição reduziu o ritmo de disseminação da Aids.

\* junkies: termo inglês que significa **drogados**.

(O pico à luz do dia, *VEJA*, 07/09/94)

2. Em nosso país, exige-se o diploma para que alguém aplique injeção endovenosa, porque pessoas não treinadas criam perigos para si ou para outros, ao realizar inoculações. Fornecer agulhas e seringas a pessoas não-habilitadas para seu uso é como dar um carro a menores de idade, ou uma arma a quem não sabe utilizá-la. Isso é pelo menos indesejável para a sociedade, além de ser ilegal. No caso, a ilegalidade se tornaria incontrolável, pois o distribuidor dos medicamentos e agulhas seria o próprio Estado.

A proposta de um programa como esse não leva em conta a realidade, causando desperdício de recursos já precários. Tais propostas são feitas por pessoas que nunca viram, de fato, como funciona uma “roda”, provavelmente dirigentes sem formação médica e sem assessoria adequada (sociológica etc.). Não é difícil adivinhar que se trata de um plano que só beneficia vendedores de agulhas e seringas e burocratas de escritório, não tendo qualquer consequência para a epidemia da Aids.

\* roda: prática, comum entre drogados, que consiste no uso de uma mesma seringa por várias pessoas.

(adaptado de Vicente Amato Neto & Jacyr Pasternak, *A doação de seringas e agulhas a drogados, O Estado de S. Paulo*, 05/09/94)

3. A distribuição de seringas para usuários de drogas pode diminuir pela metade a taxa de propagação do vírus da Aids neste grupo de risco. A conclusão é de uma pesquisa realizada na Universidade Johns Hopkins, de Nova York, que envolveu 22 mil pessoas em vários bairros nova-iorquinos. (...)

Antes do programa, uma seringa era emprestada, alugada ou vendida em média 16 vezes nos bairros onde foi feito o controle. O programa reduziu este número em quatro vezes.

Existem 200 mil usuários de drogas injetáveis em Nova York, metade deles infectados com o vírus da Aids.

(Programa corta em 50% taxa de infecção de HIV, *Folha de S. Paulo*, 02/11/94)

4. [No futuro, pagaremos] caro pela ignorância e irresponsabilidade do passado. Acharemos inacreditável não havermos percebido em tempo, por exemplo, que o vírus da Aids, presente na seringa usada pelo adolescente da periferia para viajar ao paraíso por alguns instantes, infecta as mocinhas da favela, os travestis na cadeia, as garotas da boate, o menino esperto, a menina ingênua, o senhor enrustido, a mãe de família e se espalha para a multidão de gente pobre, sem instrução e higiene. Haverá milhões de pessoas com Aids, dependendo de tratamentos caros e assistência permanente. (...)

(Drauzio Varella, *A era dos genes, Veja 25 anos – Reflexões para o futuro*, 1993)

**ATENÇÃO:** AO ASSINAR A CARTA, USE APENAS AS INICIAIS DE SEU NOME.

## ▪ Vestibular UNICAMP – 1996

### TEMA C

Durante o ano de 1995, intensificou-se no Rio de Janeiro a onda de violência e seqüestros. Uma das respostas a essa onda de violência foi a Manifestação Reage Rio, realizada no dia 28 de novembro como um grande ato público a favor da paz. Na semana seguinte, em artigo publicado na página 2 da *Folha de S. Paulo*, o jornalista Josias de Souza escreveu a esse propósito:

**“O Rio que paga a carreirinha de coca é o mesmo Rio que foge do seqüestro, eis a verdade. Diz-se que a violência vem do morro. Bobagem, tolice. Como a passeata do Reage Rio, a violência também é obra do carioca bem-posto. (...) Dois dos objetivos palpáveis do Reage Rio são o reaparelhamento da polícia e a urbanização das favelas. Erraram de alvo. Estão mirando na direção errada. (...) Pouco adianta dar novos 38 à polícia se não for interrompido o fluxo de dinheiro que garante os AR-15 do tráfico.”**  
(“O Rio cheira e berra”, 5/12/95).

Essa análise é polêmica e você deverá levá-la em consideração ao optar por uma das duas tarefas abaixo:

- ☐ concordando com a opinião do jornalista, escreva-lhe uma carta, apresentando argumentos que o apoiem;
- ou
- ☐ se você acha que o ato público cumpriu seus objetivos, escreva uma carta aos organizadores, elogiando a iniciativa, defendendo sua validade e rebatendo os argumentos do jornalista.

Todos os textos transcritos a seguir foram publicados na imprensa, alguns dias depois da Manifestação Reage Rio, e são relevantes para que você possa formar uma opinião. Ao escrever sua carta, considere os argumentos expostos nessa coletânea e outros que você achar pertinentes.

1. Cerca de 70 mil pessoas participaram da manifestação Reage Rio, um apelo para que acabem a violência e os seqüestros no Rio de Janeiro. Os organizadores, entre eles o Movimento Viva Rio, esperavam 1 milhão de pessoas. Mas a chuva atrapalhou. A caminhada, na Avenida Rio Branco, reuniu representantes de toda a sociedade civil. “Foi um sucesso”, disse o sociólogo Herbert de Souza, o “Bebô”. O governador Marcello Alencar e o prefeito César Maia não participaram. Nos últimos nove meses, a polícia registrou 6.664 assassinatos no Rio.

(Clipping do *Estado*, Destaques de Novembro/95)

2. “Foi um extraordinário marco a marcha no Rio, onde, pela primeira vez, a politização da violência ganhou ares populares. Mesquinho e subdesenvolvido restringir o debate ao número de participantes. Mais importante, muito mais, foi o debate que suscitou e a sensação de que o combate ao crime não é apenas um problema oficial.”

(Gilberto Dimenstein, “Chute no Saco”, *Folha de S. Paulo*, 10/12/95)

3. “Houve uma grande ausência na passeata de terça-feira passada no Rio de Janeiro. Faltou uma palavra mágica, aquela que daria sentido a toda aquela movimentação. (...) A palavra que faltou é: DROGAS. A passeata era contra a violência. Ora, qual a causa magna da violência no Rio, a causa das causas? Resposta: drogas. (...) A originalidade do Rio está em ter realizado uma passeata contra a escalada do crime, a incrível escalada que, sob o impulso e o império da droga, ocorre em várias partes, sem dar nome ao problema. E não se deu o nome porque, se se desse, não haveria passeata. (...) O que aconteceria se se anunciasse uma passeata contra as drogas? Muitos não iriam. No mínimo para não parecer careta, ou seja, ridículo. Mas também porque muita gente não é contra - é a favor das drogas. (...) Sendo assim, como fazer uma passeata contra a droga? Melhor é fazê-la contra a ‘violência’ e pela ‘paz’. Quem pode ser contra a paz?”

(Roberto Pompeu de Toledo, “Faltou dizer por que não se tem paz”, *Veja*, 6/12/95)

4. “O lado bom do Rio é a natureza fantástica, o povo que é alegre e descontraído, aceita e vive a vida como ela é. O lado ruim é a miséria que se alastra por toda a cidade, exigindo uma solução, com nossos irmãos trepados em barracos pobres, olhando a cidade dos ricos como uma miragem a seus pés. E a solução não está nas brigas políticas de superfície, mas na revolução; a revolução que não pode ser feita agora. (...)”

Fui à passeata Reage Rio porque me convidaram. Queriam que fosse num carro, mas preferi andar no meio das pessoas. A caminhada não foi propriamente um protesto mas uma advertência sobre o que está acontecendo, sem solução. Enfim, o problema da miséria é grave e uma pessoa com um pouco de sensibilidade não pode se sentir feliz diante disto.”

(Silvio Cioffi, “Só revolução resolve a miséria, diz Niemeyer”, *Folha de S. Paulo*, 21/12/1995)

5. “Quem não acredita na força do pensamento positivo ganhou na quinta-feira, 30, um bom motivo para mudar de idéia. Menos de 48 horas depois da Caminhada pela Paz, que parou a cidade e mobilizou milhares de pessoas contra a violência - 60 mil, segundo a polícia, e 150, segundo os organizadores -, foi resgatado o estudante Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira Filho, seqüestrado trinta e seis dias antes. (...) A mãe de Eduardo Eugênio elogiou a atuação da polícia mas dedicou especial gratidão aos participantes da caminhada.”

(Eliane Lobato, “Guerrilha pela paz”, *Isto É*, 6/12/95)

**ATENÇÃO:** AO ASSINAR A CARTA, USE APENAS AS INICIAIS DE SEU NOME.

▪ **Vestibular UNICAMP – 1997**

**TEMA C**

Nos últimos tempos, vêm ocorrendo intensas discussões a propósito dos meios de combater a violência praticada por menores, nas grandes cidades. Um exemplo é a divergência de opiniões entre Nilton Cerqueira (Secretário Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro) e Benedito Domingos Mariano (Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo), veiculada pela Revista IstoÉ, de 4/9/96.

Leia abaixo trechos dessa polêmica:

“O Estatuto do Adolescente, como está hoje, é uma lei de proteção aos infratores. Quem rouba os tênis das crianças que vão ao colégio? Quem assalta as crianças nos ônibus? São os menores infratores. A lei acaba deixando desprotegida a maioria, que são as vítimas. Os infratores ficam em liberdade por causa da impossibilidade de uma atuação serena e enérgica dos policiais. Com

**TEMA C**

O empresário Antonio Ermírio de Moraes escreveu o artigo abaixo (Folha de São Paulo, 3/8/97) em que se manifesta sobre a sujeira na cidade de São Paulo. Leia o artigo com atenção e reflita também sobre o que está sugerido nas entrelinhas a propósito de pobreza, cidadania, limpeza, ação governamental, etc.

*Até quando, São Paulo?*

*Os leitores têm todo o direito de se queixar quando volto a um mesmo assunto. Acontece que o retorno ao tema decorre da persistência do problema. Refiro-me à imundície que campeia na cidade de São Paulo.*

*Muita gente confunde pobreza com sujeira. Nada mais errado. As pessoas humildes são exatamente as que mais valorizam o asseio, a higiene e a limpeza.*

*Você já notou como é generalizado o banho dos trabalhadores da construção civil depois de uma jornada de trabalho?*

*Você já reparou como são bem areadas as panelas das donas-de-casas dos domicílios das periferias?*

*Você já observou a brancura das camisas e blusas dos uniformes dos seus filhos?*

*O que se vê na capital de São Paulo é fruto de puro abandono e total falta de autoridade.*

*São pessoas imundas que emporcalham a cidade como prova da sua selvageria e reflexo da insensibilidade dos governantes.*

*Uns defecam nos jardins. Outros cozinham debaixo dos viadutos. Há ainda os que penduram a roupa encardida nos galhos das árvores. Tudo a céu aberto e no maior acinte aos cidadãos que aqui vivem.*

*Na ausência de um plano diretor para cuidar da habitação, avoluma-se o número de pessoas que, usando tábuas, papelão e até embalagens de geladeiras, vão se mudando definitivamente para debaixo das pontes, onde passam a residir "tranquilamente" no meio de escandalosa sujeira.*

*O mais espantoso é ver as autoridades municipais e estaduais consentirem com a multiplicação desses chiqueiros que, na verdade, são uma verdadeira provocação aos que pagam altos impostos e que têm o direito de exigir um mínimo de higiene na cidade em que habitam e trabalham.*

*Já passou bastante da hora de as autoridades agirem. Elas estão atrasadas há vários anos - mas têm de agir.*

*Não é justo que a população como um todo seja submetida a um ambiente tão vergonhoso e deprimente como é o de São Paulo.*

*Não sou saudosista a ponto de querer voltar ao tempo do prefeito Faria Lima, quando o símbolo da capital era uma bela rosa.*

*Mas também não acho correto submeter um povo trabalhador a uma cidade imunda e abandonada.*

*Afinal, esse povo está seguindo as regras democráticas, comparece às eleições e escolhe ordeiramente os seus vereadores, prefeitos e governadores.*

*É hora de eles realizarem mais trabalho e menos política, limpando esta cidade que já foi orgulho do nosso país. Mãos à obra!*

**TEMA C**

Faça de conta que você tem um amigo em Portugal que confia muito em você e que estava pensando em passar uma temporada no Brasil e talvez até em migrar. Suponha também que, recentemente, ele lhe tenha escrito uma carta dizendo que está pensando em abandonar tal projeto, em consequência das notícias sobre o Brasil que tem lido ultimamente. Para justificar-se, ele incluiu na carta a seguinte amostra de manchetes, que o impressionaram, publicadas com destaque em menos de um mês, em um único jornal:

▪ **Vestibular UNICAMP – 1999**

2  
t  
i  
b

- **METADE DOS ELEITORES NÃO TÊM 1º. GRAU** (Folha de S. Paulo, 20 de outubro de 1998)
- **BRASIL É CAMPEÃO DE CASOS DE DENGUE, LEPROA E LEPTOSPIROSE NAS AMÉRICAS** (Folha de S. Paulo, 21 de setembro de 1998)
- **MISERÁVEIS SÃO 25 MILHÕES** (Folha de S. Paulo, 26 de setembro de 1998)
- **83% SÃO ANALFABETOS FUNCIONAIS** (Folha de S. Paulo, 26 de setembro de 1998)
- **PARTOS DE MENINAS AUMENTARAM 81% NO RIO** (Folha de S. Paulo, 29 de setembro de 1998)
- **SP DESPEJA NA RUA UM TERÇO DE SEU LIXO** (Folha de S. Paulo, 4 de outubro de 1998)

Escreva-lhe uma carta na qual, colocando em discussão as manchetes acima, você tenta convencê-lo de que, apesar de haver de fato problemas, a imagem que se faz de nosso país, a partir do noticiário, é parcial, e que, portanto, continua valendo a pena vir para o Brasil.

ATENÇÃO: AO ASSINAR A CARTA, USE INICIAIS APENAS, DE FORMA A NÃO SE IDENTIFICAR.

## ular UNICAMP – 1998

### ▪ Vestibular UNICAMP – 2000

#### TEMA C

*Em várias instâncias têm surgido iniciativas que podem resultar em uma nova política em relação à água, até hoje considerada um bem renovável à disposição dos usuários. Abaixo estão trechos de notícias relativamente recentes com informações sobre algumas dessas iniciativas.*

##### 1. País pode ter agência de água

O secretário nacional de recursos hídricos, Raimundo José Garrido, participa na próxima quarta-feira, em Porto Alegre, de um debate sobre a criação da Agência Nacional da Água (ANA). O encontro, que reunirá ainda o jornalista Washington Novaes, o consultor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Affonso Leme Machado, e o Secretário do Meio Ambiente do Estado, Cláudio Langoni, faz parte da 6ª Semana Interamericana da Água. O evento vai se estender de hoje até o dia 9, em 200 municípios gaúchos, com atividades ligadas à educação ambiental, painéis, exposições, mutirões de limpeza de rios e riachos, entre outras. Mais de 50 entidades públicas e privadas, incluindo o governo do Rio Grande do Sul, a prefeitura de Porto Alegre, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, participam da iniciativa. (Campinas, **Correio Popular**, 02/10/99)

##### 2. Países concordam que, para evitar escassez, a água não pode ser gratuita

Paris – Uma conferência das Nações Unidas sobre gestão das escassas reservas de água doce do mundo concluiu ontem que a água deveria ser paga como *commodity*\*, ao invés de ser tratada como um bem essencial a ser fornecido gratuitamente. A reunião de três dias, da qual participaram ministros do meio-ambiente e autoridades de 84 países, concluiu que os custos deverão permanecer baixos e que o acesso à água doce deveria ser assegurado aos pobres.

O apelo feito ao final da reunião, no sentido de maior participação das forças do mercado, motivou uma nota de cautela do primeiro ministro socialista [francês], Lionel Jospin, que se dirigiu à assembleia em seu último dia. Jospin enfatizou a necessidade de prudência quando se trata de uma substância que não é “um produto como outro qualquer”. “Vocês renunciaram à velha crença, que se manteve por muito tempo, de que a água somente poderia ser gratuita porque ‘cai do céu’”, disse ele. Mas ele frisou que a mudança para uma forma de lidar com a água mais orientada para o mercado “deve ser prudente”.

([www.igc.apc.org/globalpolicy/socecon/envromnt/water.htm](http://www.igc.apc.org/globalpolicy/socecon/envromnt/water.htm))

\* *commodity*: mercadoria, produtos agrícolas ou de extração mineral

3. Enquanto os ambientalistas preocupam-se em mobilizar a opinião pública e sensibilizar governos, os legisladores querem enquadrar os abusados nas normas da lei. Aprovada há dois anos, mas ainda carente de regulamentação, a Lei do Uso das Águas (9.433) disciplina a exploração dos recursos hídricos do país. Ela prevê cobrança de taxas adicionais aos grandes usuários (como hidrelétricas), aos poluidores e às indústrias que exploram a água economicamente ou na produção de algum produto. Outra lei, mais rigorosa e punitiva, é a 9.605, em vigor há mais de um ano: quem poluir os rios, mananciais e devastar as florestas poderá sofrer detenção de até cinco anos e multas de até R\$ 50 milhões. (João Marcos Rainho, “Planeta água”, in: **Educação**, ano 26, n. 221, setembro de 1999, pp. 57-8)

4. A força política dos que promovem a concentração populacional nas áreas de mananciais é grande. (...) A demonstração dessa força política está nas muitas mudanças da lei de Proteção dos Mananciais de 1975. A maior dessas alterações que abrandaram a lei ocorreu em 1987, com a desculpa de que era necessária para atender “à realidade criada pela ocupação desordenada”. Mas cabe a pergunta: quem permitiu essa ocupação? As prefeituras locais, sem dúvida, mas também a Secretaria de Meio Ambiente, por falta de vigilância. (“Mananciais contaminados”, in: **O Estado de S. Paulo**, 17/10/99, p. A3)

Redija uma carta a um deputado ou senador contrário à criação da Agência Nacional da Água (ANA). A carta deverá argumentar a favor da criação do novo órgão que, como a ANP, a ANATEL e a ANEEL, terá a finalidade de definir e supervisionar as políticas de um setor vital para a sociedade. Nessa carta, você deverá sugerir ao congressista pontos de um programa, a ser executado pela Agência Nacional da Água, programa que deverá incluir novas formas de controle.

ANP: Agência Nacional do Petróleo; ANATEL: Agência Nacional das Telecomunicações; ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica

ATENÇÃO: AO ASSINAR A CARTA, USE INICIAIS APENAS, DE FORMA A NÃO SE IDENTIFICAR.

▪ **Vestibular UNICAMP – 2001**

**TEMA C**

*Suponha que você seja ou o juiz que decidiu pela volta do menino Elián a Cuba, ou um parente de Elián que lutou por sua permanência nos Estados Unidos, ou o pai de Elián, que lutou por sua volta a casa. Colocando-se no lugar de uma dessas pessoas, e considerando os pontos de vista expressos no texto abaixo, escreva uma carta a Elián, mas para ser lida por ele quinze anos depois desses acontecimentos, tentando convencê-lo de que a posição que você assumiu foi a melhor possível.*

Quando a imaginação do mundo se depara com uma tragédia humana tão dolorosa quanto a de Elián, o menino refugiado de 6 anos que sobreviveu a um naufrágio apenas para afundar no atoleiro político da Miami cubano-americana, ela instintivamente procura penetrar nos corações e mentes de cada um dos personagens do drama. Qualquer pai ou mãe é capaz de imaginar o que o pai de Elián, Juan Miguel González, vem sofrendo, na cidade natal de Elián, Cárdenas – a dor de perder seu filho primogênito; logo depois, a alegria de saber de sua sobrevivência milagrosa, com Elián boiando até perto da Flórida numa câmara de borracha.

A seguir, o abalo de ouvir da boca de um bando de parentes com os quais não tem relação alguma e de pessoas que lhe são totalmente estranhas a notícia de que estavam decididos a colocar-se entre ele e seu filho. Talvez também sejamos capazes de compreender um pouco do que se passa na cabeça de Elián, virada do avesso. Trata-se, afinal de contas, de um garoto que viu sua mãe mergulhar no oceano escuro e morrer. Durante um tempo muito longo depois disso, seu pai não esteve a seu lado.

Assim, se Elián agora se agarra às mãos daqueles que têm estado a seu lado em Miami, se os segura forte, como se segurou à câmara de borracha, para salvar sua vida, quem pode culpá-lo por isso? Se ergueu uma espécie de felicidade provisória à sua volta, em seu novo quintal na Flórida, devemos compreender que é um mecanismo de sobrevivência psicológica, e não um substituto permanente de seu amor ao pai. [...]

Elián González virou uma bola de futebol política, e – acredite na palavra de alguém que sabe o que é isso – a primeira consequência de virar uma bola de futebol é que você deixa de ser visto como ser humano que vive e sente. Uma bola é um objeto inanimado, feita para ser chutada de um lado a outro. Assim, você se transforma naquilo que Elián se tornou, na boca da maioria das pessoas que discutem o que fazer dele: útil, mas, em essência, uma coisa, apenas.

Você se transforma em prova da mania de litígio de que sofrem os Estados Unidos, ou do orgulho e poder político de uma comunidade imigrante poderosa em nível local. Você vira palco de uma batalha entre a vontade da turba e o estado de direito, entre o anticomunismo fanático e o antiimperialismo terceiro-mundista.

Você é descrito e redescrito, transformado em *slogan* e falsificado até quase deixar de existir, para os combatentes que se enfrentam aos gritos. Transforma-se numa espécie de mito, um recipiente vazio no qual o mundo pode derramar seus preconceitos, seu ódio, seu veneno.

Tudo o que foi dito até agora é mais ou menos compreensível. O difícil é imaginar o que se passa na cabeça dos parentes de Elián em Miami. A família consanguínea desse pobre menino optou por colocar suas considerações ideológicas de linha dura à frente da necessidade óbvia e urgente que Elián tem de seu pai. Para a maioria de nós, que estamos de fora, a escolha parece ser desnaturada, repreensível.[...]

Quando os parentes de Miami dão a entender que Elián sofrerá “lavagem cerebral” se voltar para casa, isso apenas nos faz pensar que eles são ainda mais bitolados do que os ideólogos que condenam. (Salman Rushdie, “Elián González se transformou numa bola de futebol política”, *Folha de S. Paulo*, 07/04/2000, p. A 3, com pequenas adaptações.)

ATENÇÃO: AO ASSINAR A CARTA, USE INICIAIS APENAS, DE FORMA A NÃO SE IDENTIFICAR.

▪ **Vestibular UNICAMP – 2002**

**TEMA C**

**ATENÇÃO:** SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS INSTRUÇÕES RELATIVAS A ESTE TEMA, SUA REDAÇÃO SERÁ ANULADA.

*Considerando especialmente as informações contidas na matéria jornalística transcrita abaixo, escreva uma carta a um interlocutor de sua escolha (por exemplo, a um sindicalista, a um político, a um empresário) sugerindo que ele se empenhe na aprovação de um projeto de lei que acabe com as horas extras.*

*Nesta carta, você deverá, necessariamente, especificar os principais pontos do projeto de lei que gostaria de ver aprovado.*

*Lembre-se de que você deverá identificar claramente seu destinatário e organizar seus argumentos, a fim de convencê-lo a acatar sua sugestão.*

- ✓ Não esqueça que você pode valer-se de informações da coletânea geral e dos enunciados das questões desta prova para escrever sua carta.
- ✓ Ao assinar a carta, use iniciais apenas, de forma a não se identificar.

**Resumo:** Horas extras reduzem o custo horário de 4,9 milhões de empregos no setor comercial econômico

## Cresce prática de hora extra na economia de SP

Segundo pesquisa Seade-Dieese, 40,3% dos assalariados já ultrapassam a jornada de 44 horas semanais

SÃO PAULO. A recuperação da economia vem se sustentando em boa parte com o uso de horas extras no trabalho. Segundo pesquisa da Fundação Seade e do Dieese, 40,3% dos assalariados da Região Metropolitana de São Paulo trabalharam, em março, além da jornada de 44 horas semanais fixada na Constituição, contra 35,6% no mesmo mês de 2000. No comércio, foram nada menos do que 52,3%; e na indústria 40,9% prolongaram o expediente. No setor de serviços, o percentual foi de 36,2%.

O economista Mário Pochmann, secretário extraordinário do Trabalho de São Paulo, calcula que se a jornada fosse cumprida seriam criados imediatamente 4,9 milhões de postos de trabalho no país, mais do que o suficiente para acabar com o contingente de 1,02 milhão de desempregados das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE.

### FIESP: contratar tem custo alto

Pochman utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), do IBGE, realizada em 1999. Esta indicou que cerca de 27 milhões de brasileiros, de um total de 70 milhões de ocupados à época, trabalhavam mais que a jornada legal.

– No Brasil, a exceção virou regra e comprometeu a criação de novos postos de trabalho – diz o Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício.

Essa cultura sobrevive tanto em tempos de economia aquecida quanto de recessão. Para as empresas, o recurso das horas extras evita o risco de contratações em momentos de incerteza, além de reduzir custos trabalhistas.

– Os custos de contratação e demissão são muito altos no Brasil – justifica o empresário Roberto Faldini, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A legislação prevê que um trabalhador faça até duas horas adicionais por dia útil, além de oito no sábado e oito no

– Isso derruba qualquer tentativa dos sindicatos de desestimular a prática das horas extras – afirma o diretor-técnico do Dieese, Sérgio Mendonça.

Paulo Roberto Garcia Silva Júnior, de 20 anos, metalúrgico de São Paulo, é um exemplo dessa tendência. Há oito meses, foi contratado para trabalhar das 6h às 15h30m, por R\$ 370,00 mensais. Hoje, no entanto, consegue quase o dobro fazendo horas extras diárias e folgando só um domingo por mês.

– Procuo fazer o máximo de horas extras para ganhar mais – diz o operário.

O excesso não é uma prática exclusiva dos empregadores. No fim do ano passado, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, descobriu que os cerca de 700 funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo faziam mais de cinco mil horas extras por mês. Paulinho proibiu essa prática no Sindicato e a qualidade do atendimento, segundo ele, não diminuiu. Agora, o sindicalista quer propor ao ministro do Trabalho, Francisco Domelles, que adote medidas restringindo o uso de horas extras pelas empresas.

Além de comprometer a geração de empregos, as horas extras também prejudicam a produtividade, aumentando os riscos de acidentes de trabalho. De acordo com o levantamento mais recente do Ministério da Previdência e Assistência Social, o número de mortes em acidentes de trabalho em 1999 foi de 3.923, representando um aumento de 3,6% em relação a 1998.

### Evolução do trabalho extra



## ▪ Vestibular UNICAMP – 2003

### TEMA C

**ATENÇÃO:** SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS INSTRUÇÕES RELATIVAS A ESTE TEMA, SUA REDAÇÃO SERÁ ANULADA.

Periodicamente, ao longo da história, pensadores têm afirmado que a humanidade chegou a um ponto definitivo (o "fim da história"). O artigo abaixo, parcialmente adaptado, que Denis Lerrer Rosenfield publicou no jornal *Folha de S. Paulo* em 28/06/2002, de certo modo retoma essa afirmação.

#### A POÇÃO MÁGICA

O mundo mudou depois de 11 de setembro. A administração Bush, inicialmente voltada para um fechamento dos EUA sobre si mesmos, cujo símbolo era o projeto de escudo interbalístico, que protegeria essa nação de mísseis intercontinentais, afirma-se agora claramente como imperial. Sua doutrina militar sofreu uma alteração substancial. Doravante, a prioridade são ataques preventivos, que eliminem os focos terroristas no mundo, ameaçando e atacando os Estados que lhes dêem cobertura e, sobretudo, que tenham armas químicas e biológicas. (...)

Talvez o mundo, no futuro, mostre que o problema da democracia passa pela influência que países, empresas, sindicatos e meios de comunicação venham a exercer sobre a opinião pública americana - que pode, ela sim, mudar os rumos do império. Não esqueçamos que a Guerra do Vietnã terminou devido à influência decisiva da opinião pública americana sobre o centro de decisões políticas. Os países deverão se organizar para atuar sobre a opinião pública americana.

Se essa descrição dos fatos é verdadeira, nenhuma política futura poderá ser baseada em um confronto direto com os EUA ou em um questionamento dos princípios que regem essa nação. A autonomia, do ponto de vista econômico, social, militar e político, pertence ao passado. Poderemos ter nostalgia dela, mas seu adeus é definitivo. O que não significa, evidentemente, que tenhamos de acatar tudo o que de lá vier; é imperativo reconhecer, porém, que a realidade mudou e que embates radicais estão fadados ao fracasso.

Na época do Império Romano, o general César ou os imperadores subsequentes não estavam preocupados com o que se passava na Gália. Seus exércitos vitoriosos exerciam uma superioridade incontestada. Era mais sensato negociar com eles do que enfrentá-los. Se uma Gália moderna achar que pode deixar de honrar contratos, burlar a democracia, fazer os outros de bobos, mudando seu discurso a cada dia ou cada mês, sua política se tornará imediatamente inexecutável.

Contudo, se, mesmo assim, esse povo decidir eleger um Asterix, convém lembrar que foi perdida para sempre a fórmula da poção mágica e suas últimas gotas se evaporaram no tempo.

*Escreva uma carta, dirigida ao Editor do jornal, para ser publicada. Após identificar a tese central do texto de Rosenfield,*

- a) caso concorde com o ponto de vista do autor, apresente outros argumentos e fatos que o reforcem;*
- b) caso discorde do ponto de vista do autor, apresente argumentos e fatos que o contradigam.*

Para realizar essa tarefa, além do texto acima, considere também os que se seguem:

- ✓ Ao assinar a carta, use iniciais apenas, de forma a não se identificar.

1. Ao ver um cordeiro à beira do riacho, o lobo quis devorá-lo. Mas precisava de uma boa razão. Apesar de estar na parte superior do rio, acusou-o de sujar a água. O cordeiro se defendeu:

- Como eu iria sujar a água, se ela está vindo daí de cima, onde tu estás?

- Sim, mas no ano passado insultaste meu pai, replicou o lobo.

- No ano passado, eu nem era nascido...

Mas o lobo não se calou:

- Podes defender-te quanto quiseres, que não deixarei de te devorar. (Adaptado de Esopo, *Fábulas*. Porto Alegre, LP&M).

2. Então saiu do arraial dos filisteus um homem guerreiro, cujo nome era Golias, de Gate, da altura de seis côvados e um palmo. (...) Todos os israelitas, vendo aquele homem, fugiam diante dele (...). Davi disse a Saul: "... teu servo irá, e pelejará contra ele". (...) Davi meteu a mão no alforje, e tomou dali uma pedra e com a funda lhe atirou, e feriu o filisteu na testa, e ele caiu com o rosto em terra. E assim prevaleceu Davi contra Golias, com uma funda e uma pedra. (Adaptado de *ISamuel*, 17, 4-50.)

3. Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*... Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977).

▪ **Vestibular UNICAMP – 2004**

**PROPOSTA C**

Trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

As definições do que é patrimônio histórico têm mudado, incorporando âmbitos e aspectos que ampliam o alcance do conceito e, com isso, o raio de ação da legislação. Fala-se em patrimônio edificado, mas também em patrimônio afetivo. Tudo o que é relevante para determinada comunidade pode ser considerado patrimônio.

**Instruções:**

- Escolha um bem urbano, material ou não, que você considere relevante para ser preservado em sua cidade;
- Argumente em favor da preservação desse bem;
- Dirija a carta a uma pessoa que, na sua opinião, pode vir a se tornar um aliado na luta pelo tombamento desse bem.

▪ **Vestibular UNICAMP – 2005**

**PROPOSTA C**

Trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

Atendendo aos vários segmentos do público em diferentes horários, as emissoras de rádio definem sua programação em torno de um leque variado de opções: programas de música, esportes, informação, religião, etc. Programas que um dia fizeram muito sucesso já não existem mais, como a rádio-novela e os programas de auditório.

**Instruções:**

- Imagine um programa de rádio que, em sua opinião, deva sair do ar;
- Argumente pela retirada desse programa da grade de programação;
- Dirija a carta a um interlocutor que possa interferir nessa decisão.

▪ **Vestibular UNICAMP – 2006**

**Proposta C**

Com o auxílio de elementos presentes na coletânea, trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

A atuação da sociedade civil, por meio de movimentos sociais ou ações individuais, é fundamental para a gestão dos meios de transporte. Um estímulo para essa atuação são os canais de comunicação direta com os usuários, criados por agências reguladoras de transporte.

**Instruções**

- 1) Selecione um problema relativo à segurança nas estradas.
- 2) Argumente no sentido de demonstrar como esse problema afeta os usuários das rodovias.
- 3) Dirija sua carta a uma agência reguladora de rodovias, apresentando uma reivindicação.

OBS.: Ao assinar a carta, use apenas suas iniciais, de modo a não se identificar.

▪ **Vestibular UNICAMP – 2007**

**Proposta C**

Leia a coletânea e trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

A relação da agricultura com o comércio internacional está marcada por barreiras tarifárias, sanitárias, ambientais, que demandam constantes negociações entre os produtores agrícolas e o Estado.

Instruções:

- 1) Escolha um produto agrícola brasileiro de exportação ou seu derivado.
- 2) Argumente, a partir do ponto de vista de um produtor, contra uma barreira internacional imposta a esse produto.
- 3) Dirija sua carta a uma associação representativa do setor, solicitando medidas efetivas.

OBS.: Ao assinar a carta, use apenas suas iniciais, de modo a não se identificar.

## CARTAS ARGUMENTATIVAS<sup>21</sup>

### ▪ Carta Argumentativa 1

**Comentário<sup>22</sup>: Tema C: notas máximas em todos os critérios. Excelente texto!**

*Campinas, 1 de setembro de 1992.*

*Prezado Senhor E.B.M.,*

*Acabo de ler sua carta, publicada pelo painel do leitor, da Folha de São Paulo e, embora não pleiteie o posto de porta-voz da minha geração, não pude resistir à vontade de convidá-lo a refletir mais longamente sobre alguns dos pontos articulados pelo senhor no texto publicado.*

*Não acredito que seja necessário ser um especialista em análise do discurso para sentir o sabor acre e o teor ácido de suas colocações. Os termos falam por si mesmo e, ainda que ofendido, procurarei dar aos meus argumentos aquilo que faltou aos seus: unidade lógica e bom senso.*

*Pergunto-me sinceramente o que, afinal, irritou-o tanto na cobertura que a imprensa fez das manifestações organizadas pelos jovens. Será que, por sermos justamente jovens, não deveríamos ter a disfaçatez, o topete, a impertinência de nos organizarmos democraticamente para criticar o “poder central”, constituído e consolidado, mesmo que, ao que tudo indica, esteja ele carcomido pela corrupção? Ou será que o que o irrita esteja no fato que este poder não utilize todo o aparato repressor, que soube acionar com exímia eficiência há apenas alguns poucos anos atrás, deixando as ruas livres para esta juventude – que não sei porque o senhor teima em reconhecer apenas quando entre aspas.*

*Não creio, contudo, que estas duas primeiras hipóteses que elaborei se sustentem. Seria – permita-me citá-lo – “cretinice” imaginar que alguém, capaz de identificar o “zeitgeist” de uma geração de maneira tão acintosamente inequívoca, pudesse reduzir seu raciocínio à formulação segunda a qual a juventude não tem sensibilidade, ou informação, para perceber o cenário político no qual, digamos, vegeta.*

---

<sup>21</sup> Neste trabalho é feita a reprodução exata das cartas argumentativas originais produzidas pelos vestibulandos; não há correções de nenhuma natureza.

<sup>22</sup> Os comentários aqui transcritos são dos integrantes da Banca Corretora da Prova de Redação do Vestibular da Unicamp 1993.

*Esta visão, vindo de alguém capaz de detectar o espírito da época, seria também ignorante da própria história, pois a Revolução Bolchevique, para citar apenas uma, foi uma revolução dos jovens.*

*Termo interessante, este. Revolução. Depreende-se de seu texto, senhor E.B.M. que, qualquer manifestação pública, pacífica e profundamente cívica contra as mais descabíveis evidências daquilo que o “poder central” mais gerou neste país – corrupção e miséria – seja o equivalente a uma “revolução”. O sr., informado que é, seguramente repudia este tipo de generalização simplista e equivocada. Ou não?*

*Mas o que me intriga mesmo em sua carta, sr. E.B.M., é sua altivez e otimismo. A juventude brasileira, “cretina, vagabunda, indolente e indisciplinada”, usaria tênis Reebok e jeans Fórum. Se este melhor dos mundos, ao estilo de Voltaire, fosse assim, o miserável adolescente da Freguesia do Ó, que chacoalha nos trens urbanos, se expreme nos ônibus da cidade, luta por uma chance de experimentar o mínimo de dignidade em subempregos – ou às vezes no submundo das oportunidades desiguais – não teria motivos para revoltar-se, pois, assim, como todos de sua geração, estaria vestindo um tênis importado – e não sapatos que conhecem o medo da fome – e um jeans de status – e não um par de calças que espelham a grandeza do país.*

*Considere a rotina desse jovem, meu senhor, que, faminto, trabalha por um salário abominável. Como pode qualificá-lo de vagabundo, se luta para sobreviver? Como pode qualificá-lo de indisciplinado, se ele não se revolta sempre que vê um Reebok? Como pode chamá-lo de indolente, se ele é capaz de tolerar tanta sordidez?*

*Vistos assim, sr. E.B.M., seus argumentos se reduzem a um amontoado de generalizações centradas no privilégio daqueles que do Brasil conhecem apenas à Bruxelas, ignorantes que são da enorme e vasta Índia. Suas visões desconsideram o caráter romântico da juventude – lembre-se que esta foi a característica mais marcante da Revolução Francesa de 1848. Suas opiniões, meu caro Senhor, correm o risco de, embora aparentemente cientes do “Zeitgeist”, ignorarem por completo o “Gestalten dos Zeitgeist”, a forma que assume o espírito, em dada época.*

*Obrigado, N.B.J.*

▪ **Carta Argumentativa 2**

**Comentário: Boa coletânea e tipo de texto; nota 26.**

*Santo André, 29 de Novembro de 1992.*

*Ilmo. sr. E.B.M.*

*Transcrevo-lhe esta carta como forma de comunicar-lhe minhas sinceras opiniões, concluídas após a leitura do noticiário escrito pelo senhor, sobre as manifestações da juventude em Pró-“impeachment” do Presidente Collor.*

*Cabe a nós sabermos que o governo do presidente eleito deixou muito “a desejar” comparando-o as promessas por ele feitas durante sua campanha eleitoral. Não é de fácil esquecimento que durante sua campanha acusou seu adversário, de maneira grotesca, que tomaria atitudes ilegais como o confisco de bens do povo, sendo que, quando eleito, uma de suas primeiras atitudes foi bem esta, condenada anteriormente por ele. Mas não parou por aí. Com o passar do tempo veio a surpreender em mais a população que acreditou nele, com suas ligações de corrupção junto a P.C. Farias, a emissão de cheques fantasmas, e até mesmo o relevante caso de sua mulher Rosane Collor junto a L.B.A., que o senhor deve ter acompanhado, pressuponho eu. Diante disso seria notória a cretinice e a falta de capacidade de percepção não só da juventude brasileira, como de todos os cidadãos de bom-senso e com um mínimo de escrúpulos, se ficassem de “braços cruzados” ou fizessem “vista grossa” diante de todos esse fatos; salvo aqueles que também estivessem sendo beneficiados com isso.*

*Nunca houve na história do país um acontecimento nacionalista de tamanha responsabilidade e seriedade como este, onde os estudantes saíam nas ruas em manifestações passivas pelos seus direitos. Direitos esses não visando o bem individual, como citado em seu noticiário, mas sim de toda uma sociedade que estava sendo prejudicada pelas atitudes irresponsáveis de um presidente; este sim hediondo.*

*Nessas manifestações estudantis não se interessava o tênis usado ou a calça que se vestia, as desigualdades social pareciam não existir, onde o “office-boy” até o filho do patrão se misturavam entre a massa, onde a linguagem era uma só para que a justiça vigorasse.*

*Essa juventude que o senhor citou como vagabunda, indolente e indisciplinada é o futuro do seu país e não precisou partir para a violência de uma revolução para lutar pelos seus direitos e princípios, de uma forma passiva e muito responsável conseguiram se manifestar, conquistando até muitos elogios de países estrangeiros quem acompanharam esses acontecimentos. Confesso ser um participante dessas manifestações estudantis, com muito orgulho pertença a essa juventude que quer mudar o futuro do seu país. Sem mais.*

*Atenciosamente*

*A.P.S.*

▪ **Carta Argumentativa 3**

**Comentário:** *Carta excelente (5 em todos os itens, com exceção da coesão que foi 4).*

*Jundiaí, Domingo, 29 de novembro*

*sr. E.B.M.;*

*Eu, como jovem estudante, lendo seu artigo sobre a juventude brasileira, publicado na Folha de S. Paulo, venho explicitar alguns fatos e opiniões para tentar mostrar o quanto o senhor está equivocado sobre o assunto.*

*Conscientes da necessidade de uma ética na política, os estudantes foram às ruas mostrar a insatisfação em relação à atual situação governamental através de passeatas. É lógico – e isso é praticamente ilusório – que nesses movimentos de massa nem todos participem com a finalidade de defender uma causa: existem os que vão para se exhibir, outros por simples diversão. Isso não pode ser generalizado a tal ponto de se dizer que cada um busca a realização pessoal e imediata naquele momento. Será que mais de cem*

*mil jovens foram às ruas para bagunçar, mostrar suas roupas ou brincar? Será que essas pessoas não tinham consciência do que estavam fazendo, sendo que todos os meios de comunicação estavam empenhados em mostrar a situação do nosso país? Os valores atribuídos aos estudantes, em seu artigo, certamente são muito pequenos e mesquinhos para leva-los a movimentos de tamanha seriedade.*

*Além disso, não se pode comparar o que ocorre aqui com outra parte do mundo, quem tem suas origens e culturas totalmente diferentes da nossa. Soma-se também o fato dos problemas de lá serem distintos dos de cá. No Brasil, a época de repressão militar ficou para trás; querer estabelecer uma continuidade ou ligação com o que já passou, ou com o que ocorre lá no oriente, é simplesmente ingenuidade ou ignorância.*

*Também, é importante notar que a organização da juventude brasileira para a realização de passeatas e outros levantamentos está em fase de amadurecimento e, portanto, não pode ser analisada ou julgada como um fato concretizado, sólido.*

*Finalmente, o senhor não deve julgar os estudantes como inconscientes e irresponsáveis; o que move cada um deles a participar de manifestações é a vontade de modificar, de ter uma atuação e importância no processo social e político do nosso país. Em relação aos movimentos de rua, as críticas devem ser feitas, é claro, mas com a consciência de que a situação atual é transitória, isto é, passível de evolução. Deve-se ter cuidado para o senhor não ser imediatista e simplista ao julgar os jovens como indisciplinados, vulneráveis, fracos e desorganizados.*

▪ **Carta Argumentativa 4**

**Comentário: Carta muito boa!**

*(In)dign(ad)íssimo sr. E.B.M.,*

*Pelo conteúdo irritado e extremamente equivocado de sua carta, achei por bem escrever-lhe para acalmá-lo sobre nós, jovens brasileiros.*

*Temos hoje o orgulho de saber que nossa força, nossa união, nossa mobilização nacional foi aplaudida em todo o mundo. Ora, sr. E.B.M., não é porque usamos tênis Reebok e jeans Fórum que somos vagabundos, indolentes e indisciplinados. Nosso gosto por moda não tem nada a ver com nossa visão política. Se em um dado momento, sua visão cética em relação à juventude o levou a tão distintos fatos, informe-se. Veja o reconhecimento da maturidade política e o ânimo de um Brasil pintado em nossos rostos, lembre-se da sede de justiça que contagiou Deputados e Senadores que, com o espírito jovem como o nosso, entusiasmaram-se e tiveram a humildade de reconhecer nosso êxito pacífico, bem humorado, descontraído e sobretudo responsavelmente consciente. Veja-nos como uma juventude que busca um país melhor para todos. Tente pensar que temos sim capacidade de percepção e por isso temos a certeza de que nosso país, embuído de nosso espírito, irá crescer em Progressão Geométrica a cada dia que passa. Temos a convicção de que acoados e amedrontados não teríamos conseguido tirar pessoas, que, como o senhor, procuram um benefício egoísta, não se lembrando da coletividade maior chamada Nação.*

*Portanto, sr. E.B.M., liberte-se de sua redoma de suposta sabedoria e junte-se a nós, para que pintados no rosto com as cores da bandeira, cantemos o hino de um novo Brasil. Um Brasil verde e amarelo, com tinta no rosto e que faz pós graduação em Progresso.*

*Um abraço,*

*R.A.F.*

▪ **Carta Argumentativa 5**

**Comentário: Tema C: Bom texto (interlocução)**

*São Paulo, 29 de novembro de 1992*

*Prezado Senhor*

*Eu tive hoje a oportunidade de ler a carta enviada pelo senhor, ao jornal “Folha de S. Paulo”. Tenho que admitir que as suas declarações abalaram profundamente a minha formação democrática. E sendo eu, um jovem, devo dizer que me senti profundamente ultrajado. Eu poderia responder suas declarações à sua altura, mas como não faço parte de uma juventude vagabunda, indolente e indisciplinada, prefiro manter um certo nível argumentativo, ao qual o senhor não deve ter tido acesso.*

*A sua carta, como um todo, demonstra que o senhor deve ter sido ligado a algum mecanismo repressivo da ditadura. Mas algumas declarações, particularmente, tiveram maior relevância, e merecem a minha contra-argumentação.*

*Quanto ao fato de o senhor achar notória a cretinice da juventude brasileira, eu devo dizer que notório é o fato de o senhor julgar cretina, uma parcela majoritária da população do seu país. Não imagino como o termo “cretino” pode ser atribuído a uma geração nascida sob um regime militar, e que mesmo assim, não se sentiu acuada com o destino que os jovens da linha dura tinham, quando manifestavam-se de tal forma. Cretinas são as atitudes de um chefe de nação como Fernando Collor. E cretinos seriam os jovens sim, mas se assistissem a tal processo degradante de braços cruzados.*

*Vejo também que o senhor, não tendo argumentos plausíveis, citou o fato de alguns jovens irem às manifestações usando roupas e calçados caros. Esse é o quadro da minoria, e mesmo assim, têm todo o direito de manifestarem-se. O senhor portanto, criou ao redor disso um estereótipo falso.*

*Mas o que realmente me abalou, foi o trecho onde o senhor, declaradamente, agride a juventude e ao mesmo tempo assume sua postura ditatorial. Ao chamar de indolente, indisciplinada e vagabunda a juventude, o senhor realmente mostrou-se desestruturado e sem a menor possibilidade de analisar a real situação desses jovens, que provam todos os dias com seu trabalho, que tais adjetivos foram muito mal utilizados.*

*Eu sei que o senhor realmente gostaria de ver os jovens enfrentando uma tropa de choque como ocorre na Coréia, pois o senhor deve ser fruto vivo da ditadura, e não admite, portanto, a ocorrência da democracia sem barreiras.*

*Então, finalizando, eu recomendo que o senhor vá morar na Coréia. Porque aqui, nesse país, a democracia é uma realidade, e a juventude, seu anjo da guarda.*

*Atenciosamente*

*A.J.G.S.*

▪ **Carta Argumentativa 6**

**Comentário: *Texto muito bem elaborado.***

*Campinas, 29 de Novembro de 1992*

*Prezado senhor E.B.M.,*

*No papel de sociólogo há 20 anos, venho me posicionar no debate sobre a mobilização da atual juventude brasileira, parâmetro sobre o qual não convergimos.*

*Em carta publicada recentemente no jornal “Folha de São Paulo”, o senhor desmerece as manifestações estudantis e desvirtua o poder de luta dos jovens brasileiros. Ora, sr. E.B.M., como extirpar os direitos e objetivos de uma geração que luta por se autoafirmar numa sociedade como a nossa? Se o senhor acredita ser “extremamente fantasioso se admitir que a nossa juventude tenha toda essa capacidade de percepção”, o que dizer da responsabilidade de uma geração que carrega o peso da derrota? A derrota gerada pela ditadura repressora ao clima idílico das “diretas já”, a derrota de um governo arraigado no coronelismo interiorano e que se diz democrático, enfim, todas as derrotas somadas de épocas e gerações.*

*O senhor denota irritação frente às atenções que a mídia tem voltado ao assunto e, assim sendo, pôde expressar-se através de um órgão de imprensa. Porém, a juventude brasileira encontrou uma causa mais justa a protestar. Não se contendo a um apelo em página do jornal, saiu às ruas a fim de reaver o exercício da cidadania, num país perdido em democracias abstratas. O senhor não pode esperar referências diretas às passeatas dos anos 60, se levar em consideração o contexto histórico e político em que ambas inserem-se. O medo da repressão fez surgir sindicatos organizados – como a UNE – e propulsava mais grandiosamente a luta dos jovens por uma ideologia: liberdade de expressão, prosperidade, um futuro certo. A geração dos anos 80, em contrapartida, não mais possui ideologias; as passeatas pró-impeachment mostraram ao mundo que a ingenuidade acabou, o uso do preto veio se opor à utopia colorida do movimento hippie.*

*Parece-me, também, que o hedonismo a que se refere na crítica, está cravado em algum tipo de inconformismo ou frustração interior que o senhor combata. Se o capitalismo, que releva o consumo de mercadorias, estabelece a nova ordem mundial, é evidente que o jovem de hoje caracteriza-se por usar tênis Reebok e jeans Fórum.*

*O “zeisgeist” – espírito da época – trouxe, ao contrário do que pensa o senhor, a certeza de que a juventude brasileira não se verga à corrupção e aos barbarismos que assolam a política do governo. A mobilização nacional deixou uma esperança para o país – de que não perdemos a conscientização crítica como seres humanos. A partir do momento em que a cidadania e o exercício da justiça permitem a busca de direitos, os protestos adquirem poder de contestação e perdem suas dimensões de luta. Afinal, todos nós enxergamos a situação caótica do país, o abuso de poder, choques e violências que transcendem a ordem nacional.*

*Uma juventude “vagabunda, indolente e indisciplinada” não derrubaria o presidente da república, sr. E.B.M.. Acredito que o senhor, como homem de bom senso, reconheça o absurdo cometido ao alegar “notória a cretinice da juventude brasileira”. Quando existe conscientização, sr. E.B.M., existe poder. E se posso esclarecer sua dúvida, meu caro, em confrontos como os que ocorrem em Seul, certamente nossa juventude animaria ideologicamente, a vontade de todos aqueles que não souberam ser jovens.*

*Atenciosamente,*

*A.K.*

▪ **Carta Argumentativa 7**

**Comentário: *Quem escreve a carta é um psicólogo de família. Bom tipo de texto***

*São Paulo, 02 de setembro de 1992*

*Caro sr. E.B.M.,*

*Após uma leitura atenta de sua carta à Folha de S. Paulo, eu, como psicólogo experiente, pai de um jovem que participou, entre outros, das manifestações pró-impeachment, me encontro boquiaberto diante de suas declarações.*

*Excluindo qualquer termo que me falte com educação, permita-me colocar alguns parâmetros sobre o problema, lembrando que Voltaire já dizia que poderia discordar da opinião de uma certa pessoa, mas defenderia até a morte o direito dessa pessoa falar e expor sua opinião. Portanto, sr. E.B.M., quero que entenda melhor o problema antes de tomar atitudes precipitadas e acusar a juventude grosseiramente. Declarar que é notória a cretinice da juventude brasileira. Será que são cretinos? Talvez, cretinos não estariam às ruas em busca de uma Pátria mais justa. Cretinos são os omissos da sociedade. Cretinos são irresponsáveis, incapazes de perceber que algo precisa de mudança. Alguém deveria lutar pela ética na política e dar um basta a esses prevaricadores que corroem o país. A nossa juventude teve a capacidade de percepção sim, e pacíficos e unidos gritaram para se fazerem ouvidos. Isso, sr. E.B.M. não é uma atitude de irresponsabilidade e hedônios, é uma atitude de amor à bandeira, uma atitude de auto-confiança que, indubitavelmente se tivesse os meus 17 ou 18 anos participaria tranqüilamente e teria certeza de que hoje, o Brasil estaria deitado em berço esplêndido, que nunca saiu do hino à realidade.*

*O famoso dito popular – antes tarde do que nunca – veio a fazer parte do contexto. Chega de ficar de braços cruzados e deixar que esses líderes levem a pátria em direção ao abismo, como se fosse esse o objetivo. Talvez, se o sr. Estivesse sensibilizado à gravidade do problema, teria feito algo em benefício do país em vez de perder seu precioso tempo escrevendo artigos banais e grotescos em relação à juventude brasileira dizendo que a mesma é vagabunda, indolente e indisciplinada.*

*A juventude está brincando a sério de mudar o Brasil e cabe a nós, sr. E.B.M., apóia-los, para que o sol da moralidade, em raios fúlgidos, volte a brilhar no céu desta pátria.*

*Concluo, dizendo que, como psicólogo e pai de família, me preocupo demasiadamente com a nossa juventude e pode acreditar, ela caminha unida em busca de um Brasil mais digno, em busca de se ter condições de dar uma vida melhor a suas futuras gerações.*

*Com respeito,*

*F.A.F.*

▪ **Carta Argumentativa 8**

**Comentário: Carta muito boa.**

*Piracicaba, 29 de novembro de 1992*

*Ao prezado sr. E.B.M..*

*Caro Senhor,*

*Como leitora do consagrado jornal “Folha de São Paulo” e, estudante de dezenove anos, portanto pertencente à juventude que manifestou-se nas ruas pelo impeachment do Presidente Collor, venho aproveitar a oportunidade para escrever-lhe sobre a indignação que senti, ao ler a carta do “Painel do Leitor”, cujo conteúdo lhe cabe a autoria. Nesta, o senhor critica-nos direta e ofensivamente. Portanto gostaria de expor-lhe que, nossa percepção, não é tão incapaz; nosso hedonismo é limitado; a irresponsabilidade não é nosso lema. Principalmente, que não somos vagabundos, indolentes e extremamente indisciplinados.*

*Peço-lhe, gentilmente, que dispense-me das conveniências formais com sua pessoa, sr. E.B.M., mais pelo “zeitgeist” que pela pouca cordialidade com que nos tratou em seu artigo.*

*É do conhecimento de muitos, uma vez que publicado na mesma “Folha de São Paulo”, que a juventude anos noventa, devido à falta de perspectiva que a nação oferece, tinha por intuito, sair do país. Notório observarmos que foi essa mesma casta jovem que, dias antes da aprovação do “impeachment” do excelentíssimo senhor presidente da República, fez-se presente nas ruas, com faixas, panfletos e três exigências comuns: ética, moralidade e justiça. Creia você, que foi justamente a nossa capacidade de percepção que nos fez deixar de pensar no abandono da União, para lutar por sua melhoria. Nossos movimentos, prezado E.B.M., foram tão importantes quanto os dos secundaristas italianos, que organizaram-se contra o tráfico e a corrupção. No entanto, dentro de nossa realidade, pouco menos violenta.*

*Com referência ao individualismo, devo fazer uma ressalva, para pequena comparação com os anos sessenta. Naquela época, vivia-se numa militância política, onde a imprensa atendia aos interesses da ditadura, afirmando que a juventude revoltosa era aliada aos bolcheviques. Um momento histórico, onde pessoas eram torturadas, assassinadas e esquartejadas, segundo depoimentos de um ex-sargento do governo da década de sessenta. A situação era séria, tensa. Hoje a situação é, no mínimo, hilariante. Convive-se numa República, onde o próprio chefe desta, faz parte da geração Indiana Jones, como esportista convicto. Ainda este, é acusado de roubar o Erário, promover tráfico de influencias entre outros. Sua esposa, gasta milhões em calcinhas e soutiens. Esses tipos de atitudes, como tantas outras praticadas por Collor’s, Rosane’s e PC’s da vida, é que são hedonistas e irresponsáveis.*

*Queria ainda argumentar-lhe sobre um dos últimos equívocos provocados por você. Essa “juventude vagabunda e indolente” , foi quem conseguiu, direta ou indiretamente, o afastamento do ilustríssimo Fernando Collor. Tão comprovado esse fato que, durante a votação em plenário, muitos deputados e senadores que certamente votariam contra a abertura do processo, ou ainda aqueles que não tinham opinião formada, acabaram favoráveis à causa em voga. Não raro, ofereciam seus votos a nós, “indolentes e vagabundos”. Sabemos que isso, talvez tenha sido manobra política, uma vez que tudo sucedeu-se antes das eleições municipais. No entanto, conseguimos driblar essas raposas políticas e mais, conseguimos o tão esperado impedimento.*

*Quanto à indisciplina, acredito que possa continuar se lamentando, se acha que o contrário, a disciplina, evidencia-se invadindo o Palácio do Planalto, atirando em todos os que vemos e seqüestrando uns e outros. Vivemos em uma democracia e não precisamos desses artifícios para exigir nossos direitos. Nem tão pouco, provocar as forças armadas, para saber como nos portamos diante delas.*

*Dispeço-me aqui, fortalecendo mais uma vez, que nós, os “teens”, não somos mais a “Geração Alienada” ou “Geração Coca-Cola”. Estamos conscientes e, acreditamos que este, foi o primeiro passo para nossas futuras conquistas.*

*Atenciosamente*

*R.B.F.*

▪ **Carta Argumentativa 9**

**Comentário: Carta muito boa! Ótima argumentação!**

*São Paulo, 29 de novembro de 1992*

*sr. E.B.M.,*

*Ao ler o jornal Folha de São Paulo há alguns dias atrás, deparei-me com a carta enviada pelo senhor a esse jornal. Lendo-a, tomei a liberdade de pedir à direção da Folha de São Paulo que lhe enviasse esta carta escrita por mim, a fim de fazê-lo refletir um pouco sobre as suas afirmações em relação à juventude brasileira, já que minhas idéias contradizem aquelas defendidas pelo senhor, talvez, por fazer parte dessa juventude.*

*Após relatar sua irritação com a cobertura das manifestações pelo “impeachment” do Presidente Collor, o senhor opina sobre a capacidade de percepção da nossa juventude,*

*referindo-se a ela como uma fantasia, algo irreal e inadmissível. Os motivos que o levam a tal postura não são claros em meu entendimento, talvez uma desinformação sobre a vida dessa juventude faz com que tenha uma idéia errada de nós, jovens brasileiros. Já teve a oportunidade de seguir o atual programa de história do Brasil que é dado pela maioria das escolas brasileiras? Creio que não. Neste programa, seguimos toda a problemática brasileira desde seu descobrimento até os dias atuais, o que nos dá grande capacidade de entendimento de todos os fatos antigos e percepção dos fatos atuais. Nas épocas colonial, imperial, oligárquica, ditatorial, o país foi vítima de processos parecidíssimos com o do Brasil República, processos que davam certa esperança no início, mas que ao passar do tempo mostravam-se prejudiciais à população. Um exemplo atual é o próprio Presidente Collor, que gerou imenso entusiasmo em sua campanha eleitoral, mas que, posteriormente, através das investigações da CPI, mostrou-se corrupto e incompetente, como muitos dirigentes passados.*

*Se o Brasil possui um ensino deficiente, é exatamente neste ponto que os jovens de maior poder aquisitivo tornam-se importantes nas manifestações. Esses jovens têm acesso a escolas de melhor nível de ensino, mais organizadas, com melhores professores pelo melhor salário que recebem. São esses os vestibulandos que informam-se pelos jornais e revistas adquirindo um notável senso crítico e perceptivo, e perdendo o medo de prejudicar-se pelas mudanças que querem impôr à política e principalmente, à economia nacional. São os teus jovens que fizeram a revolução com tênis Reebok e “jeans” Fórum os mais bem informados de toda a juventude que saiu às ruas.*

*Experimente um dia libertar-se de seu mundo, talvez o mundo de seus filhos que podem fazer parte daquele grupo vagabundo, indolente e indisciplinado a que o senhor se refere no final da sua carta. Saia de casa bem cedo, tome um ônibus e comece a perceber que existem muitos jovens que acordam mais cedo que o senhor para ir à escola ou ao trabalho. Os que irão à escola, vão informar-se e aprender a não cometer os mesmos erros que as gerações passadas cometeram; aqueles que seguem para o trabalho dividem com seus pais a responsabilidade de sustentar uma família. Desça do ônibus em uma das grandes avenidas da cidade, a Avenida Paulista por exemplo, tente contar a quantidade de menores que com o senhor irão esbarrar por causa da pressa de entregar um envelope em algum escritório da avenida, ou o número de moças jovens que trabalham como balconistas em lojas, sem falar nas crianças que já se tornam vendedores ambulantes. Serão impossíveis essas contagens. À noite, visite uma escola noturna e faça uma*

*estatística do total de jovens que trabalham o dia todo e agora vencem o sono e o cansaço para instruir-se um pouco. Verá que o resultado é bem maior do que pode imaginar. A indisciplina só será encontrada naqueles que não sentiram a seriedade da vida, mas que mais dia menos dia se arrependerão de sua posição.*

*Para finalizar minhas opiniões, procure, ao chegar em casa, não ligar a televisão, mas refletir sobre o seu dia e considerar que existe no país uma outra juventude, diferente daquela a que se referiu na carta, e que muitas pessoas discordam da sua opinião, como eu.*

*Atenciosamente*

*J.L.G.*

▪ **Carta Argumentativa 10**

**Comentário: Carta muito boa.**

*São Paulo, 29 de novembro 1992*

*Prezado sr. E.B.M.*

*Em seu artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo a primeiro de setembro do corrente ano, deparei-me com sua opinião expressa no Painel do Leitor. Respeitosamente, li-a e percebendo equívocos em suas opiniões frente à veracidade dos motivos que colocaram milhares de jovens na rua, de maneira organizada e cívica, tento elucidar-lhe os fatos.*

*Nosso país, o senhor bem sabe, viveu muitos anos sob o regime militar ditatorial. Toda e qualquer manifestação que discordasse dos parâmetros ideológicos do governo era simplesmente proibida. Hoje, ao contrário daquela época, as pessoas conquistaram a liberdade de expressão e o país vive o auge da democracia. Assim, perante essa liberdade o país evoluiu. Certo é que atravessamos um período de crises econômicas, mas as pessoas*

*passaram a se interessar de maneira mais acentuada pelo seu cotidiano, frente a própria liberdade que lhes foi dada. Dessa forma, deparamos com uma população ideologicamente mais madura.*

*Em sua carta enviada à Folha de São Paulo, o senhor assegura que a juventude é absolutamente imatura e incapaz de perceber a profundidade dos acontecimentos que a envolvem. Asseguro que tal opinião não é a mais justa. Nós já fomos jovens e sabemos perfeitamente que é uma época de transição. Mudamos nossos conceitos, nossos desejos e nossa visão de mundo. Mesmo assim, determinados valores que assumimos como corretos persistem em nossas vidas de forma direta ou não. Não sei se o senhor tem filhos, mas eu invejo a concepção que os meus assumem perante inúmeros acontecimentos. São adolescentes, que se interessam pelos fatos políticos e se preocupam com o destino da nação, pois estão cientes de que num futuro próximo serão as lideranças do país.*

*Outro aspecto relevante em sua carta é o de dizer que a juventude, generalizadamente é indisciplinada. Tal opinião não condiz com a verdade. Nas manifestações pró "impeachment que invadiram o país visando a queda do Presidente Collor, não se viram agressões, intervenções policiais ou outras formas de violência. Fica, portanto, claro, que a manifestação dos chamados caras-pintadas não é vazia. Conscientes de que uma postura pouco organizada não lhes daria credibilidade, os jovens manifestaram-se honrosamente. Com isso, frente ao vergonhoso papel do próprio Presidente da República, Fernando Collor de Mello, a juventude demonstrou um grau de maturidade e percepção maior que o do próprio chefe de estado.*

*Vemos, com isso, que os jovens visam ao bem do país e o seu processo de conscientização não se deu de uma hora para outra. Assim, dizer que a juventude é motivada pelo espírito da época, visando ao hedonismo é errôneo. Nossos jovens, senhor E.B.M., são reflexos da liberdade existente no país e a sua evolução político-ideológica.*

*Sem mais, despeço-me.*

*K.C.M. de M.*